

DM
PERE/AA1

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA
MESTRADO EM PSICOLOGIA LEGAL

TESE DE MESTRADO

O DEPOIS DE AMANHÃ...
Estrutura Vinculativa em Crianças
em Contexto Institucional

Alexandra Alves Pereira nº 1893

ORIENTADORA: Emilia Marques

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

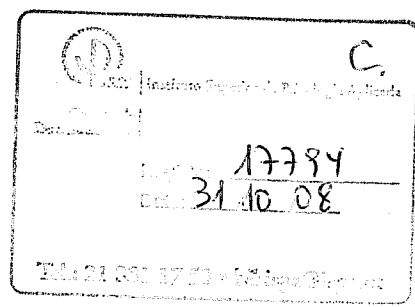
SEMINÁRIO DIRIGIDO POR: Emilia Marques

Instituto Superior de Psicologia Aplicada



17794

2007



Agradecimentos

Tese de Mestrado em Psicologia Legal
marco na minha vida pessoal e profissional.

Dedico este trabalho a todas as crianças que lamentavelmente percorrem nas suas vidas um caminho cheio de dissabores e incertezas.

Expressar afectos nem sempre é fácil, quando confrontados com a necessidade de o fazer, perdemos imenso tempo com qual a melhor forma de o fazer, por quem começar....

À minha orientadora,
pelo modo como conduziu e orientou,
a sua disponibilidade e atenção foi surpreendente.

À Casa dos Rapazes,
que inquestionavelmente mantém as portas sempre abertas
a todos os seus colaboradores.

Ao João,
colega incansável com quem é muito agradável e divertido de se trabalhar,
que se dispôs a ajudar em todo e qualquer momento,
ainda lhe devo uma ida ao japonês.

A todos os meus amigos
que muitas vezes tiveram que ouvir, “não posso tenho que trabalhar na tese ...”

Aos meus pais pelo apoio incondicional de uma vida

À minha irmã sempre presente

Ao Bruno pelo companheirismo, cumplicidade e amor constante

Ao meu filho que amo e adoro

A todos, um eterno muito obrigado

O passado é todo o dia de ontem, e o amanhã quando chegará?

ÍNDICE

I – Introdução	3
II – A Vinculação – Concepções Clássicas	
2.1. A Natureza e a Etiologia da Vinculação	9
2.1.1. Noções Gerais	10
2.2. Sistemas de Vinculação	17
2.2.1. Sistema de Vinculação Propriamente Dito	17
2.2.2. Sistema Exploratório	19
2.2.3. Sistema Afiliativo	19
2.2.4. Sistema Medo – Angústia	20
2.2.5. O Quinto Sistema	20
2.2.6. Sistema de <i>Caregiving</i> Cuidados Parentais	21
2.3. Situação Estranha de Ainsworth	26
2.4. Modelos Operantes Internos	30
2.5. Perturbação Reactiva da Vinculação	34
2.6. A Vinculação e a Construção do Eu	
2.6.1. Os Vínculos da Integração Espacial, Temporal e Social de Grinberg	43
2.6.2. Os Vínculos de Bion	49
2.7. Síntese	57
III - Objectivo do Estudo	65
IV – Sujeitos	68
4.1. Caracterização dos Sujeitos	68
4.2. Procedimentos de Recolha de Dados	78
V - Metodologia e Instrumentos	80
5.1. C.A.T. (Children Apperception Test)	83
5.2. H.V.C. (Histórias de Vinculação para Completar - Attachment History Completion Task)	87
VI - Procedimentos de Análise	90
6.1. CAT	90
6.1.1. Conteúdo Vinculativo	95

6.2. HVC	97
VII – Apresentação e Análise de Dados	102
7.1. Protocolos CAT	102
7.1.1. Análise Individual e Cartão a Cartão	102
7.1.2. Análise Global	115
7.2. Narrativas HVC	118
7.2.1. Análise Individual	118
7.2.2. Análise Global	125
VIII - Discussão de Dados	127
IX – Conclusão	136
X – Bibliografia	142
XI - Anexos	
Anexo A -Protocolo CAT e Narrativas HVC do Sujeito A	151
Anexo B - Protocolo CAT e Narrativas HVC do Sujeito B	160
Anexo C - Protocolo CAT e Narrativas HVC do Sujeito C	164
Anexo D - Protocolo CAT e Narrativas HVC do Sujeito D	167
Anexo E - Protocolo CAT e Narrativas HVC do Sujeito E	170
Anexo F - Tarefas de finalização de Histórias para Avaliação Dos Modelos Internos de Funcionamento da Criança e dos seus Pais na Relação de Vinculação	174
Anexo G - Grelhas de Registo dos Comportamentos Verbais e Não Verbais das Narrativas HVC	183
Tabela nº 1 - Caracterização dos Sujeitos	70
Tabela nº 2 - Estrutura e Relacionamento Familiar	71
Tabela nº 3 – Quadro resumo dos resultados da Relação Vinculativa	131
Figura nº 1 – Estrutura Relacional Prevista	133
Figura nº 2 – Modelo dos Movimentos Vinculatórios dos Sujeitos com Perturbação Reactiva da Vinculação	134

I - INTRODUÇÃO

*Para as crianças, a consciência da perda
é como que a perda da inocência.*

Evelson (citado por Grinberg)

Vinculação? Uma estrutura, um sistema?

O que faz com que afectivamente um indivíduo se relacione ou não com um outro?

Quando a estrutura vinculativa é afectada, ou interrompida, o que nos move para que continuemos a ligar-nos, a entrar em relação?

E quando as implicações dos actos afectam ou se reflectem noutra pessoa?

É da preparação para e com o nascimento de um novo ser que se inicia a relação, que se comunica, que se interage. O 1º contacto é o primeiro passo a dar no sentido do desenvolvimento de construção afectiva de um elo, de um vínculo.

Mas, e se antes de um bebé nascer, constituir já uma vítima dos seus próprios progenitores, pela ansiedade criada por não ter sido desejado, planeado, amado, imaginado?

Quantas não são as crianças que ainda antes de nascerem vivenciam já uma possível situação de abandono e rejeição?

E quando o abandono é sucessivo, a rejeição uma constante e o mau trato e negligência parte constituinte do seu dia-a-dia?

Aqueles que crescem e vivem connosco, dizemos e consideramos muitas vezes como nossos, fazem parte de nós. São nossos apenas no sentido em que nos ajudaram a crescer, foram parte constituinte dos melhores e piores momentos, no fim deixaram de ser nossos para se tornarem um só, ou sejam para fazerem parte de nós.

As pessoas que estão guardadas dentro de nós acompanham-nos toda a vida, o que faz com que as falhas das nossas relações mais primárias tenham repercussões na nossa vida futura e nas nossas relações sociais e afectivas.

Os dramas e fantasmas infantis povoam o imaginário enquanto crianças e podem gerar situações de grande ansiedade e mau estar, situações que podem afectar em muito o seu desenvolvimento.

E aqueles que antes de nascer têm o “destino” traçado, o encaminhamento institucional, ainda que, quando sinalizados logo nos primeiros anos de vida, seja possível seguir posteriormente para adopção, quantos não são os que sucessivamente institucionalizados vivem as suas vidas, sem estrutura de apoio, sem suporte familiar. Qual é o seu meio vincutivo, o veículo para? O que é que internamente permite manter essas ligações?

Esse é o porquê deste trabalho, o depois de amanhã na vida as crianças em contexto institucional.

A teoria da Vinculação refere-se aos laços afectivos que são criados por familiaridade a uma figura parental próxima, numa fase de vida muito precoce, e são essas primeiras experiências que são internalizadas no processo de organização da personalidade. É com base nessas mesmas experiências que o objecto de trabalho foi traçado. A necessidade fundamental de aferir de que modo é que crianças que foram sistematicamente sujeitas a bloqueios ou interrupções no seu processo vincutivo, de que forma e quais os mecanismos que lhe permitem manter-se coesas, estruturadas e, acima de tudo, manter algum vínculo ou tentativa de estabelecerem uma relação de maior proximidade e cumplicidade, assim como um elo social.

A decisão pelo recurso a uma população de menores institucionalizada, justifica-se pela falha dos seus prestadores de cuidados, da estrutura familiar e social envolvente, muitas vezes, reflexo de um percurso de vida de falhas sucessivas, privações e ausências. A necessidade de um entendimento mais focalizado ao nível das privações psicossociais e dos seus efeitos vincutivos, revelou ser um aspecto determinante para a concepção, metodologia e análise dos objectivos delineados.

Este trabalho, baseia-se fundamentalmente na perspectiva teórica de Bowlby e nos pontos de contacto que têm surgido nas diferentes vertentes e correntes teóricas. Por este facto, não poderíamos deixar de recorrer e considerar o seu excepcional contributo, quanto ao conceito de vínculo e ao domínio da vinculação e

problemáticas associadas às relações precoces, à representação dos processos de vinculação nas diversas etapas de desenvolvimento e às relações psicológicas inerentes à formação de diferentes sistemas sociais. Tudo isto se enquadra e interliga num jogo dinâmico criado pelos e para os seus representantes individuais.

Esses pontos de contacto são os aspectos mais importantes a considerar e não as divergências que colocaram Bowlby, também ele psicanalista, um pouco à margem da comunidade científica da época, por utilizar num contexto evolucionista princípios da psicanálise, da etologia e da biologia.

Num primeiro momento, desenvolver-se-á mais pormenorizadamente o conceito de vínculo, considerando excepcionalmente os contributos de Bowlby, e as suas diferenciações quanto às abordagens de Freud e à psicanálise tradicional.

Estudos de Bowlby, advêm da noção de que a relação de vinculação serve de base para um conjunto de representações da mãe, do *self* e do seu mundo amplamente construído, contribuindo para a compreensão da natureza da relação da criança com a mãe.

Bowlby (1969), salientou a satisfação da necessidade com base no desenvolvimento dos relacionamentos. Não sendo a presença de uma figura maternal ou a intensidade com que é vivida a relação que faz o fenómeno *attachment*, mas sim a sua qualidade, que tem uma grande implicação na própria disponibilidade da mãe.

Consideraremos a hipótese colocada por Ainsworth e seus colegas (1989), sobre as diferenças individuais face à sensibilidade e disponibilidade emocional das mães, no decorrer do 1º ano de vida que estaria relacionado com as diferenças na vinculação segura no 1º ano (paradigma da situação estranha). Para Ainsworth, a vinculação é algo que implica obrigatoriamente um afecto. Esta concepção, surgiu a partir da observação de crianças separadas das suas mães. A maioria do seu trabalho empírico, focou as diferenças individuais dos padrões de vinculação na infância, medidas através da observação de respostas a ameaças à vinculação, ou seja, a separação dos pais.

Ainsworth definiu quatro características que distinguem as relações de vinculação das outras relações sociais: a procura de proximidade; a noção de base de segurança (ou seja, a exploração mais livre na presença da figura de vinculação); a noção de comportamento de refúgio (isto é, retorno em direcção à figura de vinculação quando o indivíduo se apercebe de uma ameaça); e finalmente as reacções marcadas perante a separação (involuntária).

O ênfase, ainda que, muito breve e sucinto da noção de Winnicott, de que só se pode compreender o bebé na sua relação com a mãe ou figura maternal quando proporcionado um ambiente facilitador (*holding environment*).

Winnicott (1960), descreveu de forma muito marcada a formulação de um falso “self” como sendo uma protecção para um “verdadeiro self” que não pode desenvolver-se devido a um fracasso materno. Refere que num estágio inicial o bebé encontra-se, na maior parte do tempo, não integrado, e que muito raramente está integrado plenamente. Bion (1962a) acrescenta a noção de que o bebé, quando não recebido pelo que ele chama de “devoção” materna, tende a chamar de “função alfa” materna, o que fracassa não apenas na integração, mas fica também exposto a processos activos de desintegração, derivados de fontes destrutivas, bem como defensivas, que incrementam e complicam os estados de não integração, criando um desenvolvimento anormal. Este facto, resultaria numa fragmentação que precariamente fica encerrada numa estrutura falsa.

Considerou-se, entre outros, os trabalhos de Melanie Klein sobre os fenómenos de comunicação corporal, organizados numa fase muito precoce e de desenvolvimento, e as vicissitudes dos relacionamentos objectais, constituídos por angústias, emoções, fantasias e defesas psíquicas específicas.

Klein entende, que a precocidade e intensidade da comunicação corporal não alimentar da criança com a mãe é uma primeira expressão da capacidade de se relacionar e vincular. Numa idade muito precoce, as crianças ficam cientes da realidade através das privações que esta lhes impõe. Elas defendem-se da realidade repudiando-a. Entretanto, o critério fundamental de toda a capacidade posterior de adaptação à realidade, é o grau em que são capazes de tolerar as privações que resultam da situação edípica (M.Klein 1926, in R.Britton, pp. 51).

A abordagem de Grinberg ao conceito de “sentimento de identidade” resulta de um processo de interação contínua de três vínculos de integração, que denominou por vínculo espacial, temporal e social.

A perturbação desse sentimento, reflecte-se de um modo e por motivos diferentes em situações as quais se manifestam pela desintegração desses mesmos vínculos. E é a interação contínua desses três vínculos, que nos permite determinar de que forma a identidade se configura e também como se produzem as suas perturbações no desenvolvimento do indivíduo e na sua relação com a sociedade.

Reorganizamos o conceito de Wilfred Bion, enfatizando a ideia das relações entre um espaço continente e um conteúdo recorrendo aos mecanismos de identificação projectiva, e às emoções básicas inerentes ao estabelecimento e manutenção dos vínculos, com as repercursões na capacidade de pensar e desenvolvimento global do ser humano nas suas relações.

Todos estes autores remetem para a importância do processo das socializações precoces. A criança desenvolve defesas pessoais contra o meio ambiente quando estabelece ligações afectivas com a mãe, que é uma figura securizante, e sente uma ansiedade e medo intenso quando se afasta desta figura materna. Esta ansiedade aguda de separação é um meio de protecção. No entanto, segundo Harry Stack Sullivan (citado por Sanders, 1999), este autor acredita que a personalidade não se concretiza por completo nas primeiras fases de existência, pelo que todas as experiências são passíveis de ensinar algo e as mudanças podem ocorrer sempre que novas situações interpessoais surgem. Podendo estas situações garantir evolução ou regressão no sujeito.

A utilização de medidas de vinculação abre o caminho a novos conhecimentos sobre o desenvolvimento emocional da criança. Permitindo, assim, uma melhor adequação de intervenção dos técnicos junto das crianças e famílias com perturbações psicológicas, mas que antes de mais sofrem de relações de vinculação perturbadas.

Apesar das investigações ainda insuficientes sobre esta temática, é nos primeiros anos de vida que habitualmente surge o que podemos denominar como o início da Perturbação Reactiva da Vinculação (PRV, critério de diagnóstico disponível à pouco mais de dez anos, in DSM- IV- TR), que por definição começa antes dos cinco anos de idade. Segundo o descrito, a sua evolução varia em função de factores e características individuais da criança e das pessoas que cuidam dela, da gravidade e duração associadas à privação psicossocial e à natureza da intervenção (a definição e critérios de diagnóstico da PRV são desenvolvidos no final do primeiro capítulo).

Caso seja facultado um meio envolvente adequado, poderão surgir melhorias relevantes ou a sua remissão. Caso contrário, a perturbação seguirá a sua evolução contínua. Mesmo depois da criança ter desenvolvido vinculações selectivas, a sociabilidade indiscriminada, pode ainda manter-se.

Este critério de diagnóstico contribuiu, e foi mais um passo no conhecimento cada vez mais alargado e específico sobre as implicações reais, os danos e consequências das experiências vividas nos primeiros anos de vida e suas condicionantes na vida adulta.

O facto de se valorizar os riscos e conseqüentemente a adaptação social, minimiza e facilita uma acção técnica cada vez mais imediata e coerente com a vida psicoafectiva da criança, contrariamente ao que por vezes ainda se observa nas metodologias e abordagens ao menor, no que concerne às suas vivências passadas, presentes e futuras, bem como, as necessidades básicas e vitais ao seu desenvolvimento.

Partindo da análise teórica do conceito de Vinculação até à inscrição do Manual de Diagnóstico da Perturbação Reactiva da Vinculação, tentar-se-á inferir que, apesar de cumprir os sintomas da PRV, as crianças institucionalizadas conseguem manter padrões de vinculação.

Estes padrões de vinculação são demonstrados através da sua manifestação em testes projectivos. A própria dinâmica de análise dos testes projectivos é elucidativa relativamente aos movimentos de projecção que são feitos pelas crianças no material manifesto das pranchas. Os casos apresentados serão ilustrativos de que, apesar de se confirmar os critérios de diagnóstico de PRV, as respostas ao CAT – A, assim como Histórias da Vinculação para Completar, darão indícios da capacidade de estabelecer vínculos a figuras que apresentem a característica mínima de permanência, com qualidade, na vida dessas crianças.

II – Revisão Bibliográfica

A Vinculação - Concepções Clássicas

A Natureza e a Etiologia da Vinculação

“... Criar laços?

... eu não preciso de ti. E tu também não precisas de mim. Por enquanto eu não sou para ti senão uma raposa igual a cem mil outras raposas. Mas, se tu me cativares, passamos a precisar um do outro. Passas a ser único no mundo para mim. E eu também passo a ser única no mundo para ti...”

in, O Príncipezinho

Para compreender a “história” da Vinculação, haverá que recuar às suas raízes, mencionar personalidades que se notabilizaram, e fazer referência a estudos, investigações e resultados obtidos ao longo de décadas.

Embora seja perigoso, por vezes, estabelecer barreiras rígidas na história, na investigação científica de algo, é necessário sistematizar o essencial, a génese, evolução do conceito e dos constructos teóricos que surgiram, tendo sempre como base metodológica a investigação bibliográfica e os testemunhos recolhidos.

A necessidade de estabelecer vínculos emocionais é uma componente básica da existência humana, presente ao longo de toda a vida. A primeira relação que estabelecemos com o mundo ocorre através do desenvolvimento de um vínculo

emocional com aqueles que cuidam de nós, nos primeiros momentos da nossa existência.

Segundo Isabel Soares (1998), os processos de vinculação exercem uma influência profunda no desenvolvimento da identidade e do auto-conhecimento.

Nos primeiros anos de vida, quando o desenvolvimento cognitivo está ainda muito ligado à natureza concreta dos objectos e das pessoas, as crianças só podem construir o seu sentido de singularidade e de unidade pessoal através da experiência de estarem envolvidos numa relação privilegiada com outras figuras significativas. Mas sabemos que nem todas as relações de vinculação revelam estas características de uma forma positiva.

Como refere Amaral Dias (1986), a etimologia do vínculo espelha bem o processo diferencial de construção da vinculação; “Vincular tem o mesmo étimo que vínculo, substantivo masculino que significa o sinal que fica, o traço que se fez, o sulco na carne. Vincular cujo significado literal é ligar com vínculo, isto é, com liame, atadura, etc., é também prender, apertar, segurar, a posse de (...), os laços que uniram a criança aos pais podem tal, como um vinco deixar traço, representação no interior do sujeito. Mas podem também constituir-se como vínculo patológico, isto é, como grilhões, algemas, prisões infantis das quais se não emerge para a vida. (...). Mas se ser adulto, é ser pai e mãe de si mesmo, isto é, guardar dentro de nós os vínculos amorosos que nos uniram aos objectos da nossa filiação, só assim se pode partir só, como afirma Coimbra de Matos, para que outros de nós possam fazer outros liames, outras vinculações” (in Amaral Dias, pp. 37-50).

Vinculação

Noções Gerais

Quando se pretende abordar esta temática, não podemos deixar de associar o estudo da Vinculação a John Bowlby e a Mary Ainsworth, que deram um contributo decisivo para a elaboração de uma abordagem e intervenção científica sobre o estabelecimento, desenvolvimento e ruptura das relações de vinculação, o que

permitiu a compreensão da natureza da relação da criança com a mãe, ou com as figuras prestadoras de cuidados.

Apesar da similaridade do trabalho de Bowlby a muitas das ideias psicanalíticas clássicas, contrariamente a muitos dos seus colegas, defendeu a utilização de uma metodologia com base na observação directa de comportamentos. Bowlby, realçou a importância dos primeiros acontecimentos e experiências da vida real no desenvolvimento da personalidade e das possíveis perturbações. Ou seja, integrou, possivelmente para o desagrado de muitos, num contexto evolucionista princípios da psicanálise, da etologia e da biologia. Para isso, teve em conta os trabalhos de J. Piaget e da Escola Húngara de psicanálise (representada por S. Ferenczi, M. Balint e I. Hermann - que elaborou a teoria da necessidade de contacto e de fixação primária ao objecto).

Considerando, como Piaget, que, o comportamento organizado com base numa inteligência sensorial se desenvolve para dar lugar a um comportamento organizado com base no pensamento simbólico.

A teoria da dependência emocional, posteriormente substituída pela terminologia da teoria da vinculação (Réne Zazzo, 1974) formulada por Bowlby, foi ao encontro de numerosos etologistas, que como ele estudaram o conceito de vinculação primária.

Bowlby apoiou-se na teoria do comportamento instintivo que Lorenz (Bowlby, 1969, vol.1) havia proposto: os animais (no início dos seus estudos utilizou na maioria aves) possuem um mecanismo inato que permite ao recém-nascido seguir ou agarrar-se ao primeiro “objecto” móvel que vê (geralmente a mãe). O adulto cumpre assim, uma função de protecção e desempenha o papel de um modelo que permite à “cria” identificar os membros da sua espécie e a integração no grupo. Resumidamente, Lorenz tinha conseguido demonstrar como em algumas espécies animais se estabelecia e desenvolvia com a figura maternal o importante vínculo, sem que o alimento fosse o único meio de ligação.

Para Bowlby, era evidente que as descobertas da etologia se deveriam aplicar ao Homem no que respeita aos laços de vinculação e aos laços entre gerações.

O acaso levou Harlow a observar, uma vez isolados alguns bebês macacos *Rhesus* das suas mães, na sequência de uma doença infecciosa, que estes se apegavam/ligavam aos cobertores/ mantas que cobriam o chão da jaula, e que os que não os tinham nas jaulas, após a separação não sobreviviam mais de uma semana.

Como refere Guenedey (2002), o fenómeno do amor/ afecto não tinha merecido praticamente nenhuma atenção por parte da psicologia académica, então bastante afastada da psicanálise e da sua preocupação com as emoções. No meio anglo-saxónico, a psicologia dominada pelos comportamentalistas cuja posição na altura se encontrava em sintonia com a dos psicanalistas, afirmava que o bebé se vinculava à mãe porque ela o alimentava, constituindo-se assim apenas como fonte de alimento.

Incrédulo com esta teoria, Harlow (1960), a partir da observação experimental de oito primatas (*rhesus macaques*) separados das mães, (com excepção de duas “mães substitutas”: uma um bloco de madeira, suavizado com esponja e coberto de algodão, onde tinha sido desenhada uma cara circular com grandes olhos e no seu interior uma pequena lâmpada que dava calor e a outra feita unicamente de arame mas que também tinha uma cara e munida ainda de um sistema de alimentação que terminava numa tetina), observou que, os bebês demonstraram preferência pela mãe de pano, macia e confortável, e não pela sua mãe fonte de alimento, o que permitiu constatar que, efectivamente, o bebé primata procurava antes de mais o contacto e a proximidade com o adulto / mãe substituta e só posteriormente a procurava como resposta às suas necessidades de alimento. Segundo as declarações de Harlow (Bowlby, 1969, vol. 1), esta separação traria posteriormente problemas de comportamento que impossibilitava a reinserção no grupo, factos que seriam mais tarde interpretados e analisados.

Bowlby pode complementar o seu “pensamento” postulando, segundo Oliveira (2000), a existência de um desejo primário - desejo de vinculação, que envolveria uma dinâmica distinta da libido ou dos comportamentos de alimentação considerados até então como as únicas duas fontes de motivação dos comportamentos humanos.

Desejo que se expressaria de um modo mais claro e evidente nos primeiros dois anos de vida da criança, através da vinculação, nomeadamente pelos comportamentos de sinalização (sorriso, chorar, sucção ou o chamar a atenção de outras formas) e comportamentos de aproximação (tendência de “ir para”, agarrar-se, seguir ou procurar).

Mais tarde, Bowlby (1988) expandiu estas concepções, considerando o comportamento de vinculação como qualquer acção de um indivíduo para procurar ou manter a proximidade para com um outro sentido como o mais capaz em lidar com as situações de um modo geral.

A pesquisa de Bowlby teve um extraordinário impacto na psicologia do desenvolvimento, conceptualizando a ideia de continuidade e transformação através do desenvolvimento individual, tema de difícil estudo e abordagem empírica. Deste modo, as primeiras experiências de vida do recém-nascido adquiriram uma outra importância e dimensão para a compreensão do comportamento dos indivíduos adultos. Assim, Bowlby propôs a ideia de que o comportamento não é algo estático, mas pelo contrário, envolve um jogo dinâmico de inter-relações pessoais com o meio envolvente, ideia esta defendida anteriormente por diversos psicanalistas, embora pouco aceite pela comunidade científica da época.

Na teoria da vinculação por si desenvolvida, realçou ainda a importância de se compreender o indivíduo como elemento de uma rede de relações, tendo para isso recorrido a numerosos estudos de campo para o comprovar.

De qualquer modo, não podemos deixar de referir que já Freud tinha realçado a importância das primeiras relações entre a criança e a mãe, como base de futuros relacionamentos, ainda que numa outra linha de abordagem teórica.

Apesar da similaridade a Freud de muitos dos conceitos e expressões de Bowlby, fundamentalmente as suas conceptualizações acerca das necessidades do recém-nascido, são consideravelmente diferentes. Bowlby (1969) salientou a satisfação de necessidade com base no desenvolvimento das relações, referindo que todas as crianças desenvolvem comportamentos de ligação (vínculo) para com a mãe ou para com o seu prestador de cuidados, dependendo da forma como são tratados. Mais uma vez, não é da presença de uma figura maternal ou da intensidade com que é vivida a relação que advém o fenómeno de vinculação, mas sim da sua qualidade. Qualidade esta influenciada, não só pelos comportamentos e respostas da criança, mas também pela própria disponibilidade da “mãe”, contrastando assim com a teoria de Freud. É realçada a questão das respostas da mãe face aos sinais enviados pela criança e na disponibilidade emocional para activar o sistema de comportamento vincutivo do bebé.

Bowlby concebe a ideia de que a criança possui (à semelhança das outras espécies animais tal como Lorenz e Harlow tinham estabelecido) à partida, certas e determinadas características que influenciarão todo o processo inter-relacional. As primeiras relações, securizantes ou não, servirão certamente como modelo para o estabelecimento das relações sociais na fase adulta. Esta concepção estabelece a influência claramente biológica do desenvolvimento infantil.

Para a compreensão desta abordagem relacional parece importante, de alguma forma, destacar o papel primordial das emoções para o desenvolvimento precoce. É com base nestas primeiras interações relacionais que a criança aprende a diferenciar-se das outras pessoas. A construção deste primeiro sistema é uma concepção absolutamente dinâmica, onde ambos os elementos (bebé – mãe), têm uma participação activa e determinante. Segundo Oliveira (2000), o conceito de disponibilidade emocional reflecte o processo interaccional envolvendo a criança, a mãe e o sistema diádico.

Neste sentido, Ainsworth (1964), por exemplo, concebe a vinculação como algo que implica obrigatoriamente um afecto, sendo simultaneamente um acto de comportamento e, portanto, observável. Como refere G. Pedro (1985, pp.73), para esta autora, “o acto de vinculação representa um processo activo de duplo sentido, sendo cada resposta influenciada retroactivamente”.

Bowlby postula que a vinculação que liga as gerações nas espécies animais existe também no homem. Deste modo, a teoria da vinculação explica a forma como as primeiras ligações se estabelecem e como uma boa base de segurança permite desenvolver as funções cognitivas. De facto, a segurança permite a destabilização e pode ser compreendida e integrada, tornando-se parte integrante das aprendizagens cognitivas e conduzindo o sujeito ao desenvolvimento e à sua autonomia.

Os trabalhos de Ainsworth e Bell permitiram isso mesmo: provar e estabelecer a existência de uma ligação entre a segurança de vinculação e o desenvolvimento cognitivo, como veremos mais a diante.

M. Main (in B. Pierrehumbert, 1992) sugere, que o tipo de vinculação é programado e transmitido a partir do tipo de vinculação que se pode observar na mãe, havendo

assim, continuidade entre os cuidados maternos, os padrões relacionais no seio da díade mãe –criança, e no desenvolvimento da criança.

Também Winnicott (1965) propõe, que só podemos compreender o bebé na sua relação com a mãe (ou com uma figura maternal/ prestadora de cuidados). A mãe deve, proporcionar um ambiente facilitador, ambiente que deverá ser suficientemente bom, demonstrando disponibilidade para a criança, mas possibilitando, simultaneamente, um espaço relacional para a auto-exploração e desenvolvimento da sua autonomia.

Deste modo, o fundamental para o processo de desenvolvimento é a relação em si, estabelecendo-se os comportamentos de vinculação como resultado secundário das relações, e não como uma tendência primária, como pressupõe inicialmente Bowlby.

Esta opinião é partilhada por Melanie Klein (in Hinshelwood, 1991), que defendeu a ideia de que as relações do bebé com a mãe vão além da simples satisfação de necessidades fisiológicas. Salienta mesmo algumas reacções do bebé aos cuidados maternos e ao alimento. Algumas crianças centram-se quase que exclusivamente no alimento, negligenciando por absoluto o seio ou a mãe, não sendo sensíveis às suas reacções, ainda que outras apresentem a reacção contrária, o que, relativamente ao seu desenvolvimento afectivo futuro, parece ser de bom prognóstico.

Klein surge, à semelhança de outros autores, como precursora das abordagens de Bowlby, realçando os fenómenos de troca corporal mais do que uma mera relação de alimentação.

Winnicott, e outros que se lhe seguiram, insistem na importância da *maternage* e das trocas interpessoais precoces, ultrapassando a perspectiva relacional centrada apenas no alimento. Klein, “entende que a precocidade e intensidade desta comunicação corporal não alimentar da criança com a mãe é uma primeira expressão da capacidade de se relacionar e vincular. Esta orientação precoce no sentido do objecto de amor é também uma defesa, supostamente bem sucedida, contra a ansiedade persecutória e à necessidade de ser constantemente gratificado, pois trata-se de receber provas de amor e benevolência que vêm desmentir o medo de ser atacado, ou mais tarde, abandonado” (in Oliveira, 2000, pp.159).

Importa considerar também o contributo de Grinberg, que apresenta uma abordagem sobre as relações dos conceitos do Eu e do Self, e a tentativa de as clarificar e identificar, revelando evidente preocupação com o social, quer de um modo amplo, quer na sua relação com o indivíduo. A sua metodologia pretendeu analisar a fundo a noção de identidade, a aquisição do conceito de identidade e de “sentimento de identidade” como o resultado de um processo de interacção contínua de três vínculos de integração, que denominaram por vínculo espacial, temporal e social. E é a interacção contínua desses três vínculos, que nos permite determinar de que forma a identidade se configura e também como se produzem as suas perturbações no desenvolvimento do indivíduo e na sua relação com a sociedade.

Mais tarde, também Bion enfatizou a ideia das relações entre um espaço continente e conteúdo perante a descrição da forma como a criança integra o seu próprio mundo. Aspecto que será abordado e referido neste trabalho mais adiante e em detalhe.

À semelhança de outros constructos teóricos, as interpretações de tipo etológico têm as suas limitações, negligenciando uma dimensão fundamental de toda a actividade humana, que é a afectividade e a dimensão imaginária que inevitavelmente a acompanha. Sabemos que a afectividade tem uma dupla componente, consciente e inconsciente. A mãe dirige-se ao filho real, mas também ao filho imaginário, entendido e concebido a partir das suas projecções inconscientes estruturadas ao longo do seu próprio desenvolvimento e da sua própria história infantil (S. Lebovici, 1983).

Assim, e segundo Guedeney (2002), “o comportamento de vinculação surge como elemento chave do equilíbrio psicossomático precoce”. Este comportamento permite, estabelecer um elo de ligação, entre a compreensão de factos clínicos, a elementos teóricos até aqui dispersos: a ligação entre segurança da vinculação, e a capacidade de mentalização e resiliência perante o traumatismo; entre a segurança de vinculação, e a regulação fisiológica; entre a vinculação e desenvolvimento das estruturas neurológicas, e a regulação do afecto. Portanto, a ligação entre o equilíbrio fisiológico, a capacidade de dar sentido à experiência, e de expressar adequadamente as emoções que estão associadas. Afinal e segundo o desejo de Bolwby, a teoria da

vinculação reforça-se ao mostrar-se válida noutras espécies próximas do homem e no seu valor adaptativo.

Sistemas de Vinculação

No âmbito da teoria da Vinculação desenvolvida por Bowlby, o autor refere-se a um número de cinco respostas úteis na abordagem à relação “mãe” (figura maternal) – bebé. Tendo, novamente, como ponto de partida os conceitos inicialmente adaptados da etologia, das ciências cognitivas e da teoria da informação, para descrever este laço primário da criança pequena com os pais e a sua evolução, o conhecimento dos seus constructos permite-nos compreender a sua origem, os seus limites e as suas aplicações terapêuticas.

Segundo Guedeney (2002) e Bowlby (1988), o sistema de vinculação compreende um conjunto de comportamentos de vinculação, descrito como os quatro sistemas motivacionais, ainda que se refira mais tarde um quinto. De um modo geral, o sistema de vinculação, refere-se ao sistema que mantém e favorece a proximidade à figura de vinculação, transmitindo e possibilitando um sentimento de segurança (ao bebé).

Sistema de Vinculação Propriamente Dito

O objectivo é estabelecer a proximidade física com a figura de vinculação¹, em função do contexto. A criança tenta controlar o seu meio ambiente, interpretando os sinais (externos e internos), em caso de aflição e de susto, procurando assim a proximidade com a sua figura de vinculação. Algumas das características que se observam neste sistema, derivam ainda das registadas e observadas no comportamento animal (característicos da espécie), conduzindo alguns comportamentos à previsibilidade dos mesmos. O que nos leva a afirmar que as

¹ Figura de vinculação no sentido à qual a criança irá dirigir o seu comportamento de vinculação. Esta figura de vinculação poderá ser qualquer pessoa que se envolva numa interacção social viva e durável com o bebé e que responda aos seus sinais e às suas aproximações, com facilidade e cuidado.

crianças se vincularão aos pais quer eles cumpram as suas tarefas ou não. Este sistema de vinculação é permanente e estável, mantendo-se ao longo do desenvolvimento da criança, no seio de um ambiente mais ou menos inalterável. O objectivo da criança é a manutenção de uma distância mínima desejável em relação à mãe.

Consideram-se como elementos activadores do sistema todos os sinais indicadores de perigo ou geradores de stress. Os autores de referência dividem-nos em dois grupos distintos: os factores internos à criança (fadiga, dor,...) e os factores externos, ligados ao ambiente (qualquer estímulo assustador, a presença de um estranho, a ausência da figura de vinculação, por exemplo). No entanto, a sua descrição não é única, possuindo uma eficácia mais ou menos activadora em função do momento em que surge, da posição da figura de vinculação em relação à criança e das suas reacções. A proximidade à figura de vinculação funciona como activador final do sistema.

Bowlby compara o sistema de vinculação como um sistema permanentemente activo, semelhante a um sistema de vigilância. Em determinadas situações, o sistema é activado levando a criança a procurar o contacto e a proximidade com a figura de vinculação e a não se sentir satisfeito enquanto não o conseguir. Por outro lado, quando as condições são consideradas normais, a criança é livre de prosseguir os seus objectivos e as suas actividades, embora o sistema permaneça a controlar o ambiente como possível fonte de stress.

Solomon e Georges (1999), resumem o comportamento de vinculação como “um sistema corrigido por um objectivo interno”, o que permite que os comportamentos de vinculação sejam organizados de forma flexível em torno de uma figura particular e sob determinadas condições.

O desenvolvimento do sistema de vinculação divide-se classicamente em três períodos:

- “dos **0 aos 6 meses**, trata-se de pôr em acção os processos de discriminação, com um período particularmente sensível entre os 4 e os 6 meses;
- dos **6 meses aos 3 anos** é o período em que entram em acção os esquemas de vinculação baseados em sistemas de retrocontrolo ligados ao objectivo principal, que é o de se manter bastante próximo da figura de vinculação.

A criança percebe as relações causa e efeito. Este sistema está totalmente operacional entre os 7 e os 9 meses.;

- **após os 3 anos**, assiste-se à formação de uma relação recíproca: a criança desenvolve uma vontade própria e uma compreensão das intenções do outro (mentalização, teoria do espírito). O desenvolvimento das suas capacidades de pensar em função do tempo e do espaço aumenta as suas capacidades cognitivas e permite-lhe suportar o afastamento da sua figura de vinculação”.

Sistema Exploratório

Este sistema encontra-se intimamente ligado ao sistema anterior e ligado ainda à curiosidade e ao domínio. Estes dois sistemas são activados e desactivados por sinais antagónicos. Tal como a nomenclatura nos indica, é toda a exploração que pretende ser levada a cabo pelo bebé, no conhecimento e domínio do meio envolvente (securizante).

Sistema Afiliativo

Sistema afiliativo ou sistema de sociabilidade, postulado por Bowlby como um sistema ligado a uma tendência biologicamente programada a qual contribui para a sobrevivência do indivíduo. Os seus activadores seriam aqui diferentes, sendo este sistema activado provavelmente quando o sistema de vinculação não o é. Murray, citado por Cassidy (1999), descreve este sistema como “o conjunto das manifestações de amizade e de boa vontade devidos ao desejo de fazer as coisas na companhia de outros”. Está ligado à construção de moralidade e da sociabilidade, e representa a motivação da criança para se envolver socialmente com os outros. Trata-se de uma motivação social, evidente desde o nascimento, e que se desenvolve consideravelmente a partir dos 2 meses.

Sistema Medo-Angústia

Representa, a capacidade de vigilância e de controlo do ajustamento perante qualquer sinal de presença de coisas assustadoras, quer sejam sociais, quer não, e a resposta aos mesmos. Trata-se do registo e da reacção da criança à percepção de uma situação de perigo e/ou risco. Este sistema partilha com o sistema de vinculação os mesmos activadores, presentes no final do primeiro ano de vida, que contribui para o constante controlo da criança à qualidade securizante ou assustadora do ambiente.

O Quinto Sistema

Mais recentemente o sistema de *caregiving*, pouco desenvolvido por Bowlby, foi associado ao sistema de vinculação. Em 1988, Bowlby define-o como a vertente parental da vinculação: “trata-se da capacidade de prestar cuidados e de se ocupar de alguém mais novo. É a expressão de uma tendência biológica, a necessidade premente de cuidar do seu filho, modificada pelas experiências sociais”. Para Bowlby é o sistema que está mais ligado à “aprendizagem social”. Dada a relevância para o estudo em questão, este quinto sistema será aprofundado com maior atenção e detalhe.

Para Bowlby (1973), o sistema de vinculação constitui uma base de conhecimento sobre aspectos particulares do relacionamento, e interage com outros sistemas comportamentais que controlam a interacção do indivíduo com o mundo. Consequentemente, a liberdade de exploração e desenvolvimento psicológico, ocorre, optimamente, quando enquadrados num contexto de segurança.

De um modo, aparentemente, muito simplista, permitiu-se neste trabalho, a uma ligeira comparação entre as estratégias utilizadas nestes sistemas, e as respostas postuladas por Bowlby e outros autores, nomeadamente Piaget e Spitz, do repertório do bebé, quando na procura de estabelecer os seus objectivos, para além da fonte exclusiva de alimento.

No que concerne ao Sistema de Vinculação Propriamente Dito, bem como ao Sistema Exploratório, o desejo de proximidade e contacto do bebé com a sua figura de vinculação faz-se através do chupar, agarrar e seguir. O recurso ao sorriso como

ponte de contacto social no Sistema Afiliativo e finalmente o choro no Sistema de Medo – Angústia como reflexo da sua condição e dos seus sentimentos de separação, perda e angústia. O Sistema de Caregiving remete-nos para o sentimento de segurança, e a capacidade mais tardia de vivenciar o outro em si quando ausente.

O Sistema de Caregiving

Cuidados Parentais

A qualidade dos vínculos, estabelecidos com os pais, ou com as figuras prestadoras de cuidados, afectam a personalidade e a vida da criança, do adulto e do idoso, em especial, no que concerne aos relacionamentos de maior intimidade emocional e de suporte social.

Em 1988, Bowlby, considerou numa perspectiva biológica o caregiving, referindo-se-lhe como, um conjunto de comportamentos parentais que compreendem tanto os cuidados físicos, como afectivos prestados à criança, em certa medida programado como comportamento de vinculação. Sustentado por mecanismos biológicos, ainda que, com diferenças individuais ligadas à aprendizagem, experiência, e história de vida de cada um.

Cassidy (1999), propõe a utilização desta terminologia para descrever especificamente os comportamentos parentais que promovam a proximidade e o reconforto à criança quando esta se sente ameaçada, o que acarreta implicações comportamentais na interacção com o bebé como, o aproximar-se, o chamar, abraçar, segurar, seguir, consolar, embalar.

Os sinais internos e externos associados a situações que o progenitor entende como perigosas ou stressantes para a criança, activam o sistema de caregiving e será desactivado quando a proximidade física ou psicológica é conseguida e o bebé reconfortado.

Como referem Greenberg e Speltz (1988), a sensibilidade dos pais aos sinais do seu bebé tem de evoluir para uma capacidade de conciliar os seus objectivos e planos, com o do seu filho mais crescido, tendo em consideração os afectos e desejos, permitindo aumentar a sua confiança neles e a construção de uma parceria quanto ao

objectivo pretendido. Alguns comportamentos são quase automáticos, todavia, no decorrer do crescimento e desenvolvimento da criança, é mais difícil a adaptação parental, como é exemplo a adolescência, em que o desejo de protecção dos pais, entra em conflito com o desejo de autonomia dos filhos.

A função parental, de conter as emoções da criança, é o protótipo da função emocional que, os pais vão oferecendo durante o seu desenvolvimento mental.

Este, é um sistema que está intimamente associado e regulado pelas emoções. As figuras maternas vivenciam, sensações de prazer e de satisfação quando têm oportunidade de proteger o seu filho; e de cólera, tristeza e ansiedade quando separados ou quando não os podem proteger. Emoções e sentimentos são os vínculos relacionais do crescimento.

Esta interdependência dos sistemas vinculativos com as relações adultas da personalidade surge como um aspecto fundamental para a compreensão da sua capacidade relacional e transformativa.

O *caregiver* é quem cuida física e emocionalmente da criança, que está presente de forma significativa e regular na sua vida e na qual investe emocionalmente. Temos, por um lado, os pais, os avós, as amas, as auxiliares, os professores, e, por outro lado, as famílias de acolhimento, os pais adoptivos, os funcionários dos infantários, dos lares, os educadores (...). Nesta segunda categoria, e indo de encontro ao que refere Howes (1999), as relações estabelecem-se na maior parte das vezes depois da construção de uma primeira relação de vinculação ter sido perdida.

As crianças estabelecem vínculos com novos *caregivers* em diversos momentos do seu desenvolvimento e num contexto diferente daquele em que constrói o vínculo à mãe.

As crianças mais velhas já possuem um modelo interno de relação de vinculação. Mais tarde, quando encontram novos *caregivers*, as novas relações formar-se-ão numa base relacional e num contexto de desenvolvimento diferente do que caracteriza a vinculação do bebé à mãe, como seria esperado.

Com a publicação “Cuidados Maternos e Saúde Mental”, Bowlby traçou um importante contributo para a reflexão sobre as carências maternas a que estavam expostas muitas das crianças institucionalizadas, sublinhando a necessidade destas

crianças em desenvolver relações de vinculação privilegiadas com os seus caregivers. Delineou, ainda, três noções chave na relação: a continuidade, a disponibilidade e a sensibilidade da resposta do prestador de cuidados.

Como já referido, a criança tem uma tendência inata para se vincular, em especial a uma figura, o que significa que, num grupo estável, um dos elementos poderá tornar-se a sua figura de vinculação privilegiada.

Uma criança manifesta aflição, sempre que se separa sem o desejar de uma figura materna, a quem já teve ocasião de se apegar. Se essa criança, é colocada num ambiente estranho e se vê atendida por uma série de pessoas desconhecidas, a aflição tende a intensificar-se. O comportamento da criança acompanha uma sequência típica. Inicialmente, ela protesta vigorosamente e tenta, recorrendo a todos os meios ao seu alcance, recuperar a mãe. Em seguida, parece desesperar-se para reaver a mãe, preocupando-se porém com ela e mantendo-se atenta à espera que retorne. Na sequência da acção a criança parece perder o interesse pela mãe, tornando-se emocionalmente desapegada. No entanto, esse desapego não se prolonga indefinidamente, desde que o período de separação não se alongue demasiado. Ao voltar para perto da mãe, o apego volta a manifestar-se, nos dias e por vezes semanas seguintes a criança insiste em permanecer ao lado da mãe, demonstrando além disso uma angústia aguda ao suspeitar que a voltará a perder. No entanto, a experiência consecutiva do abandono também acarreta consequências na capacidade de vinculação. A experiência repetida da separação irá criar na criança uma necessidade de autonomia, desconfiando da figura a vincular. Este facto é também ele descrito por Bowlby, ao longo dos seus trabalhos e investigações realizadas.

Procurando analisar os problemas teóricos, Bowlby tentou compreender melhor a ligação que une uma criança à mãe.

Para ele tornou-se claro que cada uma das três fases principais da reacção da criança à separação estava associada a um ou outro dos temas nucleares da teoria psicanalítica. Assim, a fase de protesto da criança colocava o problema da angústia de separação; o desespero a questão do desgosto e do luto; e o desapego correlacionava-se à defesa.

Bowlby, (1973, pp. 29), formulou assim a tese de que estes três tipos de reacção – “angústia de separação, desgosto, luto e defesa, eram fases de um único processo”, e

só chegavam a ter a sua verdadeira significação compreensiva quando encarados por esse prisma, mais tarde denominados como mecanismos de vinculação.

Nem todos os sistemas comportamentais se desenvolvem ao mesmo ritmo, os de sexualidade e de caregiving surgem mais tarde, contrariamente ao de vinculação e de alimentação que se desenvolvem rapidamente, dado que são essenciais à sobrevivência da criança.

Este sistema manifesta-se primeiro sob formas imaturas e não funcionais, desde a mais tenra idade: brincar às mamãs (sobretudo nas raparigas), cuidar de animais pequenos, de bebés, de bonecas. Estes jogos são influenciados pela experiência dos cuidados maternos: a criança desenvolve o sentido de cuidado, das representações do cuidar, através das suas experiências com a mãe. Em certas culturas, as crianças mais velhas tratam das mais novas, sendo orientadas mais ou menos pela mãe, o que contribui sem dúvida para uma maturação precoce do sistema de caregiving, mas de um modo geral este sistema adquire a sua maturação progressivamente.

E na adolescência o que acontece do ponto de vista da teoria da vinculação, dado que é um período de profunda transformação?

Segundo Atger (2002), há um distanciamento das figuras de vinculação iniciais e uma transformação das relações de vinculação com essas figuras;

- a criação de novos laços de vinculação;
- a emergência de sistemas comportamentais sexuais e de cuidados parentais (caregiving) que se interligam estritamente com o sistema da vinculação;
- o desenvolvimento de capacidades para se tornar ele próprio numa figura de vinculação, isto é, um caregiver.

O comportamento do adolescente em relação às suas figuras de vinculação pode parecer conflituoso, confuso e contraditório se não for integrado no contexto destas mudanças comportamentais típicas da adolescência. Com efeito, o sistema de vinculação parece desempenhar um papel fundamental, ajudando o adolescente a superar o desafio da autonomização: se este parece empenhado numa fuga activa das relações com os pais e circunscrito pelos seus laços de vinculação, a sua autonomia faz-se de forma tanto mais fácil quanto mais seguras forem as suas relações com os pais (F. Atger, 2002).

Contudo, é um sistema que se transforma na adolescência, baseando-se em parte nas alterações biológicas associadas à puberdade. Desenvolvendo-se claramente nos períodos de transição para a parentalidade, nomeadamente gravidez, nascimento e no pós-parto, resultando não só da interacção dos factores biológicos, mas também psicológicos e sociais.

Compreendendo o ciclo, a pessoa “cuidada” passa a “prestadora de cuidados”.

A experiência materna do nascimento está associada de forma significativa com as representações que a jovem mãe possui de si mesma como prestadora de cuidados. As experiências anteriores, a representação de si enquanto prestadora de cuidados, a interpretação da experiência do próprio nascimento (aborto, prematuridade, técnica de parto), são factores que entram em sinergia e podem influenciar o caregiving.

Da observação – teorização, através da prática da análise na experiência pessoal, ou na observação directa de casos em contexto de proximidade, a primeira metade do século XX, apresentou a Vinculação como factor observável no comportamento humano relacional. Foi, no entanto, a exigência positivista da ciência que levou outros autores a laboratizarem situações que comprovassem padrões do comportamento vincutivo.

Situação Estranha de Ainsworth

É uma psicóloga canadiana que, na sequência dos estudos de Bowlby, vem dar à teoria da vinculação um prolongamento experimental e um avanço científico considerável.

Apesar das dúvidas inicialmente manifestas acerca da pertinência de alguns dos estudos realizados e desenvolvidos por Bowlby, é a sua curiosidade pela experimentação em meio natural que a leva, em 1953 (Uganda), a realizar o primeiro estudo sobre a vinculação numa população comum, verificando rapidamente a pertinência das ideias de Bowlby sobre a etologia na relação de vinculação mãe-filho. Evidenciando a importância das questões transculturais e a sua dimensão contextual, que permite ao indivíduo adaptar-se e sobreviver às exigências do meio, mas, e em primeiro lugar, à universalidade da relação de vinculação.

Ainda que surgisse inicialmente muita controvérsia sobre a universalidade da tipologia da vinculação, os estudos transculturais (Japão, China, Alemanha...) desenvolvidos mostraram claramente a universalidade da vinculação ao longo das culturas, permitindo estabelecer uma validação transcultural da teoria da vinculação. Estes estudos sublinham igualmente o equilíbrio entre os aspectos universais da teoria da vinculação e os determinantes culturais que permitem às crianças uma melhor adaptação ao meio envolvente (D. Míocque, 2002).

Ainsworth (1978), operacionalizou a observação dos comportamentos de vinculação através do procedimento da *Situação Estranha*, que assenta num cenário feito de separações e reencontros. Esta situação permitiu avaliar as capacidades de uma criança de 12 meses em procurar conforto junto dos pais e aí encontrar uma base segura que lhe permitisse secundariamente estruturar-se e tornar a partir para explorar o meio envolvente, situação esta desenvolvida em laboratório.

A vinculação é aqui considerada como um sistema comportamental de controlo, com o objectivo de conseguir ou manter a proximidade com a figura de vinculação. O fenómeno da base de segurança é observado aqui pela redução do jogo e da exploração em presença do estranho.

Dito de outra maneira estudou assim o grau de segurança do modo de vinculação. Identificou então, três tipos de vinculação, ainda que Main (1985) venha a referir posteriormente a existência de um quarto tipo:

- Vinculação Segura: As crianças vinculadas de maneira segura protestam no momento de separação, sobretudo na altura da segunda separação, a mais stressante, acolhendo o regresso do progenitor, a mãe com uma expressão de alívio, com prazer (sorriso, vocalização ou gesto) ou procura a proximidade e a interacção com a mãe, voltando por fim a brincar após ter sido reconfortada. Assim, as crianças seguras estão confiantes de que os seus pais estarão disponíveis e prontificar-se-ão perante situações adversas ou assustadoras, sentindo-se protegidas e competentes nas suas explorações do mundo.
- A Vinculação Insegura – Evitante: A criança faz crer que não tem necessidade de conforto, transmite uma sensação de grande independência, manifestando pouco afecto ou comportamentos de base de segurança parecendo pouco afectadas pela separação, ignorando ou evitando a proximidade e o contacto com a mãe na altura dos reencontros, centrando-se sobretudo nos brinquedos. Se o estranho lhe tira o brinquedo pode até afastar-se. A criança não está confiante se ao procurar afecto, terá uma resposta de ajuda, pelo contrário espera ser rejeitada, e por isso tende a viver sem a ajuda e suporte dos outros. Este padrão, nos casos mais graves resultaria em rejeições repetidas ou institucionalização prolongada.
- A Vinculação Insegura - Ambivalente: A criança procura o conforto, mas mostra-se assustada pela situação e agarra-se ao progenitor. Mostra-se ansiosa, aflita e agitada na separação. Procura o contacto e ao mesmo tempo procura libertar-se numa atitude de cólera, recusando ser consolada ou abandonando-se a uma aflição passiva. A criança não está certa se o seu progenitor estará disponível, quando for solicitado, ou quando for necessário intervir, esta incerteza expõe-na, trazendo-lhe uma grande ansiedade na sua exploração do mundo. Na origem deste padrão, estaria um progenitor que por vezes está disponível, mas outras não, que recorre a separações ou ameaças de abandono, como medida de controlo.

Main (1985), introduziu a categoria das crianças vinculadas de maneira insegura com comportamentos cujas intenções não são compreensíveis e que parecem desorganizados, simultânea ou sucessivamente interrompidos, ou bizarros com

estereotípias, aquando dos reencontros e, por fim, desprovidos de uma estratégia coerente, categoria esta que denominou de:

- A Vinculação Insegura / Desorganizada - Desorientada: A criança mostra sinais de confusão e de apreensão com a aproximação da mãe ou uma atitude rígida (in, Bowlby 1988, Isabel Soares 1992-96, Main 1988, Hervé Bénony 1998, Guedeney 2002, Rita Marta 2003).

Em suma, a diferença fundamental do comportamento de vinculação, encontra-se entre as crianças definidas como *seguras* e *inseguras*. O regresso da figura de vinculação acalma a angústia da criança dita *segura*, mas induz manifestações de angústia, de evitamento, de ambivalência ou de confusão nas crianças ditas *inseguras*.

Segundo Rita Marta (2003, pp. 113), estes comportamentos tendem a auto-reforçar-se, na medida em que o próprio comportamento da criança insegura, rejeitante ou possessiva, tende a provocar no adulto uma resposta desfavorável que reforça esse comportamento, criando-se assim um ciclo vicioso.

Esses diferentes tipos de vinculação têm um valor preditivo para o desenvolvimento posterior da criança. Por exemplo, nas crianças *inseguras* encontram-se mais dificuldades escolares e perturbações do comportamento.

Com base nos seus estudos e dos seus colegas, Ainsworth (1989), definiu assim quatro características que distinguem as relações de vinculação das outras relações sociais: a procura de proximidade, a noção de base de segurança (ou seja, a exploração mais livre na presença da figura de vinculação), a noção de comportamento de refúgio (isto é, retorno em direcção à figura de vinculação quando o indivíduo se apercebe de uma ameaça) e finalmente as reacções marcadas perante a separação (involuntária).

No contexto da teoria da vinculação, a noção de base de segurança significa a confiança na ideia de que uma figura de apoio, protectora, estará acessível e disponível, seja qual for a idade do indivíduo.

Verifica-se que a mãe parece fornecer à criança uma base de segurança a partir da qual é possível a exploração do meio sem ansiedade. É a qualidade e a continuidade

da ligação mãe-filho que permanecem os elementos essenciais ao estabelecimento de uma vinculação *segura*.

A partir deste “marco histórico”, muitos foram os estudos que surgiram quer para refutar, quer para contradizer a pertinência dos estudos de Ainsworth. Segundo Catherine Rabouam (2002, pp.93), esta é a primeira prova que permite testar, não os traços individuais, mas características de uma relação, conferindo a este instrumento de investigação a sua utilidade em quatro domínios:

- “a coerência com que se pode observar do comportamento da criança em casa;
- a estabilidade da classificação no tempo;
- a sua aptidão para reflectir a qualidade dinâmica da interacção mãe - filho;
- a correspondência entre a classificação e as competências posteriores das crianças até aos 6 anos (correlação com a sociabilidade, a docilidade, a autonomia, assim como com a auto-estima, as competências sociais e a empatia)”.

No entanto, é de referir, como em quase todos os estudos e constatações teóricas, que a estabilidade desta classificação supõe que não haja acontecimentos de vida que a venham a contrariar. Os lutos, as separações, os traumas, as doenças graves, (...), têm um impacto sobre a vinculação, e podem modificar o estilo de vinculação quanto mais nova for a criança e quanto menos beneficiar da intervenção de factores protectores. Sendo assim, notemos que uma vinculação confiante ou *segura*, não protege contra qualquer forma de angústia posterior.

Modelos Operantes Internos

Bowlby considerou que os padrões resultantes da interacção mãe - criança, inicialmente regulados por um sistema comportamental, se iam organizando num sistema cognitivo interno, em grande parte inconsciente. Através de interacções repetidas com o prestador de cuidados, as crianças aprendem o que esperar e ajustam o seu comportamento de acordo com isso. Estas expectativas formam a base de certas representações mentais – os modelos operantes internos – que transmitem à criança a responsividade e disponibilidade do prestador de cuidados, e que se organizam em modelos inter- relacionais de si (do self) e da figura de vinculação.

Colocou, assim, em relevo o seu aspecto dinâmico, uma vez que os modelos operantes internos actuam na vida da criança, orientando-a na sua maneira de perceber e de se comportar nas relações interpessoais, o que leva à formação simultânea de um modelo de si e do outro. O modelo de si corresponderia a uma imagem de si como sendo mais ou menos merecedor de ser amado, ao passo que o modelo do outro estaria relacionado com a percepção dos outros como estando mais ou menos atentos e sensíveis às suas necessidades.

Bowlby, recorreu ao psicólogo Kenneth Craik (1943, in Guedeney, 2002), para designar os modelos mentais que a criança constrói - conceito de Modelo Operante Interno (MOI), referindo que “ainda que o recém nascido esteja impossibilitado de construir estruturas simbólicas a partir das interacções nas quais participa, não deixa de ser capaz de interiorizar sequências de acontecimentos, e pode assim adaptar o seu comportamento à luz das experiências passadas uma vez que é incapaz de representar as coisas de que não tem percepção imediata, o bebé só responde a parâmetros presentes na realidade envolvente quando forma representações, mesmo embrionárias, dos objectos que o rodeiam, tornando-se capaz de interiorizar as interacções nas quais participa, independentemente do que acontece no presente. A partir das trocas com os familiares que o rodeiam, desenvolve modelos de relação que uma vez postos em acção, o ajudam a compreender e a interpretar o

comportamento dos que lhe são próximos. Estes modelos permitem antecipar as reacções do outro” (in Miljkovitch, 2002, pp.45).

Para determinar a idade em que estes modelos entram em acção, Bowlby interessou-se pelos trabalhos de Piaget sobre a noção de permanência do objecto. Interessou-se particularmente pelas representações que a criança forma da mãe. Bowlby crê que é a partir da metade do primeiro ano de vida que se forma um modelo, no momento em que a criança é capaz de reconhecer e de procurar um “objecto” desaparecido. Especifica que a criança que beneficia de cuidados satisfatórios por parte da mãe avança mais depressa nestas capacidades de representação do que uma criança cuja mãe é menos atenta.

Dentro dos modelos operantes internos do mundo, destacam-se os modelos operantes de si (do self) e das principais figuras prestadoras de cuidados. No modelo operante de si, o aspecto chave é a noção de quão aceitável é aos olhos da figura de vinculação e, paralelamente, o aspecto crucial do modelo operante interno da figura de vinculação que é a sua acessibilidade e suporte emocional. Assim, uma vez que ambos os modelos têm a sua origem em transacções interpessoais reais, os modelos operantes internos de si e da figura de vinculação desenvolvem-se de uma forma complementar.

Mais uma vez, recorrendo aos estudos de Piaget e às suas noções de acomodação e assimilação, Bowlby (1973), distingue dois momentos no desenvolvimento de um modelo operante interno. O modelo, ajusta-se num primeiro momento, às interacções vividas de forma a constituir-se, ao passo que, num segundo momento, as novas experiências são assimiladas ao modelo existente (a sua correspondência não é perfeita). Assim, uma vez posto em acção o seu modelo operante, a criança terá tendência a perceber os acontecimentos através do filtro daqueles de que ela já tinha conhecimento. Isto pode levar ao enfiamento do tratamento de informação. Um modelo operante interno é adaptado, desde que, opere num meio próximo daquele em que foi formado, por essa mesma razão.

Se a criança muda de meio, por exemplo, uma criança batida que é colocada numa família securizante e protectora, o modelo operante interno que ela constituiu no contacto com as suas primeiras figuras de vinculação, poderá orientá-la mal nos

novos relacionamentos. Consequentemente, é importante que o modelo operante interno, seja actualizado à medida que as novas experiências vão surgindo. Esta revisão far-se-á idealmente de uma forma progressiva. No entanto, podem surgir obstáculos impeditivos à actualização do modelo, a começar pela organização defensiva da criança.

Uma criança que tenha vivenciado, e represente como exemplo, a figura de vinculação, como fundamentalmente *rejeitante*, poderá formar um modelo operante interno de si complementar, como *desvalorizado*. Pelo contrário, uma criança que sentiu uma figura de vinculação emocionalmente disponível, irá possuir um esquema de si competente e digno de amor (Bowlby, 1973).

Paralelamente ao que vive, a criança pequena torna-se capaz de construir representações das suas experiências. Como referido, poder-se-á explorar os modelos internos de vinculação a dois níveis distintos (Miljkovitch, 2002): o dos comportamentos e o das representações.

Entre os três e os sete anos, ao mesmo tempo que a investigação das representações se torna realizável graças ao jogo simbólico e à linguagem, a criança está ainda suficientemente dependente dos pais para que os procedimentos que põe em jogo separações e reencontros continuem adequados.

Ao permitir uma regulação emocional eficaz, os modelos operantes internos das crianças *seguras* favorecem-nas no plano das relações interpessoais. As trocas com os que lhes são familiares fornecem-lhes as bases narcísicas para a formação de uma imagem de si positiva, bem como contribuem para a construção de uma imagem positiva do outro. Deste modo, as relações com os outros são percebidas como gratificantes. As expectativas destas crianças tendem, assim, a induzir modos de interacção satisfatórios, os quais acabam por reduzir a ocorrência de trocas conflituais susceptíveis de gerar afectos negativos, reforçando a imagem das relações formadas previamente. A confiança que estas crianças têm em si mesmas e no futuro, quando surgem trocas deste tipo, torna-se uma medida preventiva contra os efeitos nefastos que elas poderiam ter.

Por outro lado, as crianças *inseguras* desenvolvem a sensação de não merecerem ser amadas, assim como a ideia de que as relações são fonte de frustrações, desenvolvendo, então, uma atitude desconfiada e dependente em relação ao outro,

correndo o risco de impedir o estabelecimento de relações satisfatórias. Assim, as suas relações remetem-nas novamente para uma imagem negativa de si mesma, ao mesmo tempo que geram sentimentos penosos que as tornam vulneráveis às perturbações psicopatológicas. Os seus modelos operantes internos levam-nas a cometer erros de atribuição que, como se sabe, caracterizam perturbações tão diversas como a depressão (Beck, 1967, in Miljkovich, 2002) ou as perturbações do comportamento (Dodge e Frame, 1982, in Miljkovich, 2002).

Desta forma, de acordo com Bowlby e outros autores, o sujeito interioriza experiências diádicas de vinculação com prestadores de cuidados significativos. Se o sujeito, foi constantemente rejeitado pela figura de vinculação, o seu modelo operante interno, será composto pela representação de um progenitor rejeitante em interação com um self sem valor e ineficaz. Contrariamente, se a figura de vinculação, fornece amor e protecção, de uma forma consistente e constante, o modelo operante interno do sujeito, será constituído por um progenitor que ama, em interação com um self eficaz, e com valor. Numa interação dual, os modelos operantes internos possuem aspectos de ambos os intervenientes, de si e do outro.

Especificamente, os modelos operantes internos, são representações das experiências infantis com os prestadores de cuidados, os quais podem persistir na adolescência e vida adulta, que influenciam as experiências e comportamentos no desenvolvimento.

Estes modelos, traduzem a estratégia adaptativa desenvolvida pelo sujeito ao longo de toda a sua vida, para, ao mesmo tempo, satisfazer as suas necessidades de protecção, e para, adaptar as respostas interpessoais das suas figuras de vinculação, à expressão das suas necessidades.

Quando inicialmente se abordou a temática da vinculação, enfatizou-se, sobretudo, o papel dos prestadores de cuidados no desenvolvimento das representações de si e do outro. No entanto, não podemos falar dos modelos de vinculação adulta como reflexo apenas da relação, pais – criança. No decorrer da infância, existem outros elementos da família que poderão servir como fonte de conforto e segurança, bem como mais tarde os colegas de escola. Deste modo, supõe-se que a representação mental da vinculação se complexifique à medida que as relações dentro e fora do seio familiar ofereçam oportunidades para se aprender mais sobre si próprio e sobre a natureza das relações de maior intimidade.

Perturbação Reactiva da Vinculação

O encontro com a etologia é essencial para Bowlby na construção do seu modelo teórico sobre a vinculação. Na sequência das suas formulações sobre os efeitos da separação precoce, sobre o reconhecimento do processo de luto da criança, Bowlby, propõe toda uma revisão da teoria freudiana, da teoria de apoio assim como da teoria das pulsões, tendo sido muito criticado e pouco “escutado” na época. Num período em que estava sujeito à crítica e isolado, o encontro com a etiologia constituiu um reforço, uma confirmação e uma saída.

Chapin (1906, in Guedeney, 2002), foi dos primeiros a chamar a atenção para a ligação entre o atraso de crescimento, a depressão, e a higiene na criança, às falhas da relação. Spitz baseia-se também nas suas teorias, e dedica-se a descrever os efeitos na criança da interrupção brusca da relação com a mãe, tendo como base de estudo crianças (pequenas) nascidas em contexto prisional. As suas primeiras “descobertas” tornar-se-iam chocantes para muitos, o que levaria ao aparecimento de uma variedade de efeitos associados à “institucionalização”. Ele e muitos dos que se interessavam por esta temática, descreveriam os efeitos das carências relacionais precoces, associadas claro, à “privação materna” e à “carência de cuidados maternos”. As crianças mostravam afecto em relação a qualquer pessoa, tinham dificuldades de asseio e apresentavam um atraso de desenvolvimento, em particular na linguagem. Na sua maioria, estas crianças eram rejeitadas dos lares ou das famílias de acolhimento, tornando-se cada vez mais insensíveis e desesperadas. Manifestavam ausência de jogo e de preocupação para com o outro, agarravam-se ao adulto, evidenciavam agitação, incapacidade de fixar a atenção e tendência para destruir (Spitz, 1945 e Bowlby, 1976).

Vivia-se numa altura em que a taxa de mortalidade infantil era muito elevada nas instituições. E foi a mudança de hábitos, das rotinas diárias e institucionais, que permitiu travar ou alterar esse índice de mortalidade infantil, apenas por favorecerem

e facilitarem a possibilidade de se criarem relações de maior proximidade, as vinculações precoces.

O reconhecimento das necessidades relacionais das crianças (pequenas) e dos efeitos das carências e dos cuidados maternos, só mais tarde se iria fazer sentir. Reconhecimento esse que teve lugar pouco tempo antes do reconhecimento da dor psíquica no bebé.

É no pós Segunda Guerra Mundial, e devido à implicação de populações civis, que a separação precoce e duradoura irá ser reconhecida como um dos factores mais importantes da carência de cuidados maternos com os efeitos da ausência de estimulação, sendo reflexo a obra publicada "*Cuidados Maternos e Saúde Mental*" de Bowlby (1976). Só a partir dos anos 70 é que se começa a viver o reconhecimento dos efeitos nocivos das carências relacionais, começando a surgir o termo "depressão no bebé" (permanecendo ainda algumas dúvidas face ao diagnóstico e clareza da avaliação).

A criança gravemente privada de cuidados afectivos necessários ao seu desenvolvimento vai sofrer com essa falta de investimento no plano global da sua personalidade. Daí advirão perturbações simultaneamente físicas, afectivas, relacionais e comportamentais. A intensidade dessas perturbações definirá a carência afectiva. A insuficiência quantitativa e qualitativa dos cuidados maternos de base (negligência, desinteresse, não investimento, patologia materna) em satisfazer as necessidades fundamentais da criança conduz a um atraso afectivo. Consoante a natureza de privação, a sua duração, a idade da criança no momento da privação, a intensidade desta, a qualidade dos cuidados maternos, da vinculação e das interacções antes da privação, bem como as próprias potencialidades da criança, assim se farão sentir com mais ou menos intensidade os efeitos nocivos da privação (Bowlby, 1976).

Bowlby distingue três tipos de carências relacionais:

- A *carência por insuficiência*, resultante de uma situação em que o bebé ou uma criança hospitalizada não encontra substituto materno e recebe cuidados maternos insuficientes ou desadequados conduzindo então a graves perturbações interactivas (Spitz, 1945, refere como depressão anaclítica e hospitalismo);

- *A carência por distorção* ainda que a criança viva com a mãe, não recebe os cuidados suficientes, o que perturba as interações; e,
- *A carência por descontinuidade* que se instala no seguimento de rupturas sucessivas dos laços com a figura de vinculação, mesmo que esta dê à criança os cuidados adequados.

Há que notar que as desarmonias interactivas, frequentes nos casos de uma depressão materna, têm um impacto evidente sobre o funcionamento afectivo da criança. A maior parte dos trabalhos mostraram que o tipo de vinculação dos filhos de mães deprimidas, é diferente da vinculação dos filhos de mães não deprimidas. Com mais frequência as crianças têm uma vinculação “inseguro – ambivalente” ou “inseguro – evitante” no grupo de mães deprimida. Pelo contrário, a maioria das crianças do grupo de controle expressa uma vinculação “segura”. Além disso, o envolvimento afectivo das mães deprimidas é mais restrito do que o grupo das mães não deprimidas. Revela-se o mesmo fenómeno nos bebés das mães deprimidas, em relação aos outros bebés. As expressões, faciais e vocais, as posições, os movimentos corporais e a direcção do olhar são mais pobres e exprimem um envolvimento afectivo diminuído, por ambas as partes.

Os pais deprimidos são mais negativos, intolerantes e intrusivos para com os seus filhos. Verificou-se igualmente que as mães deprimidas de crianças de dois anos exprimem mais críticas, não envolvimento, falta de disponibilidade perante as respostas das crianças (Bowlby, 1976).

Todos estes comportamentos parentais têm uma influência negativa na construção do Eu da criança. Tendo como exemplo, a insensibilidade parental que induz na criança cólera e aflição. Pelo contrário, um comportamento caloroso, responsável e sensível dos pais na interacção com o bebé, fornece um ambiente rico no interior do qual o recém-nascido pode aprender a regular eficazmente as suas emoções e experiências. Facilmente nos damos conta do efeito dramático das carências no plano do desenvolvimento e funcionamento psíquico posterior, bem como da insegurança de base que conduz a falhas narcísicas. Frequentemente, o indivíduo tenta apenas colmatar essas falhas, sofrendo, mesmo assim, todos os seus efeitos destabilizadores, ou mesmo destrutivos.

Indo de encontro aos estudos e afirmações de Guedeney (2002), os estudos relativos às perturbações de vinculação são raros. Dirigindo-se no sentido da validade da individualização destas perturbações relativamente às perturbações de relação, à síndrome de pós-stress traumático e relativamente à perturbação invasiva do desenvolvimento. A semiologia exprime-se quer por uma sociabilidade indistinta quer por uma angústia intensa perante o estranho. Sendo crescente, a importância da vinculação desorganizada e da semiologia da dissociação nestas perturbações.

As perturbações de vinculação ocupam um lugar único nas perturbações pedopsiquiátricas, e têm como ponto de partida, como anteriormente referido, perturbações, carências ao nível das suas figuras prestadoras de cuidados, cuidados patológicos, vinculação.

Do ponto de vista da designação clínica reconhecida (Guedeney, 2002), só em 1980, no DSM III é publicado o diagnóstico, Perturbação Reactiva da Vinculação (*Reactive Attachment Disorder*), pela necessidade, já acima mencionada, de diferenciar esta classificação diagnóstica da síndrome de pós-stress traumático e perturbação invasiva do desenvolvimento. No entanto, só na forma DSM-III-R é desligado dos critérios de diagnóstico o atraso de crescimento.

No DSM-IV estes critérios são mantidos, vigorando no DSM-IV-TR o facto da Perturbação Reactiva da Vinculação ter como característica essencial o advir de uma relação social.

É esta característica essencial da Perturbação Reactiva da Vinculação, que na maioria dos contextos se revela marcadamente perturbada e inadequada para o nível de desenvolvimento do sujeito e se manifesta antes dos cinco anos de idade, estando associada a cuidados patológicos (*in* DSM- IV-TR, pp.127), tornando assim mais coerente o facto de que é necessário haver espaço para a manifestação de vinculação de modo a ser interpretado um tipo de perturbação sobre essa forma vinculativa. Podemos ainda referir dois tipos de apresentação de perturbação distintos, o tipo “inibido” e o tipo “desinibido” (subtipos).

No Tipo Inibido, “a criança falha, de modo persistente e adequado ao seu nível de desenvolvimento, em iniciar e responder na maioria das interacções sociais, de forma adequada ao desenvolvimento. A criança tem um padrão de respostas excessivamente inibido, hipervigilante ou dando respostas altamente ambivalentes

(por exemplo, vigilância fria, resistência ao conforto e comodidade e um misto de aproximação e evitamento)” (in DSM-IV-TR).

No Tipo Desinibido, “observa-se um padrão de vinculação difusa. A criança revela uma sociabilidade indiscriminada ou uma falta de selectividade na escolha das figuras de vinculação”.

A perturbação não se explica exclusivamente pela presença de atraso no desenvolvimento (por exemplo, como na Deficiência Mental) e não preenche os critérios de Perturbação Global de Desenvolvimento. Por definição, a perturbação está associada a cuidados patológicos que podem assumir a forma de falta de atenção persistente e desprezo pelas necessidades básicas emocionais de bem-estar, estimulação e afecto; desprezo persistente pelas necessidades físicas básicas da criança; ou mudanças repetidas das pessoas que tomam conta dela, não permitindo a formação de vínculos estáveis (por exemplo, mudanças frequentes do lar adoptivo). Presume-se serem os cuidados patológicos os responsáveis pela perturbação da relação social.

Crítérios de Diagnóstico para Perturbação Reactiva de Vinculação da Primeira Infância e do Início da Segunda Infância (in DSM- IV-TR)

A) Relações sociais acentuadamente perturbadas na maioria dos contextos e inadequadas ao nível de desenvolvimento do sujeito, com início antes dos 5 anos de idade, manifestadas por (1) ou (2)

- (1) Incapacidade persistente para iniciar ou responder à maioria das interacções sociais, de modo adequado ao nível de desenvolvimento, manifestada por respostas excessivamente inibidas, contraditórias, hipervigilantes ou extremamente ambivalentes e contraditórias (por exemplo, a criança pode responder às pessoas que tratam dela com um misto de aproximação, evitamento, e resistência a ser consolada ou pode manifestar uma fria vigilância);
- (2) Vinculações difusas manifestadas por uma sociabilidade indiscriminada como acentuada incapacidade para manifestar vínculos selectivos adequados (por exemplo, excessiva familiaridade com estranhos ou a falta de selectividade na escolha de figuras de vinculação).

- B) A perturbação do Critério A não é melhor explicada apenas por atraso de desenvolvimento (como na Deficiência Mental) e não preenche o critério de Perturbação Global do Desenvolvimento.
- C) Cuidados patogénicos manifestando-se pelo menos numa das seguintes características:
- (1) Negligência permanente das necessidades emocionais básicas da criança relacionadas com conforto, estimulação e afecto;
 - (2) Negligência permanente das necessidades físicas básicas da criança;
 - (3) Mudanças repetidas da pessoa que trata primariamente da criança, o que impede a formação de vínculos estáveis (por exemplo, mudanças frequentes dos responsáveis da criança).
- D) Supõe-se que o tipo de cuidados descritos no Critério C são responsáveis pelo comportamento alterado descrito no Critério A (por exemplo, as alterações no Critério A começaram após a instauração dos cuidados patogénicos que aparecem no critério C).

Codificação baseada no tipo:

Tipo Inibido: se o Critério A1 predomina na apresentação clínica.

Tipo Desinibido: se o Critério A2 predomina na apresentação clínica.

A Perturbação Reactiva da Vinculação pode estar associada a um estado físico geral de extrema negligência, como atraso de crescimento, maus tratos, défices vitamínicos e doenças infecciosas.

Algumas situações como a hospitalização prolongada de uma criança, pobreza extrema ou até mesmo a falta de experiência dos pais, são também factores a considerar. Contudo, nem sempre os cuidados patológicos determinam o desenvolvimento de uma Perturbação Reactiva da Vinculação, dado que algumas crianças estabelecem relações sociais e vínculos estáveis, mesmo perante situações de abandono ou maus tratos. Embora, e como já referido no decorrer deste trabalho, os cuidados institucionais com um envolvimento reduzido, e fracas oportunidades para estabelecer vinculações selectivas potencializam o risco e prevalência desta perturbação. Segundo DSM- IV-TR, a Perturbação Reactiva da Vinculação pode estar associada a atrasos de desenvolvimento, a Perturbações do Comportamento Alimentar da Primeira Infância ou do Início da Segunda, Pica ou Mericismo. Todavia, deve-se ter em atenção os critérios de diagnóstico correspondentes não

negligenciando nem banalizando os mesmos, como meio de obter um diagnóstico linear, rápido, contudo errado, isto numa época em que o diagnosticar é fundamental para o acompanhamento médico e seguimento de um sujeito enquanto corpo e não enquanto indivíduo.

É pertinente fazer uma chamada de atenção para os diagnósticos diferenciais à PRV. Algumas crianças com Deficiência Mental Grave podem apresentar problemas face às pessoas que tratam e cuidam delas e manifestar características sintomáticas de Perturbação Reactiva da Vinculação, não se tratando contudo de uma P.R.V.. Deve também diferenciar-se da Perturbação Autística e de outras Perturbações Globais de Desenvolvimento, onde as vinculações selectivas não se desenvolvem ou são de alguma forma desviadas, ainda que num ambiente psicossocial razoavelmente acolhedor. Caracterizam-se também por um défice ao nível da comunicação e de padrões de comportamento restritivos, repetidos e estereotipados. Caso se registem os critérios de Perturbação de Desenvolvimento, a Perturbação Reactiva da Vinculação não deverá ser diagnosticada.

Poderão ainda surgir algumas dificuldades de diagnóstico face à tipologia de perturbação, sendo que uma estrutura de tipo inibido não se deverá confundir com o diagnóstico de fobia social, onde a inibição social se manifesta em ambiente social ou na antecipação de eventos sociais, não ocorrendo quando em contexto familiar, contrariamente à Perturbação Reactiva de Vinculação que inclui aparentemente diferentes contextos sociais.

À expressão “psicopata sem afecto”, frequentemente utilizada para designar crianças criadas em ambientes de fraco recurso ao desenvolvimento de vinculações selectivas, nomeadamente em contexto institucional, e que manifestamente apresentavam um padrão de comportamento anti-social, agressivo, incapacidade para estabelecer relacionamentos duradouros com adultos, assim como outros sintomas, como a enurese e estereotípias, não se demonstrou ainda uma ligação directa com a Perturbação Reactiva da Vinculação.

Em suma, os problemas de vinculação nos primeiros anos de vida podem aumentar o risco e prevalência de comportamentos anti-sociais no final da infância e decorrer da adolescência, contudo, não significa nem representa obrigatoriamente sinais de Perturbação Reactiva da Vinculação. Esta advém de uma problemática assente na

relação social, nomeadamente com as suas figuras de referência, vinculação e em diversos contextos sociais. Caso não se preencham os requisitos e padrões necessários ao despiste da Perturbação Reactiva da Vinculação, e quando surgem dúvidas no próprio diagnóstico, referimo-nos com mais segurança e frequência às situações inerentes ao comportamento patológico das suas figuras vinculativas, tais como as situações de negligência, abuso e maus tratos da criança, bem como a problemas relacionais entre pais e filhos, que na grande maioria das vezes geram quadros psicopatológicos distintos.

O DSM-IV-TR, por seguir uma linha de diagnóstico que se baseia na prevalência e estatísticas, pode reduzir a dimensão do sujeito a um tipo de intervalo padrão, difícil de adoptar neste tipo de perturbação. Talvez por isso seja mais frequente ser atribuído outro tipo de diagnóstico a crianças, até porque este conhecimento (exemplo da Depressão, Perturbação Pós-Stresse Traumático, Deficiência Mental, etc.), é de maior acessibilidade aos técnicos, do que a especificidade e especialização nas temáticas da vinculação.

Esta perturbação manifesta a sua plenitude, quer em contexto avaliativo, quer em contexto terapêutico, nas dinâmicas estabelecidas entre clínico e a criança, sendo que muito do que o terapeuta terá que de dar de si nessa relação, far-se-á por fenómenos transferenciais e contra-transferenciais. A dimensão da criança expressa apenas por sintomatologia fica aquém da sua plenitude, sendo a forma de manifestar a perturbação alterada conforme a criança estabeleceu as bases para o seu próprio processo vinculativo, podendo em determinadas alturas comportar-se perante um determinado padrão, mas tendo de ter consciência que esse padrão (exactamente por nos referirmos a processos observáveis em relação) é modificado consoante o contexto, quer física, social e emocionalmente envolvente.

A capacidade de relatar de forma coerente uma experiência possibilita que o evento traumático não se transmita à criança por meio da alteração da interacção. Os trabalhos de numerosos analistas oriundos de horizontes teóricos diferentes, mostram também a utilização na prática de modos de agir bastante compatíveis com os da teoria da vinculação, em particular com situações diferentes de cura – tipo, quer se trate de crianças pequenas e seus pais, de adolescentes ou de doentes portadores de perturbações de personalidade. As alterações da técnica tornam-se aqui essenciais,

relativamente aos conceitos ligados. A noção de aliança terapêutica salta para primeiro plano. A tendência actual atribui grande importância às capacidades de mentalização e de metacomunicação na patologia do agir e da depressão, perturbações directamente ligadas à segurança ou insegurança da vinculação. Pode-se esperar que o diálogo desenvolva um enriquecimento mútuo dos dois tipos de teorias.

Oliveira (2000), considera que as representações que sustentam o tipo de vinculação podem reorganizar-se a partir do momento em que, no seio de um processo terapêutico, o paciente experimente efectivamente uma relação securizante e “contínua” que lhe permita explorar o seu mundo interno. Uma relação de empatia contribui para forjar novas representações de si e dos outros, fazendo assim surgir modos relacionais interactivos mais adaptados.

A Vinculação e a Construção do Eu

Os Vínculo de Integração Espacial, Temporal e Social de Grinberg Noção de Identidade

Identidade significa diferenciar-se do outro.

A capacidade do self se situar face a um processo vincutivo, é indissociável da forma como o próprio é construído (identidade). Os conceitos de Grinberg, são imprescindíveis a esta investigação, na medida em que se objectivou a compreensão dos condicionalismos do eu na gestão dos vínculos e vice-versa.

No processo vincutivo, as capacidades do sujeito enquanto ser uno e consciente dos seus limites, são necessárias e suficientes, para a possibilidade de estabelecer uma relação.

Durante o crescimento, a forma como a vinculação é adoptada, é indissociável do próprio processo de crescimento e de individualização, podendo ser tratados como diferentes, apenas, numa perspectiva de compreensão e de estudo.

Considera-se aqui a perspectiva de Grinberg, referindo que a aquisição do sentimento de identidade é o resultado de um processo de interpenetração entre três vínculos que denominou de vínculo de integração espacial, temporal e social. Apresenta uma tentativa de analisar a fundo a noção de identidade, a aquisição do conceito de identidade e do “sentimento de identidade”, como resultado de um processo de interacção contínua desses três vínculos de integração.

Fez uma revisão do conceito de identidade na sua evolução histórica de um modo muito didáctico. Apresenta uma abordagem sobre as relações dos conceitos do Eu e do Self², na tentativa de as clarificar e identificar, bem como, manifesta a evidente

² A representação do Self no Eu contém:

- 1) as características, as potencialidades, as funções do corpo, a aparência corporal e a sua autonomia e fisiologia.
- 2) a imagem do eu, dos sentimentos, pensamentos, desejos, impulsos e atitudes – conscientes e pré-conscientes – e a ideia do próprio comportamento físico e mental.
- 3) o ideal do Eu e o Supereu. Ideais e escalas de valores conscientes e pré-conscientes. Uma estimativa do grau da efectividade da autocrítica.
- 4) a parte do *Id* que comunica com o Eu.

preocupação com o social, quer de um modo amplo, quer na sua relação com o indivíduo.

Para o autor, “a consolidação da identidade depende, não apenas do mundo interno do indivíduo, mas também de uma série de factores sociais e económicos que podem funcionar de molde a facilitá-la ou a dificultá-la” (Grinberg, 1976, pp. XV).

O sentimento de identidade depende da diferenciação e permanência das representações do Self no Eu, reflectindo-se a perturbação desse sentimento, de um modo e por motivos diferentes em situações, as quais se manifestam pela desintegração desses mesmos vínculos. É a interacção contínua desses três vínculos que nos permite determinar de que forma a identidade se configura e, também, como se produzem as suas perturbações no desenvolvimento do indivíduo e na sua relação com a sociedade.

O vínculo de integração espacial, “compreende a relação entre as diferentes partes do Self entre si, incluindo o Self corporal, mantendo a sua coesão e permitindo a comparação e contraste com os objectos; tende para a diferenciação entre o Self e o não Self - individuação” (idem, pp. 25).

Segundo Léon e Rebeca Grinberg (1976), o sentimento de identidade está estritamente ligado com a evolução psicosexual, e a noção de corpo é essencial para a consolidação da identidade do indivíduo, dado que qualquer pessoa se sente ligada ao seu corpo, na medida em que uma pessoa percebe que está viva, sente que é real e substancial. Sentindo-se ligada ao seu corpo, pode também consciencializar-se da sua continuidade pessoal, através do tempo e da continuidade das suas relações objectais e sociais.

“A percepção do corpo como unidade, através das reacções da criança face ao espelho, contribuem para o estabelecimento da noção do esquema corporal que se estende para além dos limites do corpo, ou seja, para além das experiências cinestésicas e das estruturas posturais, compreendendo uma relação espacial e temporal” (idem, pp. 53).

5) um conceito da sùmula total dos aspectos parciais acima mencionados, que integra o Self enquanto entidade organizada e diferenciada do seu ambiente. (Grinberg L& R., 1976).

Este sentimento de identidade pessoal deriva da experiência do contacto corporal satisfatório estabelecido com a mãe, durante o sono e a vigília, tendo a sua percepção como limite entre o Eu e o mundo.

É necessária a construção progressiva do outro como objecto de experiências para que a criança possa converter-se progressivamente num objecto para si própria.

É no decorrer do período inicial de vida que ocorre uma importante diferenciação entre o próprio corpo e os objectos exteriores ao corpo. Como acentua Grinberg, a criança deixa de tratar o seu próprio corpo como um estranho e, a pouco e pouco, individualiza-o. Individualiza inicialmente as partes do corpo, sem as integrar num conjunto, dando-se depois a integração. A criança vai tomando consciência do carácter “total” do seu corpo, ao mesmo tempo, que o “outro” passa a ser para ela um objecto “total”. Passa a ver o seu próprio corpo do mesmo modo que vê o corpo alheio / do outro, tal começa com a mãe, que é a primeira pessoa face à qual a criança se situa (Grinberg, 1976).

O vínculo de integração temporal, “compreende as relações entre as diferentes representações do self ao longo do tempo, estabelecendo uma continuidade entre elas e conferindo a base do sentimento de autenticidade (unicidade)” (idem, pp. XIV).

Segundo Lichenstein (1963), são as infindáveis sequências de comportamento e de transformações corporais, que ocorrem durante a vida do indivíduo, que se evidenciam no Self. A percepção do Self permite obter uma constante, derivada das sucessivas transformações decorrentes. Esta constante é uma característica do nosso mundo interno e experiência do nosso Self, que tendo uma dimensão temporal, abarca as fases mutáveis da infância, adolescência e adulta. Na experiência do nosso Self, inclui-se a vida futura que engloba todos os “selves” e os potenciais não vividos.

“As integrações temporais baseiam-se em recordações das experiências passadas, ao mesmo tempo que configuram novas recordações que permanecem armazenadas no inconsciente. Estas recordações incorporadas, assimiladas e automatizadas possibilitam o processo de aprendizagem e o reconhecimento da própria identidade através do tempo. A capacidade de lembrar o passado e de se imaginar no futuro faz que o indivíduo saiba que foi o mesmo no passado e continuará a sê-lo no futuro” (idem, pp.55).

Segundo Grinberg, as sucessivas integrações espaciais que se vão produzindo entre as diversas partes de si e do objecto, encontram-se em correlação com as integrações temporais correspondentes às imagens de si próprio e do objecto, em diferentes momentos da experiência vivida. Por exemplo, o ritmo do aparecimento e desaparecimento do seio da mãe, que condiciona os ciclos de satisfação e necessidade, com os ciclos de sono / vigília, que contribuem para o desenvolvimento da experiência temporal.

Grinberg refere que, “a criança descobre que a mãe que a gratifica e a mãe que a frustra são uma e a mesma pessoa, conseguindo então integrar as imagens de experiências provenientes de diferentes momentos. Esta integração da figura da mãe no tempo é correlativa da sua própria integração temporal” (idem, pp. 57).

O vínculo de integração social apresenta actualmente, “uma importância decisiva dada as características específicas que conotam uma organização social em crise, com as implicações inerentes às situações de mudança das suas estruturas fundamentais” (idem, pp. XIV). Este vínculo consiste, segundo Grinberg, na relação entre aspectos do self e aspectos dos objectos, mediante os mecanismos de identificação projectiva e introjectiva. A capacidade para continuar a sentir-se o mesmo ao longo de sucessivas mudanças, constitui a base da experiência emocional da identidade.

Quando a criança nasce não tem noção das diferenças existentes entre si e o mundo circundante. As suas experiências, quer agradáveis, quer penosas condicionarão a sua primeira separação. Tendencialmente a criança recusa e expulsa para fora dela tudo o que sente como desagradável. Trata-se de um movimento psíquico de tipo centrífugo, ao qual se junta outro contrário, centrípeto, que tende a incorporar o que dá prazer, como referem os autores (Léon e Rebeca Grinberg, 1976).

Os dois mecanismos, projecção e introjecção, originam dois mundos psicológicos, o externo e o interno, povoados de objectos, também eles externos e internos, que podem ser considerados como as fundações que reforçarão o primeiro estado rudimentar da identidade determinada pelo nascimento. Contudo, o bebé não reconhece, a princípio, outra experiência para além da sua, a sua fantasia inconsciente (por exemplo), o seio materno nada mais é do que uma parte de si

próprio. É precisamente a experiência angustiante e dolorosa, determinada pela ameaça ou a vivência de uma perda esmagadora, que conduz o processo de diferenciação do objecto como algo exterior a si próprio. Começa a diferenciar-se o self do não Self, activando os fenómenos de dissociação e projecção.

Grinberg, refere que a criança desde os primeiros instantes de vida está em permanente contacto com o ambiente social, representado então pela mãe. Apesar da certeza de que cada indivíduo é portador, ao nascer, de uma bagagem constitucional, a sua personalidade virá a organizar-se, de acordo com a qualidade e intensidade da influência ambiental, simbolizada inicialmente pelos seus familiares e, especificamente, num primeiro momento, pela mãe, depois o pai e os irmãos.

“Na adolescência, o desequilíbrio e a dissolução das relações estáveis entre os sistemas psíquicos, e a perturbação crescente e inevitável nos vínculos objectais, gravitam enormemente na patologia da sua identidade” (idem, pp.71).

O indivíduo confronta-se com o grande problema de resolver como se poderá vincular criativamente com os outros e, simultaneamente, manter contacto suficiente consigo próprio e com a sua integridade, de modo a evitar, segundo os autores, “transformar-se em mais uma peça do sistema social, alienada dos seus próprios valores verdadeiros e da sua própria experiência autêntica” (idem, pp. 76).

A capacidade criativa aparece então como uma capacidade inata de adaptação e de uma necessidade de fuga à norma social imposta de uma forma “standartizada”. O risco entre o gosto e a repulsa pelo diferente obriga ao desafio pela originalidade e ao acomodamento pela crítica, comprometendo o ser a um constante trabalho de equilíbrio entre os seus desejos e repressões internas e as exigências e liberdades dos outros.

Desde o nascimento, a criança vai estabelecendo entre o seu Self e o não Self, uma progressiva diferenciação que passa por várias vicissitudes ao longo das suas diferentes “crises evolutivas” como as que ocorrem, segundo Grinberg, no desmame, no conflito edipiano, na latência, na puberdade e na adolescência, na meia-idade e na velhice. “Crises”, relacionadas não só com o vínculo temporal, mas também com o espacial e o social. “Promovem a necessidade de elaboração de luto de experiências passadas, da inevitável transformação sofrida na qualidade dos vínculos objectais, e dos aspectos perdidos do Self no decorrer de cada um dos períodos evolutivos”

(idem, pp. 65). A elaboração adequada desses lutos nas fases correspondentes contribuirá, como referem Léon e Rebeca Grinberg (1976), para consolidar no indivíduo o sentimento de que é uma entidade real diferenciada, com continuidade no tempo e um lugar no espaço, bem como a capacidade de recuperar no presente o que aprendeu no passado.

Estes movimentos progredientes e regredientes constantes ajudam a situar o sujeito no seu quadro natural de referências, permitindo-lhe ser ele próprio enquanto combinação de características inatas, características herdadas das figuras parentais enquanto no processo de vinculação e características originais tornando-o parte do seu seio de pertença mas ao mesmo tempo único.

É a constância deste vínculo interno, do Eu para o Eu que, apesar da mudança consistente de contexto, permite estabilidade da identidade, dando o carácter único à personalidade de cada um.

Os Vínculos de Wilfred Bion

Considerando a precocidade da perspectiva de Bion, face ao desenvolvimento do psiquismo humano, teorizando sobre a génese do mesmo ainda no período pré-natal, é incontornável a referência deste autor na temática da vinculação.

As ideias e conceitos originais de Bion, tiveram um efeito profundo sobre a visão analítica de determinados constructos, sobre a forma de actuação e sobre evolução teórica.

“Encorajou-nos a prescindir do conforto psicológico, a ousar a ir mais longe e penetrar no desconhecido e a arriscar o terror” (Symington, 1997, pp.207).

A complexidade inicial dos seus paradigmas teóricos, quando transportados para a vertente prática de trabalho clínico tornam-se de facto cruciais, e a sua complexidade assume um papel de compreensão, de configuração e de aplicabilidade ao comportamento individual e em grupo.

Bion formulou a noção de que o “pensar” depende do resultado bem sucedido de dois desenvolvimentos mentais principais: o primeiro é o desenvolvimento dos pensamentos e o segundo é o desenvolvimento do aparelho necessário para lidar com os pensamentos, que por vezes denominava de “aparelho mental” ou simplesmente de “pensar” (in Britton, 1974, pp. 121).

Para entendermos o significado que Bion atribui às estruturas de vinculação e à forma como estas influenciam todo o desenvolvimento da personalidade, temos que nos socorrer das noções por si desenvolvidas sobre o funcionamento dos grupos, nas quais acrescenta conceitos como os de elemento alfa, elemento beta, função alfa, relação continente e conteúdo, entre outros.

Acentuando a ideia das relações entre um espaço continente e conteúdo, Bion foca-se na descrição da forma como a criança integra o seu próprio mundo. A mãe actua como continente para as angústias e emoções da criança, ajudando-a a estruturar o seu próprio processo de identificação. Segundo este psicanalista, a palavra vínculo descreve uma experiência emocional com duas pessoas (ou parte delas) que estão relacionadas uma com a outra. Considera, que existem emoções básicas que

inevitavelmente se encontram presentes em toda a relação vincular (Zimmerman, 2004).

Tudo se processa como se as primeiras relações funcionassem como o modelo primitivo da relação, ao qual se retorna de forma automática e inevitável sempre que o grupo se constitui, não necessitando de um treino especial ou maturidade mental específica. O crescimento psíquico dá-se com o sucessivo alargamento dos padrões relacionais, sistematicamente revividos nas interações relacionais. Mais uma vez, a temática das referências internas para contacto com o mundo exterior, volta a fazer sentido. A forma como se efectuam os primeiros vínculos e se incorporam, passa a ser “ferramenta” para o início de contextos relacionais futuros.

Utilizando o termo vinculação, proporciona uma redefinição de questões relacionais, onde a problemática a abordar, passa a ser também, a da descoberta da representação da ligação em si, e principalmente a relação do sujeito com a função dessa ligação, e não somente, com o objecto que proporciona essa função relacional. Como passos aprendidos, como a capacidade para andar e se deslocar de uma determinada maneira no espaço. O modo de iniciar uma relação, fica também condicionado pela forma como foi apreendida, passando a ser única, mesmo que patológica. Apesar, da possibilidade de estar associada a sofrimento, físico ou psicológico, de um ponto de vista económico, é mais viável para o sujeito, recorrer às primeiras estratégias relacionais, onde os ganhos e danos são conhecidos, do que optar por formas diferentes, desconhecidas onde a dimensão de ganho ou perda não foi ainda vivenciada, quando em relação.

Para Bion, o vínculo configura uma estrutura dinâmica, em movimento contínuo, accionada por motivações psicológicas, originando uma determinada conduta, que tende a repetir-se tanto na relação interna, como na relação externa com o objecto. Pode-se, então, conceber dois campos psicológicos nos quais o vínculo se expressa: o interno e o externo. A proposta de Bion, de uma estrutura emocional para a noção de vínculo, sugere a ideia de que é o vínculo interno que condiciona muitos dos aspectos externos, e visíveis da conduta do sujeito (Oliveira, 2000).

Esta perspectiva dos processos de vinculação permitiu um salto qualitativo de uma teoria predominantemente intrapsíquica para o social, considerando o sujeito como resultado dinâmico, não da mera acção dos instintos e dos objectos interiorizados,

mas sim do interjogo estabelecido entre o próprio sujeito e os objectos internos e externos, numa predominante relação de interacção dialéctica, que se expressa através de certos comportamentos. O estabelecimento de um vínculo, pode ser dirigido quer a um objecto interno e /ou externo. A vinculação, é assim feita, não só em relação aos objectos externos, mas também em relação ao objecto interno elaborado na interacção dinâmica da realidade psíquica e do mundo exterior. A condição para o desenvolvimento do ser humano encontra-se nos outros vínculos, outros laços e outros objectos (externos e internos) que poderão surgir.

Bion, reduz os vínculos entre os seres humanos: a Amor (L), Ódio (H) e Conhecimento (K) e aos negativos de cada um destes (-L, -H e - K), elegendo três emoções básicas que relacionam continente e conteúdo com características de amor, ódio e conhecimento. No seu entender, estas emoções são intrínsecas ao vínculo entre dois objectos, já que uma experiência emocional não pode ser concebida isoladamente de uma relação (Symington, 1997).

Segundo Bion, é preciso notar que os seis vínculos são, todos eles, actividades emocionais. Contudo, podemos também pensar em actividades emocionais que Bion não incluí, pelo que as suas categorias são como classificadores gerais, dentro dos quais cabem outros vínculos emocionais (assim, por exemplo, a confiança, está sob L e a avidez sob H).

Quando se está num processo de conhecimento do outro, num sentido emocional, estamos perante um sistema de vínculo K, sistema esse que deve ser claramente distinguido do conhecimento que consiste em saber algo sobre alguém ou alguma coisa. O processo de vir a conhecer envolve por vezes dor psíquica, frustração e solidão (Britton, 1974).

Citando Oliveira (2000), “nesta procura da verdade como fonte nutritiva, as relações vinculares são vitais. O vínculo K, é de suprema importância para o desenvolvimento da mente e da personalidade. Representa o indivíduo que procura uma atitude introspectiva, de conhecer a verdade acerca de si próprio (ao que Freud atribui implicitamente essa função à consciência, no sentido de a conceber como um órgão para a apreensão das próprias qualidades psíquicas)”. O vínculo K refere-se a uma expectativa de saber algo, mas que ainda não se realizou. No seu entender, a atitude chamada conhecer é a actividade pela qual o sujeito toma consciência da experiência

emocional, podendo abstrair uma formulação que representa adequadamente essa mesma experiência. “O vínculo K aponta para o valor do desejo como estímulo para o conhecimento, e não somente como um anseio pela gratificação e/ou controlo sobre o objecto” (Bion, 1962a). Este vínculo pode, no entanto, ser alterado ou transformado, mediante outras qualidades do indivíduo de forma a tolerar a dor mental.

A capacidade de conhecer através do processo de aprender com a própria experiência é uma função que tem de ser adquirida, surgindo da introjecção de um objecto externo (frequentemente a mãe), capaz de compreender as experiências do bebé por ele. Na linguagem utilizada por Bion, o vínculo de ligação K é representado pela associação de uma pré-concepção com uma realização.

Contudo, para Bion, como refere Zimmerman (2004) o bebé pode ser perturbado por inveja, que tem o efeito de destruir a compreensão e a aprendizagem, concebendo assim um vínculo negativo (-K). Nesta situação, do ponto de vista emocional, a inveja e a voracidade predominam, o que na relação continente-conteúdo se constitui como uma relação mutuamente despojadora e destrutiva, na qual os significados e as emoções são activamente privados de energia e de sentido, passando progressivamente a não haver lugar para a descoberta ou o desenvolvimento. Esta situação é visível como exemplo nas personalidades psicóticas, mas também na parte psicótica da personalidade, onde surge o domínio de uma superioridade moral, incapaz de discriminar entre verdadeiro e falso, entre coisa em si e representação. Esta modalidade de vinculação, pode também denominar-se de parasitária, como iremos ver mais adiante, em que pessoas que estão relacionadas de uma determinada forma em que um depende do outro para produzir um terceiro, tem a particularidade de ser destrutivo para os três.

É ainda possível constatar um estado de ausência de K: o não – K. Que sucede quando o bebé, por exemplo, não tem qualquer objecto real disponível a receber, a conter em si as identificações projectivas do bebé, para que depois as possa devolver já transformadas e de forma tolerável. O resultado conduz a um esvaziamento progressivo do ego, em que a capacidade de conhecer foi destruída. A mente não é capaz de sinalizar pensamentos ou utilizar um aparelho para os pensar. Pelo contrário “ela torna-se um aparelho para livrar a psique das acumulações de objectos internos maus” (Bion, 1962). Assim, no entender de Bion, uma combinação de fontes internas e externas (em menos-K e não-K) dá origem à psicose.

Segundo M. Santos (2003), o vínculo K, existe primariamente entre a mãe e o bebê, e é indissociável dos vínculos amor (L) e ódio (H). É o vínculo de ligação entre pensamentos e emoções, que permite à criança ter consciência dos seus afectos e, deste modo, aprender com a experiência emocional.

Bion, descreve o vínculo como “uma actividade crucial, na qual tem lugar a experiência emocional da aprendizagem. O ódio em aprender, que deriva da parte psíquica da personalidade, conduz a um ataque ao vínculo, daí resultando uma paragem, ou mesmo reversão neste processo (...). As forças que se opõem à compreensão da experiência emocional existem em grande número, quer dentro do indivíduo quer na sociedade. Estas forças quando expressas na relação, são representadas como o negativo dos vínculos. Se um destes vínculos negativos domina, é parado e invertido o processo de compreensão que ocorre na relação; a experiência com significado pode ser destruída” (in Sigmington, 1997, pp. 49).

Como refere Amaral Dias (1992), para Bion, “vínculo é um estado emocional que relaciona continente e conteúdo com características de L, H ou K e com uma natureza comensal, simbiótica ou parasitária”.

Estamos perante um relacionamento **comensal** quando continente e conteúdo convivem (coexistem) sem qualquer inter-relação e onde as emoções servirão para desenvolver a capacidade do indivíduo para inventar formas de linguagem que posteriormente ajudarão ao desenvolvimento emocional (linguagem e emoções encontram-se numa espiral enriquecedora de desenvolvimento, in Sigminton), onde o desenvolvimento de um integra o outro; **parasitário** quando continente e conteúdo se despojam mutuamente de vitalidade e significado, em que o objecto produzido os destrói, leva à destruição de ambas as partes, “a mãe extrai da relação com o bebê uma fonte de dissabores e de “não mamãs”(Sor e Gazzano, 1988, in Amaral Dias, 1992, pp. 26); embora caso o incidente conduza a um desenvolvimento da capacidade de expressão, e se mutuamente benéfico para ambos é **simbiótico**, quando a relação prevalece entre dois, para benefícios dos três (indivíduos e vínculo) e viabiliza a tolerância à dúvida, a relação continente-contéudo estimula o progresso e consegue transmitir através do vínculo a influência recíproca. “A mãe desenvolve a sua aptidão maternal em contacto com o seu bebê, e o bebê a sua aptidão em ser bebê em contacto com a sua mãe” (Amaral Dias, 1992).

Também o conceito de identificação projectiva de Melanie Klein, é sustentado pelo conceito de Bion de continente-conteúdo, cuja interacção conduz ao desenvolvimento mútuo ou à destruição mútua e ao esvaziamento de significado, consoante o vínculo emocional é K (L ou H), ou -K (-L ou -H). Se, como refere Symington, “a ansiedade surgida pela identificação projectiva pode ser suficientemente tolerada para pensar sobre ela, então está presente um vínculo K e por isso continente-conteúdo é simbiótico ou comensal. Se, no entanto, o sentimento não pode ser tolerado, está presente um vínculo -K e a personalidade sucumbe aos sentimentos persecutórios, porque não é possível a transformação do significado”.

Com a destruição do vínculo, não podem ser reunidos dois objectos de uma forma produtiva, cujo protótipo é um mecanismo continente-conteúdo comensal, a partir do qual é produzido algo em benefício mútuo. Torna-se assim difícil a formação de símbolos, na qual dois objectos são reunidos para revelar a sua semelhança (a invariante), mantendo contudo a sua própria identidade.

Quando se dá um ataque ao vínculo, as ligações são fragmentadas e projectadas para fora, em algumas ocasiões os “ataques destrutivos” a esses vínculos entre o sujeito (ou parte deste) e o ambiente (inicialmente a mãe) têm origem no início da vida, assim como as perturbações ou transformações desses mesmos vínculos. Ainda que noutras ocasiões, partam da própria mãe. Geralmente nunca é exclusivamente de um deles, mas sim do elo dinâmico criado por ambos.

Bion diz que se “não há uma boa digestão das experiências pessoais, a mente ficará envenenada, caminhando para a destruição”.

Do ponto de vista freudiano, o contacto com a realidade depende essencialmente das experiências de satisfação, enquanto que para os kleinianos é o sentimento de segurança ou securidade que se torna mais importante. Mas para Bion o teste de realidade depende de um sentimento de confiança de estar perante a verdade, experienciada emocionalmente, onde a visão consciente e inconsciente é simultânea, concebendo o que ele designou de visão binocular (Bion, in Symington, 1997).

Bion refere que a natureza dos vínculos depende principalmente da capacidade de “rêveire”³ da mãe, que se for satisfatória conduz a criança à possibilidade de

³ Uma actividade que transforma as sensações cruas do bebé em sentimentos toleráveis, que podem então ser introjectados.

aprender com as experiências de realização positivas e negativas, desenvolvendo a função K, que permite enfrentar novos desafios e “aprender com a experiência”.

Caso contrário, em que as projecções que o bebé deposita na mãe não são transformadas em elementos α , estas retornam à criança sob a forma de “terror sem nome”, gerando mais angústia e mais ódio, impedindo a introjecção da função K. Neste último caso, há uma fuga à frustração e não uma modificação da dor através da simbolização e do pensamento, formando-se um vínculo – K ou não K, que visam a protecção contra a dor das verdades intoleráveis.

No caso de se formar um vínculo – K, a mãe é vivida como alguém que retira as coisas boas ao bebé e o deixa cheio de maus objectos. O vínculo não K forma-se nos casos extremos em que a mãe não é capaz de dar nome às angústias que o bebé projecta nela, obrigando o bebé ao uso de um modo cada vez mais intenso da identificação projectiva que conduz a um atrofiamento das capacidades do ego de perceber, pensar e conhecer.

Bion descreve a identificação projectiva como o primeiro modo de ligação entre bebé e mãe, sendo que inicialmente pode ser feita com amor ou com ódio, e essas emoções iniciais afectam a aproximação do bebé à sua realidade exploratória e perceptiva, que é o início da aprendizagem.

No aprender, ou no que denomina de actividade K, como já referido anteriormente, Bion reúne emoção e cognição, dizendo que ocorre sempre numa relação significativa entre pessoas, seja o bebé e os pais na primeira infância, seja o paciente e o analista na análise. Ele diferencia “K”, ou o que chama de “vir a conhecer”, da aquisição de pedaços de conhecimento.

Em -K, o significado é desligado, descrevendo-o como não compreensão ou compreensão errónea, ligando-o à inveja primária. O bebé, devido à sua inveja excessiva do seio, não vivencia a *reverie* da mãe como alívio. Ao projectar essa inveja para dentro da mãe, o que poderia ter sido um alívio da ansiedade é vivenciado como a mãe retirando do bebé todo o seu valor. Sugerindo que um objecto que falha em introjectar, isto é, uma mãe que não consegue absorver as projecções do bebé é percebida pela criança como hostil a qualquer tentativa de identificação projectiva ou a qualquer tentativa da criança de conhecer a natureza da mãe, portanto, a criança tem a ideia de um mundo que não a quer conhecer e que não quer ser conhecido.

Mais uma vez, a origem da ligação K está no processo entre mãe e criança, baseando-se no uso, pelo bebé, de identificação projectiva e na capacidade da mãe de a receber e modificar. A introjecção subsequente, pela criança, de um objecto baseado nessa capacidade da mãe, provê a criança de um objecto interno capaz de conhecer e informar. Por outras palavras, a pessoa que interioriza um objecto assim é capaz de autoconhecimento e comunicação entre aspectos diferentes de si própria.

Para Bion, a experiência emocional é primordial no desenvolvimento, uma vez que são estas que permitem o crescimento e transformação contínua do mundo interno e externo do sujeito. O crescimento é possível através da transformação em formas simbólicas da experiência emocional de modo a que possa ser pensada, comunicada, distinguindo-se da adaptação da personalidade possível através da manipulação dos signos convencionais. Estas formas simbólicas remetem, respectivamente para o “aprender com a experiência” e o “aprender sobre o mundo”. Enquanto que o “aprender com a experiência” implica alterações e reorganizações estruturais, através das quais a mente cresce no curso de uma vivência emocional pela possibilidade de simbolizar e pensar os afectos e integrá-los no ego, o “aprender sobre o mundo” diz respeito a um simples aumento de informação (Magda Santos, 2003).

SÍNTESE

Existe um pressuposto temporal que, ao percorrer as teorias da vinculação, atribui a noção do crescimento psíquico do feto e do bebé, associando a construção da relação (mãe – bebé), ao desenvolvimento da personalidade. Esta interdependência entre a construção progressiva do *eu* e da noção da existência de um outro diferente, separado, mas (igualmente) constituinte do processo vinculativo, clarifica-nos sobre a noção de que a vinculação não se resume a um mero impulso de sobrevivência, mas é, claramente, um processo responsável pela formação de uma individualidade, emergente de um contexto social, através do qual se evolui progressivamente, entre incessantes trocas de cuidados e afectos.

A corrente etológica coloca a necessidade da vinculação na perspectiva da sobrevivência da espécie. Os estudos que anteriormente foram referidos, de Bowlby e Ainsworth, construíram uma base de compreensão do fenómeno de ligação entre o bebé e o seu prestador de cuidados. De facto, esta base é condição necessária para que os autores que se perfilaram a jusante pudessem elaborar as suas descrições do complexo processo que é a vinculação. Na prática, a vinculação pode ser entendida como a “pedra de toque” para o enriquecimento da vida psíquica do indivíduo. Apesar das teorias etológicas se concentrarem na explicação do fenómeno, sobre que forma se pode observar a sua manifestação e as consequências das suas disfuncionalidades, perder-se-ia a sua compreensão no seu todo se não fossem analisadas as dinâmicas da construção do *eu*. A relação simbiótica descrita por Margaret Mahler, e a posição depressiva de Melanie Klein, abriram espaço para autores como Bion explorarem as influências das projecções maternas no feto e posteriormente no bebé. Através da base vinculatória, vários filtros, comportamentos, interpretações e respostas ganham valor na díade relacional.

Winnicott (1958, pp.?), considera que “o potencial inato de uma criança só se pode transformar se associado a cuidados maternos”. Contudo, estes cuidados não garantem por si só uma boa saúde mental, dado que há também as *tendências inatas para a integração e o crescimento*, que são variáveis de um indivíduo para o outro.

De facto, os cuidados maternos permitem prevenir as distorções precoces. O Ego da mãe supre o Ego da criança que ainda não está formado, fornecendo-lhe um ambiente favorável. Logo no início, cuidados maternos suficientemente bons constituem uma necessidade absoluta. É essencial que eles despertem na criança o prazer de viver, que suscitem o prazer das sensações e do auto-erotismo, porque a tendência inata para o prazer varia de bebé para bebé, e sem a mãe esta tendência não pode prevalecer sobre as outras tendências (Golse, 1985/2001).

Winnicott refere ainda, que “o primeiro espelho da criatura humana é o rosto da mãe: é o seu olhar, o seu sorriso, a sua expressão facial” (Zimmerman, 1998, pp.117). E é através deste olhar que a criança tem uma devolução de quem ela é. Se for um olhar benévolo, carinhoso, satisfeito, um olhar que brilha, um olhar da mãe que tem vida quando vê e brinca com o filho, essa criança vai estruturar-se do seguinte modo: “Eu sou uma criança querida, sinto que a minha mãe gosta de mim, portanto eu sou uma criança boa”. Supondo de que se trata de uma mãe rancorosa, furiosa, cansada ou permanentemente deprimida, neste caso a criança olhará para si própria e pensará “algo está a acontecer, porque será que a mãe está sempre zangada comigo? Porque é que ralha e está tão triste? Deve ser porque eu sou uma criança má”. Parafraseando M. Klein, que postula a existência de um bom seio e um mau seio, Zimmerman propõe a existência de um olhar “bom” e estruturante, e um olhar “mau” e desestruturante, sendo o olhar o início de tudo, através do qual a pessoa consegue obter respostas ao que o meio ambiente lhe dá.

O espelho deformador de uma mãe funcionará como os espelhos de um parque de diversões, podendo distorcer a imagem de uma criança, a ponto de desfigurar o eu da sua identidade. No entanto, a situação assume gravidade quando a mãe se comporta como um espelho embaciado, que nada reflecte, nem vida nem morte, somente solidão, enigma e desamparo.

Na sequência do clássico modelo continente – conteúdo de Bion, surgem três possibilidades na resposta da mãe para com o seu bebé (quando invadido de terror, medo, receio,...):

- 1) uma mãe que não se liga ao seu bebé, fá-lo ou porque não gosta do bebé - por vezes pode não gostar - e pode não ter condições para o fazer, não estabelecendo qualquer ligação. Perante esta mãe, ao chorar, o bebé recebe a “informação” de não

incomodar, para parar de chorar, pois está a perturbar, resposta esta que aumenta na criança a sensação de culpa e de mau - estar, tornando-se bastante angustiante.

2) por outro lado, uma mãe que gosta realmente do seu bebé, gosta tanto, tanto, que fica muito alarmada aos primeiros sinais de angústia que o bebé lhe dá, acudindo-lhe de uma forma superprotectora, dando indicações e informações exageradas. Poderá pegar-lhe ao colo, sacudindo-o, no sentido da incompreensão do que se poderá estar a passar com o seu bebé, chama o vizinho, o médico, o pai. Ou seja, mesmo com muito amor, não consegue funcionar como continente, devolvendo à criança a sua própria angústia.

3) por último, uma mãe que perante o apelo e aflição do seu bebé, o tranquiliza, esclarece, confere um significado para o que se está a passar, atribuindo assim um sentido. Inspira confiança, servindo de facto como continente, desintoxicando o terror vivenciado pelo seu bebé.

Segundo Meltzer (1995), quando o bebé nasce é bombardeado por uma multiplicidade de estímulos do “novo mundo” por desvendar e descobrir. Este seu primeiro encontro com o mundo, pode provocar atitudes muito diferentes no recém-nascido, que vão desde a aversão ou evitamento do impacto, até ao ficar maravilhado por todas as coisas novas que o rodeia, condicionando a reacção aos pais, e dos pais, sendo necessário a própria adaptação parental.

Se interpretarmos a experiência da situação estranha de Ainsworth à luz da teoria de Bion, compreenderemos que a forma como o comportamento da criança se manifesta, extrapola a quantidade e qualidade de comportamentos entre a mãe e o bebé até ao momento da realização da experiência. A própria experiência é um teste e um momento de crescimento. Perante algo que é insuportável para o sujeito, quer seja dor, desconforto, fome, angústia, medo, excitação ou euforia, surge nesse momento, por parte do bebé, um apelo à mãe, ou a outra figura que exerça essa função junto do bebé, uma vez que o bebé não atribui ainda um sentido, dado que ainda não possui em si os instrumentos necessários, isto é, um aparelho de pensar, que lhe permita lidar com a experiência emocional, seja ela qual for. Segundo Freud, a “capacidade de pensar favorece o alívio da frustração, no sentido de preencher a lacuna entre o instante em que irrompe o impulso e a satisfação (in Bion, 1965, pp. 108)”.

Quando a mãe capta o apelo do bebé vai, através da sua função- α , funcionar como continente para o conteúdo que é a experiência emocional do bebé. A mãe, utilizando a sua função continente, vai exercer a sua capacidade de *rêverie*, enquanto capacidade que faz parte da função- α , desintoxicando os conteúdos recebidos. Quando essa experiência, é assim partilhada entre mãe e bebé, ela é recebida no psiquismo da mãe e sofre uma transformação. A mãe vai lidar com a experiência emocional, utilizando os recursos internos ou as funções psíquicas, ou seja, o aparelho de pensar os pensamentos, que fazem parte do seu psiquismo. A mãe devolve a experiência emocional, já desintoxicada daquilo que poderia ser aterrorizador, ameaçador, e persecutório, para o bebé.

A necessidade de simbolizar a experiência emocional é um aspecto central na teoria de Bion (Zimmerman, 1998), uma vez que o crescimento emocional, fundado no interjogo entre mundo interno e externo, está dependente da possibilidade do sujeito simbolizar, pensar e conhecer os seus afectos, as suas verdades internas. A experiência emocional é primordial no desenvolvimento, uma vez que é esta que permite o crescimento e a transformação contínua do mundo interno e externo do sujeito. O crescimento é possível através da transformação em formas simbólicas da experiência emocional, de modo a que possa ser pensada e comunicada, o que se distingue da adaptação da personalidade possível através de manipulação dos signos convencionais. Estas formas simbólicas remetem respectivamente para o “aprender com a experiência” e o “aprender sobre o mundo”. Enquanto que o “aprender com a experiência” implica alterações e reorganizações estruturais (“mudanças catastróficas”), através das quais a mente cresce no curso de uma vivência emocional, pela possibilidade de simbolizar e pensar os afectos e integrá-los no Ego, o “aprender sobre o mundo” diz respeito a um simples aumento de informação (Bion, 1962).

Nada mais elucidativo e ilustrativo do que a metáfora de Bion de que “eu posso não conhecer uma árvore, mas se eu olhar para o fruto dessa árvore, posso reconhecê-la como sendo uma macieira, uma laranjeira,...” (pp. 155).

Como já referido anteriormente, Bowlby (1973) verificou que as interacções sociais e emocionais sem dificuldades durante a infância resultam em futuras relações objectais sem dificuldades consideráveis. Se estas interacções são caracterizadas por alguma instabilidade, em que poderá haver separações ou perdas, o resultado poderá

ser a existência de futuras relações ansiosas. Estas relações ansiosas têm a sua origem na ausência de figuras de vinculação, na perda dessas figuras, ou ainda na sua falta de consistência. Na sequência de uma organização edipiana incompleta, o pensamento fica desorganizado, as relações interpessoais empobrecidas, desvitalizadas e, em todo o caso, muitas vezes problematizadas.

É por isso necessário, um bom investimento objectal e suficiente idealização da criança, no período edipiano e no período de latência, dando uma autoconfiança e amor próprio. Caso contrário, poderá viver insatisfeita e destrutivamente, resultando um ser onde há agressividade ou, contrariamente, um ser frágil, predominando uma insuficiência do seu Eu, face à grandeza dos outros.

A própria teoria egóica do conflito edipiano, teoria base para a compreensão do desenvolvimento psico-sexual e afectivo da criança, assenta sobre as escolhas e os vínculos que são estabelecidos com os progenitores, de diferentes formas e em diferentes tempos, dos quais dependem o tipo e a qualidade destas interacções para o desenvolvimento da personalidade, sem patologia. A ausência da relação ou distorção das relações de vinculação, acarretam consequências na vida de uma criança.

A necessidade de recorrer à institucionalização, é reflexo das falhas das figuras parentais, ou prestadoras de cuidados, uma vez que não conseguiram assegurar as necessidades básicas dos menores, quer físicas, quer afectivas (...). Não podemos esquecer, que terão também implicações no modo como cada um destes menores (institucionalizado) se vê e se representa, na relação em si, no outro, com as suas imagos parentais, ou seja, a representação mental do afecto, do elo, do vínculo, e no modo como esse será interpretado, comunicado, sob que signos e linguagem.

Apesar de não se ter aprofundado isoladamente, no decorrer da revisão bibliográfica, a temática da privação das crianças institucionalizadas e as consequências da institucionalização, considerou-se pertinente referenciar alguns estudos, sobre esta questão. De facto, existem diversas investigações acerca da qualidade de vinculação das crianças institucionalizadas, sejam elas de carácter de internato, ou até mesmo quanto à necessidade de permanência numa creche. Apesar de alguns dos resultados revelarem informações contraditórias nas conclusões apresentadas, e até mesmo divergentes quanto às competências adquiridas pela frequência das mesmas, mantém-se uma questão que é fundamental e crucial ao bom desenvolvimento da

estrutura vinculativa de uma criança: a constância e permanência das figuras prestadoras de cuidados. Remetendo para Anna Freud e Burlingham (1973), estas observaram vantagens no desenvolvimento das crianças institucionalizadas, em áreas que não têm a ver com as emoções e com a formação da personalidade. Referem que, por exemplo, os atrasos no desenvolvimento da linguagem e da higiene, quando dependentes de factores emocionais, podem ser resolvidos através da atenção personalizada de uma cuidadora, à semelhança dos cuidados que seriam prestados na família. No que diz respeito à formação do carácter e à expressão das emoções, o tipo de orientação dos impulsos em direcção aos objectos primários que não são completamente adquiridos, implica lidar com sentimentos de amor e desamor, que constituem os alicerces de formação de carácter.

Verifica-se o impacto que o modelo de constelação familiar inicial repercute em futuras relações, nomeadamente as constituídas em instituições. Com efeito, o sucesso educativo institucional dependerá da qualidade das relações de vinculação estabelecidas com os cuidadores. À semelhança de muitos outros investigadores, defendem que, se forem estabelecidas relações profundas e duradouras, as crianças seguirão o curso normal, formando um superego normal, tornando-se independentes, moral e socialmente. Se ao invés, as figuras cuidadoras se tornarem impessoais e transitórias, impedindo a constância de uma relação de vinculação, acreditam que a instituição falha e as crianças exibirão lacunas no desenvolvimento do seu carácter, permanecendo a um nível superficial de adaptação à sociedade.

De igual modo, resultados de investigações mencionados por Rutter & O'connor (1999) de autores como Quinton & Rutter (1988), Small et al., (1991), Wolkind & Rushton (1994) são consistentes, demonstrando que as crianças institucionalizadas precocemente revelam perturbações do comportamento e dificuldades de relacionamento. Apontando como principal causa a ausência de uma prestação de cuidados continuada, sem no entanto poder prová-lo. Outro estudo, de Vorria et al. (1998 a, 1998 b, citado por Rutter e O'connor, 1999) realizado em instituições gregas, evidenciou dificuldades psicológicas nas crianças, sem que se verificasse a condição anteriormente descrita de elevada alternância de cuidadores, levando a inferir a possibilidade da qualidade do relacionamento, estabelecida com o cuidador ser mais importante do que a quantidade.

No que diz respeito às instituições de acolhimento de crianças, King Raynes & Tizard (1971), citados por Rutter e O'Connor (1999) apontaram algumas modificações implementadas em termos da redução dos grupos de crianças em torno de mais cuidadores, à semelhança dos padrões de prestação de cuidados comuns nas famílias. No entanto, observaram que na maioria das instituições, o tipo de cuidados continuados praticados não é exactamente igual ao preconizado pela teoria. Verificaram, por um lado, excesso de rotação contínua de cuidadores e, por outro, um estilo de relação desinvestida, realidade essa ainda uma constante em algumas (para não referir na maioria) instituições de acolhimento, lares, creches e infantários. O desinvestimento tinha como propósito, ironicamente, evitar que as crianças ficassem perturbadas quando algum elemento dos prestadores partisse, ou seja, alguns dos educadores regulavam as suas condutas no sentido de evitar a abertura a uma relação de vinculação para não dar origem a uma experiência traumática de separação. O que remete para uma interpretação parcial da teoria da vinculação, na medida em que estava omissa a associação a outras variáveis como causas de perturbação no comportamento infantil. Por vezes repete-se ainda (nas instituições) o mesmo tipo de condições de instabilidade, ambivalência e falta de referências construtivas que se registavam no ambiente familiar das crianças, contrariamente ao alicerce securizante que deveriam ser, proporcionando estabilidade e modelos edificantes que permitam o desenvolvimento harmonioso das crianças. Para “além de um instrumento de organização, regulação e controle social...” as instituições são também “um instrumento de regulação e equilíbrio da personalidade” (1982, Andrade, pp.53).

O contributo deste tipo de estudos permite, à semelhança dos vários estudos e autores apresentados e referenciados no decorrer desta revisão bibliográfica, rever, reformular, aprofundar e acrescentar métodos, estratégias e até repostas. Cada vez mais se caminha para a compreensão e entendimento entre os diferentes conceitos teóricos do desenvolvimento cognitivo e afectivo, em vez da distinção e separação na vida do indivíduo, dado que não se organizam independentes um do outro, não são indissociáveis.

Assim, a situação estranha de Ainsworth é mais do que uma tipologia de comportamento da criança. É o crescimento intersíquico de dois seres, é a projecção das suas capacidades inatas, construídas para uma relação e transformadas para

integrarem essa mesma relação. Mais do que um momento cristalizado no tempo é o contínuo do ser e da sua percepção de e, no outro que permite a crença de que a figura securizante, mesmo não presente se irá manter, uma vez que o outro vive em mim. O que nos remete para o sentido de identidade que consiste em reconhecer e ser reconhecido que “eu não sou o outro, o outro não sou eu, eu posso ficar separado do outro, o outro tem o direito de ser separado e diferente de mim, só assim eu sou, só assim existo de facto” (Bion, in Zimmerman, 1996, pp. 158).

“... gastamos muito tempo das nossas vidas a aprender a ser não o que de facto somos, mas sim aquilo que os outros querem, quem e como devemos ser” (pp. 161).

III - OBJECTIVO DO ESTUDO

A teoria da Vinculação, refere-se aos laços afectivos que são criados por familiaridade a uma figura parental próxima, numa fase de vida muito precoce, e são essas primeiras experiências que são internalizadas no processo de organização da personalidade.

Grande parte das consequências da institucionalização, pode ser prevenida se providenciar e facultar meios ambientais enriquecidos com experiências com prestadores de cuidados consistentes (segundo o clássico estudo de Skeels 1960, in Emde & Zeanah, 1999). Caso seja facultado um meio envolvente adequado, poderão surgir melhorias relevantes ou até mesmo a sua remissão. Caso contrário, a perturbação seguirá a sua evolução contínua. Mesmo depois da criança ter desenvolvido vinculações selectivas, a sociabilidade indiscriminada poderá ainda manter-se.

Pretende-se com este trabalho, que a abordagem à temática da Vinculação ultrapasse, num primeiro momento, as barreiras das diferentes correntes e reflexões teóricas clássicas, possibilitando uma interligação entre as mesmas de modo a facilitar a sua leitura e compreensão.

Pretende-se, um entendimento mais alargado da problemática e dos seus efeitos, e ainda sobre o percurso vinculativo no espaço mental do sujeito, desde o momento zero, desde a primeira experiência, bem como o impacto que provoca, até à sua inscrição no sistema mental do sujeito. Ou seja, de que forma é que o sujeito dá sentido à experiência(s) e o modo como esse sentido se vai transformando, criando novos significados.

Pretende-se, igualmente, clarificar, partindo da análise teórica do conceito de Vinculação até à inscrição do Manual de Diagnóstico da Perturbação Reactiva da Vinculação que, apesar de cumprir os sintomas da PRV, as crianças institucionalizadas conseguem manter padrões de vinculação. Contudo, não considerámos pertinente os padrões enquanto fenómeno – comportamento, no sentido da tipificação e caracterização da estrutura de vinculação existente, mas sim

os padrões da dinâmica interna da vinculação, no sujeito e no modo como acolhe, integra e se inscreve essa mesma experiência no seu espaço psíquico.

Pretende-se, a partir da revisão teórica apresentada, e tendo como base a história dos vínculos (do sujeito), entender de que maneira é que aquilo que “eu sou” na relação condiciona a análise do outro, a fusão de mim no outro e a percepção do todo. Esta análise é diferente daquilo que se vê (tipologia da vinculação), dado que os primeiros vínculos estabelecidos compreendem quem eu sou, condicionando a forma como os vínculos se manifestam. Na prática, tem de haver no “eu” algo do funcionamento passado expresso na tipologia e na caracterização da vinculação.

Partindo do pressuposto basilar de que as crianças institucionalizadas mantêm diferentes padrões de vinculação, o objectivo deste estudo é:

- 1) Identificar a tipologia de vinculação dos sujeitos, sendo este o ponto de partida para iniciar a análise aprofundada sobre a especificidade das estruturas vinculatórias, para além da identificação formal;
- 2) Após a identificação das tipologias, perceber sobre que dinâmica essa vinculação é estabelecida, para além das problemáticas que advêm dos contactos com os prestadores de cuidados (Perturbação Reactiva da Vinculação). A representação de um crescimento interspíquico, dual, no processo vinculatório é determinante para a construção da personalidade, nomeadamente, na representação de si, da relação e das imagens parentais. A forma como esta representação se inscreve na realidade intrapsíquica da criança irá condicionar os movimentos vinculatórios estabelecidos entre ela e os diferentes “candidatos” a figuras prestadoras de cuidados ou afectivamente disponíveis;
- 3) A análise dos movimentos vinculatórios será o meio para perceber de que forma é que crianças que foram sistematicamente sujeitas a bloqueios ou interrupções no seu processo vinculativo, se estruturam e quais os mecanismos que lhes permitem manter-se coesas e, acima de tudo, manter uma relação de maior proximidade e cumplicidade, assim como um elo social. De que modo é que as crianças institucionalizadas e com figuras inconsistentes, e frequentemente alteráveis, se organizam internamente após falhas sucessivas no seu desenvolvimento. Até que ponto é que estas crianças têm uma visão realista do mundo, ou se as personagens

permanecem impotentes e aniquiladas face ao acontecimento de situações imprevisíveis;

4) Ao serem colocadas situações-chave para evidenciar a estrutura vinculatória, pretende-se perceber, no final, e após as sucessivas falhas a que estes menores foram sujeitos, o que resta, qual a reminiscência relacional em si e no outro que permanece e existe. Independentemente das características observadas nos instrumentos a utilizar, procura-se aceder ao tipo de relação de objecto dominante nestes sujeitos. Ao perceber-se que tipo de relação de objecto é mantido por estes sujeitos, será possível igualmente perceber como é que o seu processo de individuação está a ser conduzido e, como, devido à história dos seus vínculos com figuras prestadoras de cuidados inconstantes ou influenciados por um contexto desfavorável, estas crianças se autonomizaram precocemente, sem que tenha sido construída uma estrutura de suporte para essa individuação;

5) Os pontos anteriores serão alcançados através da análise das dinâmicas que surgem na situação de testagem (Children Apperception Test – CAT, e Histórias de Vinculação para Completar), na comunicação, relação, e processo de simbolização dos sujeitos. Estas expressar-se-ão nas dimensões presentes, nomeadamente na postura adoptada perante a situação de teste, na relação estabelecida com o examinador, no modo de adaptação e nas respostas em contacto com o material, pelo conteúdo manifesto, latente e com especial incidência no conteúdo vinculativo.

IV – Sujeitos

Este trabalho de investigação incide sobre um grupo de cinco sujeitos, rapazes, de 9 e 10 anos de idade, que se encontram num Lar Residencial, em regime de internato (com excepção dos fins de semana e interrupções escolares, momento em que regressam às suas famílias de origem), ao abrigo da lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, por não haver nenhum adulto que se tivesse constituído como modelo de uma dinâmica relacional segura a quem poderiam ter ficado confiados permanentemente, e por se tratar de crianças sujeitas a maus tratos, abuso, negligência e abandono.

Os critérios utilizados na selecção dos sujeitos prendem-se para além da questão enunciada no parágrafo anterior, com a particularidade das sucessivas falhas e bloqueios no decorrer do seu desenvolvimento, com as suas figuras parentais, assim como com outras figuras que pudessem assegurar a prestação dos cuidados básicos e psicoafectivos aos menores, ou seja, ao nível da sua estrutura vinculativa e, claro por se registar um diagnóstico de Perturbação Reactiva da Vinculação.

Caracterização Dos Sujeitos

Sujeitos	Idade Cronológica*	Tempo de Institucionalização	Motivo
A	10:10	2 anos e 7 meses	Negligência
B	10:01	3 anos	Tentativa de suicídio
C	09:07	1 ano e 11 meses	Abandono
D	10:09	4 anos e 3 meses	Negligência
E	10:09	5 anos e 8 meses	Maus tratos

Tabela nº 1 – caracterização dos sujeitos

* em Dezembro de 2006

Estrutura Familiar

Relacionamento	Sujeito A	Sujeito B	Sujeito C	Sujeito D	Sujeito E
Situação familiar	Precariedade social	Negligência	Abandono	Divórcio	Divórcio
Mãe	Conflituosa	Ambígua (devido depressão)	Idealizada mas inconstante	Doença psiquiátrica não diagnosticada	Ambivalente
Pai	Ausente(detido)	Modelar e idealizada	Desconhecido	Atualmente presente e de referência	Ambivalente e temida
Frateria	Irmão mais novo (ciúmes, também na instituição)	2 irmãs mais velhas de 31 e 30 anos (de referência)	2 irmãs mais novas de 2 e 1 ano	Mais novo de 4 (praticamente inexistente, excepto com a irmã)	Mais novo de 3 (também na instituição, inter-ajuda)
Família alargada			Avó materna	Madrasta e seus dois filhos	

Tabela nº 2 – Estrutura e relacionamento familiar

Sujeito A

O menor de 10 anos de idade foi institucionalizado devido à falta de acompanhamento parental, negligência e em função da situação de precariedade sócio - económica em que vivia.

Com a mãe, o relacionamento é conflituoso e difícil, em parte devido aos ciúmes que tem do irmão mais novo (também ele na instituição, mais giro, mais esperto e sedutor, fazendo com que a mãe se aborreça sempre com o Fábio), tendo inclusive empurrado a mãe.

É internado aos sete meses de idade, na sequência de uma infecção no braço, internamento este longo e com as suas consequências, nomeadamente a ausência e inexistência de relacionamento com a figura paterna, que esteve preso até à nove meses atrás. Nunca tinha estado com o pai, só agora começaram a estabelecer uma relação, tendo já passado alguns fins de semana juntos. O pai referiu “que não sabia ser pai e que ia tentar e que queria aprender muito e ser bom” para o menor.

Apesar do pai trabalhar, ainda fuma droga e consome álcool, o que resultou num episódio de violência num dos fins de semana, chegando a partir a porta de casa da mãe do menor. Desde esse episódio, que o menor não o vê, aspecto que afectou o seu comportamento quer com os seus pais, quer na escola com os professores e figuras de autoridade. Inicialmente o reaparecimento do pai, mostrou-se ser uma boa influência e referência, contudo, após o incidente “desmoronou”.

Com o seu irmão mais novo, o relacionamento é curioso e ambivalente. Faz tudo para provocar o irmão e vice-versa, agredindo-se e ofendendo-se com alguma frequência. Todavia, na instituição ninguém pode tocar no irmão (e ele provoca toda a gente), caso contrário o menor interfere, defende e protege-o passando à agressão sempre que necessário. Perante esta questão, o menor apresenta a justificação “não gosto que lhe batam”.

Não estabelece relações de proximidade com ninguém, apesar de manter um relacionamento de referência com o psicólogo da instituição, que funciona muitas

vezes como elemento contentor. Em sessão ou em avaliação fica sempre mais distante, porque se sente muito pouco à vontade em ambientes de cariz mais formal.

Na escola apresenta algumas dificuldades de linguagem, facto que nem sempre favorece a aproximação e relacionamento com os pares e hierarquias. Apesar do comportamento, e dos resultados escolares, é um aluno esforçado, faz os trabalhos de casa e tenta aplicar-se na medida do possível.

No passado ano lectivo teve uma óptima relação com a professora, que era muito matriacal e que o colocou “debaixo da sua asa”.

No futebol o treinador diz que ele é muito respeitador e que ajuda muito no balneário. Não tem motivos de queixa. Contudo, na sequência de uma chamada de atenção por parte do treinador, o menor esteve sem ir aos treinos por um período de uma semana (devido à chamada de atenção, tendo ficado muito “chateado por terem refilado”).

As relações são todas assim, de grande ambivalência, gosta muito, mas se a relação não decorre tal como prevê, afasta-se e desiste, com excepção do irmão, apesar da mesma ambivalência de relacionamento.

Sujeito B

O menor de 10 anos de idade encontra-se na instituição desde os sete anos de idade na sequência de uma tentativa de suicídio (foi para o telhado da escola e ameaçou atirar-se), encontrando-se medicado e a ser acompanhado em pedopsiquiatria desde então (inicialmente, quadro depressivo).

A relação com a mãe é muito, muito ambígua. Ele sabe que a mãe é uma pessoa doente, mas não percebe que tem que a ajudar. Assim, frustra-se pelo facto de a mãe não fazer coisas simples, como a comida ou limpar a casa (garantir no mínimo o seu papel funcional), tendo de ser ele a garantir os cuidados mínimos e necessários.

A mãe do menor teve uma depressão pós - parto, o que a levou a rejeitar a criança nos primeiros tempos de vida (não se sabe ao certo durante que período), conseqüentemente foi seguida em psiquiatria. A relação mãe - filho foi evoluindo, numa base pouco sólida, oscilando entre o estar deprimida pelo sentimento de culpa

de ter rejeitado a criança e o facto de tal poder ter criado dificuldades e problemas ao filho (visíveis na escola primária onde o menor se isolava, era mau aluno, etc...). Dessa forma a mãe passou a uma depressão major crónica de factor endógeno, pouco reactiva à medicação. De facto esta só a afecta, e pouco, na motricidade, tornando-a mais activa, mas com muito pouca influência no humor, mantendo-se depressivo.

O pai é idolatrado, apesar de estar quase sempre desempregado e de permanecer pouco tempo em casa. De facto, suspeita-se da existência de uma segunda família, permanecendo em casa quinzenalmente e de uma forma alternada.

O menor mantém com o pai uma relação boa, idealizada, mas boa, apesar da ausência, quando surge leva-o a realizar tarefas com ele, pintar casas, (...), o que o agrada bastante.

Tem duas irmãs mais velhas uma de 30 e outra de 31 anos. A irmã mais nova saiu de casa há pouco tempo, contudo no intuito de poder comprar casa (que já fez), começou por trabalhar em dois locais distintos. Com a saída de casa da irmã, o menor viu-se com mais responsabilidades, passando a sentir-se cada vez mais frustrado em casa em virtude das tarefas que tem de desempenhar (...).

Com excepção do relacionamento individual manifesto com o psicólogo da instituição, para quem se apresenta um miúdo calmo, o mesmo não acontece com a maioria das pessoas. Estabelece relações de proximidade permitindo que algumas pessoas se envolvam (psicólogo, director da instituição e directora de turma), contudo, perante outras pessoas, (por exemplo: a técnica de serviço social, directora da escola), quando confrontado, facilmente se torna agressivo e não tem pejo em empurrar e passar ao acto.

Na relação terapêutica é um rapaz que resulta melhor em sessão normal e típica, do que quando à necessidade de utilizar instrumentos de avaliação, tornando-se mais fechado. A presença do factor prova entre os dois cria alguma instabilidade e reserva.

Num determinado momento (não identificado), começou a perder toda e qualquer espécie de pertence pessoal, passes, (...). Tendo em conta a dimensão e implicações da situação, e em conformidade com o director da instituição e com a pedopsiquiatra que o acompanha, determinou-se que a fim de potencializar alguma estabilidade

emocional, o menor deveria passar os dias na instituição e dormir em casa. Esta decisão foi bem sucedida, de tal forma que durante dois anos (lectivos) seguidos, deixou de perder as coisas e retirou-se por completo a medicação (Risperdal e Tegretol - chegou a registar-se o que pareciam ser pequenos delírios).

No final do passado ano lectivo, e sem se ter determinado a razão, voltou a perder coisas, começou a criar problemas na escola e tornou-se novamente agressivo (empurrou uma professora). A escola possibilitou a passagem de ano, mas não a continuidade naquele estabelecimento de ensino.

No início do ano lectivo (2006/07), retomou a permanência na instituição a tempo inteiro, voltou a ser medicado, todavia os problemas mantêm-se e com algum agravamento, nomeadamente um episódio com um colega na escola, que na incapacidade de controlar os seus impulsos, veio para a rua (recreio) atirar pedras. Na sequência do acontecimento, a directora de escola que frequentava interveio, mas contrariamente ao desejado, o menor não só a ofendeu verbalmente, como a empurrou contra uma vitrine, tendo sido expulso imediatamente. Segundo a directora de turma na sua presença aquele episódio nunca ocorreria em virtude do relacionamento que mantinha com o aluno, de proximidade, afectividade.

O problema do menor não é com figuras femininas. É com toda e qualquer figura de autoridade que não lhe demonstre atenção, carinho ou interesse pelos seus problemas. Entrega-se e respeita e não protesta e acalma, com figuras que demonstram atenção e disponibilidade, que o escutam de vez em quando.

Exemplos de algumas situações: já andou atrás do director da instituição com um barrote, empurrou a directora da escola, ofendeu verbalmente e desmedidamente o educador da instituição, fica muito frustrado com a mãe porque a mãe não faz coisas que ele quer (...), empurrou a técnica de serviço social da instituição, uma professora na escola, directora da escola, (...).

Não há um género específico de conflito, há um tipo específico. De momento o menor está na instituição, e sem qualquer tipo de encaminhamento e projecto escolar futuro.

Sujeito C

O menor foi sinalizado em 2004, pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da área de residência por abandono por parte dos pais que se encontravam em parte incerta. Nesta altura o menor já se encontrava com a avó, desde 2003, mas esta não tinha capacidade de tomar conta dele no período da noite por trabalhar à noite e viver sozinha. A avó encontrou o menor num bairro do Vale da Amoreira para onde tinha sido levado pela mãe em 2002, sozinho e a viver na rua. Assim durante um ano e meio o menor viveu na rua, era correio de droga e comia e dormia onde se arranjava, sendo que muitas vezes não se arranjava.

De 2002 a 2005, não se soube do paradeiro da mãe, até que apareceu à porta da avó grávida. Esta conseguiu arranjar-lhe casa, no bairro onde a mãe do menor ainda vive. O pai biológico é desconhecido e de momento a mãe tem um companheiro a quem o menor também chama de pai.

Tem duas irmãs mais novas, uma de dois e outra de um ano de idade.

A avó reorganizou a vida e neste momento já consegue ter o menor em sua casa e assegurar todas as condições básicas necessárias, facto que permitirá ao menor sair da instituição muito em breve.

O menor estabelece relações com tudo e todos da mesma maneira e segundo os mesmos critérios. Não faz qualquer diferenciação. Espera de toda a gente as mesmas coisas, sem se aperceber que muitas vezes os outros nem gostam de si. Não se importa que os outros o agridam ou o maltratem verbalmente, são amigos e trata-os como tal.

Com o menor na instituição o relacionamento é muito escorregadio, apesar de se mostrar sempre muito próximo.

Sujeito D

A situação foi sinalizada pela escola, por negligência e algum abandono. O menor andava pelo bairro sempre e quando queria, sem qualquer controle.

Após a separação dos pais, o menor ficou entregue aos cuidados da mãe que tem graves problemas psiquiátricos, não assegurando as suas necessidades básicas. É o mais novo de uma frateria de quatro irmãos.

Actualmente, o menor domina a relação com a mãe, denotando-se uma evidente inversão de papéis.

Esta situação chamou a atenção da equipa gestora do caso que encaminhou para adopção à revelia de qualquer parecer técnico por parte da instituição que integra, que se opôs ao processo em virtude da estrutura e laços familiares existentes, nomeadamente com a irmã e o pai com quem passava os fins de semana. Assim como o relacionamento que mantinha e mantém com a mãe e com o irmão, facto que foi motivo de discórdia por parte da equipa de adopção (2004/05).

Por ordem do tribunal, cortou-se o contacto com a família, contudo a mãe esperava-o e queria vê-lo. Ao saber do processo decorrente o pai interpõe recurso por falha processual, alegando que nunca tinha sido ouvido. Entretanto surge uma família adoptiva, casal de 50 anos com três filhos maiores e independentes, onde esteve durante um mês. Em virtude do desejo manifesto e constante por parte do menor em ver a sua família biológica, independentemente da conclusão do processo de adopção, a família adoptiva muda de ideias e “depositam-no” á equipa de adopção que o “despeja” na instituição.

Desde essa altura que o pai assegura os fins de semana e períodos de férias escolares. Apesar de ter reorganizado a sua vida, a actual companheira (também com filhos e que coabitam) não demonstra qualquer vontade em ter o menor em sua casa.

Por vezes mente ao pai dizendo que vai visitar a mãe, o que não corresponde à verdade, pois vai brincar para casa dos colegas da escola.

Em contexto escolar, denota-se alguns problemas de comportamento por vezes graves, tendo inclusive sido suspenso. O agravamento da situação surge notoriamente após o processo de adopção que gerou uma grande instabilidade e incerteza ao menor.

No que concerne o relacionamento com os seus pares, sempre foi muito gozão, e humilha constantemente os outros, por se considerar o mais esperto. Contudo, ao nível do rendimento escolar, teve cinco negativas, facto que não o incomoda. Quando

confrontado com a aparente incoerência de ser esperto e ter negativas, afirma e justifica “que sabe que não se esforçou”, mantendo esta postura e atitude permanentemente.

Sujeito E

O processo de institucionalização ocorreu na sequência da separação dos pais, tendo o menor e os seus irmãos (o mais novo de uma frateria de três) permanecido com o seu pai que os maltratava agredindo-os com bastante frequência.

O menor tem dez anos e é um rapaz que passa totalmente despercebido, não cria problemas, é discreto e subtil. Para além do tempo em que está na escola, na instituição ocupa o seu tempo a jogar computador, estuda quando necessário, dá-se bem, sem se dar muito bem, com os seus colegas de turma. O relacionamento com as restantes pessoas que o rodeiam é feito sem grande envolvimento.

Com a mãe o relacionamento é constante (todos os fins de semana), embora o menor não expresse ou emita qualquer comentário ou emoção, quando se aborda este assunto. O facto de a mãe viver uma situação de grande precaridade social e habitacional, é um dos factores determinantes para o não acolhimento do menor e dos seus irmãos.

O pai refez a sua vida conjugal, facto que em nada modificou o comportamento do menor, referindo-se à companheira do pai, sem qualquer assomo de emoção ou interesse, apenas mais uma pessoa. Esta relação não foi duradoura, pelo que posteriormente surgiu uma tentativa de aproximação dos pais. Chegaram a viver todos juntos novamente, mas sem grande efeito, o modo como o menor vivenciou essa aproximação e o posterior afastamento foi exactamente igual.

A sua ligação ao pai conferiu-lhe toda uma série de crenças sobre o género feminino que são difíceis de apagar (a mulher tem apenas a função de cuidar da casa, do marido e de agradar e responder a todos os seus pedidos).

Procedimento na Recolha De Dados

A fim de facilitar o processo de recolha de dados, e uma vez que os menores em questão têm vindo a ser acompanhados a nível psicopedagógico e terapêutico, considerou-se pertinente ser o psicólogo da instituição a aplicar os instrumentos de avaliação (de Setembro a Dezembro de 2006), em virtude da relação de aliança e confiança já estabelecida.

Num primeiro momento, foi revista de uma forma breve e sucinta a história de vida de cada um dos menores até à data, tendo como referência o enquadramento sócio-familiar de cada um dos sujeitos, permitindo-nos aceder e especular um pouco sobre como terão sido estabelecidos os vínculos e elos de ligação destas crianças (no ponto anterior - caracterização dos sujeitos).

As maiores dificuldades, prendem-se nas lacunas existentes quanto à recolha de dados concretos acerca da vida dos menores. A informação e ausência de dados anamnésicos referentes aos primeiros anos de vida, fundamentais para a elaboração de uma análise posterior mais detalhada e conseqüentemente conclusiva, foi na maior parte dos casos, vaga e insuficiente.

Num segundo momento, procedeu-se à aplicação e recolha do instrumento projectivo - Children Apperception Test. A passagem do CAT-A foi efectuada na sua totalidade, sendo aplicados os cartões, um a um, consoante a sua ordem, de modo a que fosse respeitada a progressão das implicações latentes prévias à construção do material.

A consigne adoptada foi no sentido de pedir aos menores para contarem uma história relacionada com as imagens que lhes foram apresentadas. No final de cada uma, sempre que necessário colocaram-se algumas questões no sentido de esclarecer o que, para nós, nos pareceu menos claro (as questões de “o que estavam a fazer antes de...; e depois de?...”).

A aplicação deste instrumento de avaliação desenvolveu-se em situação individual (sempre pelo mesmo examinador e no mesmo local), num gabinete do próprio lar residencial.

Por último, procedeu-se à recolha das narrativas do instrumento de avaliação - Attachment Story Completion Task (Bretherton & Ridgeway, 1990).

Os adereços foram colocados de acordo com o procedimento original, nomeando cada um deles (excepto os bonecos identificados no início). No final de cada história, foi pedido aos menores para colocar as figuras da família e adereços num dos lados da mesa, dizendo: “podes prepará-los para a próxima história?”.

De forma a iniciar a história seguinte, o experimentador disse algo como, “tenho uma ideia para uma história diferente” ou “estás pronto para uma história diferente?”.

No decorrer de cada história, o experimentador questionou a criança, acerca do tema presente, quando não referido espontaneamente: “O que fizeram acerca do sumo entornado?” ou “O que fizeram com o monstro?”. Quando a criança se limitou a dar uma resposta, o experimentador perguntou: “Mais alguma coisa?”, “O que mais?”, “E depois?”. Se a acção da criança com as figuras demonstrou ser ambígua, o experimentador perguntou sobre “o que estão a fazer?”. Se a criança usou um pronome ambíguo enquanto falava acerca das figuras, o experimentador perguntou “Quem estava a fazer isso?”. O experimentador também pode repetir a frase da criança em forma de pergunta, para verificar o que a criança disse (“a mãe entornou o sumo? E depois?”). Se a criança perguntou pela avó, o experimentador respondeu: “A avó não entra nesta história, vamos buscá-la para outra história mais tarde”.

No intuito, da recolha de dados ser o mais fidedigna possível, a aplicação deste instrumento foi registada em vídeo, permitindo completar e complementar a análise de dados, tendo em consideração os comportamentos verbais e não verbais dos sujeitos. Pelo que, esteve presente um terceiro elemento, no decorrer da aplicação, para além do examinador e do menor.

A transcrição verbal e não verbal das narrativas dos sujeitos foi realizada pelos dois investigadores que realizaram a recolha de dados, sob a supervisão de um terceiro investigador estranho à situação de recolha de dados.

V – Metodologia e Instrumentos

A vinculação, é essencialmente uma teoria de comportamento social e humano, com implicações desde “o nascimento até à morte”. Enquanto, os laços iniciais desta teoria, com a teoria da evolução se centravam no seu valor de sobrevivência para a criança pequena, os desenvolvimentos mais recentes, insistem na continuidade do comportamento de vinculação ao longo de toda a vida e na forma, como poderá ter evoluído. O valor adaptativo da vinculação intervém, assim, através da capacidade de dar sentido ao acontecimento para reagir de forma adaptada.

A metodologia usada para este estudo baseia-se em técnicas qualitativas, apesar de não se configurar exactamente como um estudo de caso. Ciente da dificuldade em obter comportamentos diferentes dos padronizados no dia-a-dia, (estes mais facilmente descritos e estudados por metodologias quantitativas) o método qualitativo foi escolhido por ser a única forma de medir determinado tipo de comportamentos, interacções e reacções que, do ponto de vista estatístico, não se conseguiria obter. Assim, esta metodologia recorreu a instrumentos que são suportados por correntes teóricas e investigação quer qualitativa, quer quantitativa, que permitem, através de uma análise de conteúdo referenciada, obter resultados que revelam realidades pessoais, mas que remetem também para um determinado tipo de enquadramento, tendo em vista o comportamento de uma amostra-padrão enunciada posteriormente, segundo os autores dos referidos instrumentos.

Apesar de se tratar de um estudo qualitativo, debruçamo-nos em mais do que um único estudo de caso. Este facto, deveu-se à necessidade de descobrir, dentro das análises qualitativas a existência, não de padrões, mas de pontos de ligação entre os sujeitos que constituem a amostra. A procura destas ligações permite inferir que, para uma determinada população, determinado comportamento ou reacção específica existe, é importante e condicionante para toda a população, e sobre o qual podem ser equacionadas estratégias de combate ou de mudança, de forma a aumentar a coerência e qualidade de vida dos sujeitos em questão. É por este facto que o

presente estudo apresenta, para além da característica qualitativa, uma metodologia exploratória.

Muitos são actualmente os instrumentos que qualificam a tipologia da vinculação na criança, tendo, na sua maioria, como ponto de partida o estudo desenvolvido por Mary Ainsworth – Situação Estranha, que foi o primeiro instrumento que permitiu testar características de uma relação e não traços individuais.

De forma a optar sobre quais os instrumentos de avaliação a utilizar, foi necessário considerar se o que se pretendia analisar eram os modelos de acção da criança – os seus comportamentos, ou os seus modelos representativos. Tendo, de igual forma, de decidir se, se pretendia estudar as representações com todas as suas defesas que a acompanham ou cingir-se apenas às representações conscientes que a criança tem das suas relações de vinculação. A escolha do instrumento dependeria assim dos modelos operantes internos de interesse, consoante se tratasse do modelo de si mesmo, da família em geral, ou de uma relação em particular.

De modo a perseguir os objectivos traçados, que têm como ponto de partida a análise teórica do conceito de Vinculação até à inscrição do Manual de Diagnóstico da Perturbação Reactiva da Vinculação, recorreu-se a dois instrumentos específicos de avaliação psicológica, o Teste de Apercepção Temática (*The Children's Apperception Test - CAT-A*) e as Histórias de Vinculação a Completar (*Attachment History Completion Task*). Como referido anteriormente, analisar-se-á de cinco sujeitos, rapazes, de 9 e 10 anos de idade, institucionalizados num mesmo lar residencial (mantêm contacto com as suas famílias aos fins-de-semana e férias escolares), vítimas de maus tratos, negligência, (...), seguindo os modelos de estudo do protocolo CAT, e da metodologia das H.V.C.. A análise dos protocolos será, então, uma ilustração das possibilidades das metodologias apresentadas, ilustrativos de que, apesar de se confirmar os critérios de diagnóstico de PRV, as respostas ao CAT – A, assim como Histórias da Vinculação para Completar, darão indícios da capacidade de estabelecer vínculos a figuras que apresentem a característica mínima de permanência, com qualidade, na vida dessas crianças, sendo fundamental, como já referido, clarificar e compreender de que forma se inscreve no sistema mental do sujeito, tendo em conta o sentido que o sujeito atribui à experiência(s) e o modo

como esse sentido se vai transformando, criando novos significados, e consequentemente o remanescente na relação em si e no outro.

Instrumentos

No sentido de compreender, explorar, e alcançar o objectivo pretendido utilizaremos dois instrumentos específicos de avaliação psicológica, o CAT – A (**The Children's Apperception Test**) e as Histórias de Vinculação a Completar (**Attachment History Completion Task**).

Escolhemos o C.A.T., como instrumento de pesquisa, dada a sua especificidade e porque constitui um instrumento privilegiado na abordagem da representação das relações com as imagos parentais, nas suas funções fundamentais (do continente à rivalidade; da cena primitiva à ternura). Permite aceder à realidade psicológica do sujeito, através da representação de situações relacionais e dos cenários conflituais representados nos diversos cartões, ou seja, chegar ao seu percurso enquanto “ser”, pela forma como vive e se vive na relação com o seu meio circundante, em termos de investimento e representação e nos vários processos de maturação.

E, as Histórias de Vinculação para Completar, instrumento este que consiste numa tarefa de finalização de histórias, para avaliação dos modelos internos do funcionamento das crianças. Este instrumento desencadeia nas crianças respostas às questões da vinculação que emergem directamente de cada uma das cinco histórias iniciadas pelo experimentador, e permite-nos determinar e identificar a tipologia de vinculação nos sujeitos.

A identificação e análise dos movimentos projectivos das crianças, fornecer-nos-á pistas concretas sobre as estratégias adoptadas no real, uma vez que os instrumentos a utilizar representam inerências controladas do contexto onde estas crianças estão inseridas. Esta situação “laboratorial” irá permitir-nos isolar o objecto de estudo (os movimentos projectivos) de outro tipo de variáveis parasitas, permitindo uma análise precisa e dirigida das estratégias de vinculação.

É previsto que a tríade criança – quem avalia – e instrumento, esteja também sob análise, dado que, enquanto figura presente na vida da criança (ainda que apenas no momento avaliativo), irá despoletar estratégias adaptativas e de tentativa vinculativa, que supõe também, a sua expressividade no material a analisar.

O C.A.T. (The Children's Apperception Test) ou Teste de Apercepção Temática para Crianças (Animal), é uma técnica projectiva que foi construída por Leopold Bellak e Sonia Bellak, em 1949, nos EUA, como uma técnica projectiva de investigação da personalidade, destinada a crianças dos três aos dez anos, de ambos os sexos.

O C.A.T., tal como o T.A.T., do qual é um «*descendente directo*» (Haworth, cit. In M. Montagna, 1989), é também constituído por um material simultaneamente figurativo e ambíguo. Composto por dez cartões sobre as quais foram desenhadas em preto e branco, mais ou menos sombreado, as suas imagens, representam animais familiares e selvagens, variando a sua espécie de cartão para cartão.

Classicamente, considera-se que a projecção é facilitada no caso das crianças quando são usados como estímulos figuras do reino animal, que ilustrem situações consideradas pelos autores como as mais significativas na vida da criança. “Acredita-se ser possível chegar a apreender algo sobre o contexto das preocupações das dificuldades, dos sonhos diurnos e da imagem corporal da criança; sobre as suas escolhas identificatórias (de figuras e actividades), os seus recursos e a forma como os utiliza, e o seu funcionamento defensivo e adaptativo” (L. Bellak & C. Adelman, 1996, p. 68).

Os cartões são apresentados um a um, segundo a sua ordem numérica, solicitando-se a construção de histórias, recorrendo à instrução: “Imagina uma história a partir destas imagens”, que são registadas numa folha para análise e interpretação posterior.

De facto, nos anos seguintes à sua criação, os estudos desenvolvidos sobre o C.A.T. foram conduzidos nos E.U.A. por Bellak & Col. no sentido de estudar as modalidades perceptivas das respostas que reflectissem as características adaptativas da criança face à situação C.A.T. Na base destes estudos está a proposição de que «*a percepção é uma função da personalidade total, e que é o estudo das diferenças individuais nas respostas percebidas nos estímulos que nos leva a compreender a personalidade do sujeito. (...) Em grande medida, os tipos de deduções baseiam-se*

na teoria da personalidade que sustenta o psicólogo» (L. Bellak & C. Adelman, 1966, p. 68). L. Bellak elege a teoria psicanalítica como quadro de referência teórico para dar sentido às histórias das crianças. Como método de interpretação das histórias, propõe que se considerem 10 categorias principais de análise, que servirão como “marco de referência”, categorias que podem ou não estar presentes em cada história: tema principal; herói principal; principais necessidades do herói; concepção do meio ambiente; figuras percebidas como (...); conflitos significativos; natureza das ansiedades; principais defesas; adequação (severidade) do Superego; integração do Ego. Segundo L. Bellak & C. Adelman (1966), as três primeiras variáveis permitem uma descrição da estrutura psíquica e das necessidades inconscientes da criança; a quarta e quinta variável mostra a concepção do mundo e das figuras significativas que a rodeiam; as últimas cinco dão-nos indicações sobre as respectivas dimensões da personalidade.

À semelhança dos estudos desenvolvidos em França, sobre as técnicas temáticas – T.A.T. e C.A.T., que aprofundaram os seus referenciais psicanalíticos. É de destacar, em primeiro lugar, os estudos desenvolvidos por Shentoub, 1969 (in M. Montagna, 1989) em relação ao T.A.T. aplicado a crianças, que propôs uma análise dos protocolos centrada nas possibilidades do Ego na resolução dos conflitos. Considerando relevantes os seguintes aspectos: características manifestas da produção; factores de rigidez; factores de labilidade; factores de progressão da narrativa; factores que paralisam a narrativa. Nesta perspectiva, o ênfase da interpretação é colocado na forma como o sujeito se confronta com a situação T.A.T., situação que pode ser assimilada a uma situação geradora de conflito dadas as particularidades que envolve: *o material* que evoca situações conflituais e geradoras de angústia; a *instrução*, que convida a imaginar, mas mantendo uma relação com o estímulo apresentado; por fim, a presença do *psicólogo* que suscita movimentos transferenciais. É assim que a história T.A.T. e também a história C.A.T. – **porque ambas as situações são similares** –, ou melhor, os protocolos, dão conta do compromisso realizado pelo sujeito nestas situações de conflito, situações que, como explicita V. Shentoub (1983) a propósito da situação T.A.T., é uma «situação de conflito entre as estruturas conscientes/ pré-conscientes e as estruturas inconscientes e os respectivos modos de funcionamento» (op. cit. pp. 25) e, por isso mesmo, revela o sujeito na sua singularidade e individualidade. De facto, V. Shentoub (1969, in M. Montagna, 1989), refere que «avaliar a organização

apresentada pela criança é apresentar as suas potencialidades, o que nos leva a um momento particular da evolução entre diferentes instâncias da personalidade, com particular referência à noção de integridade das funções do Ego, às características da organização defensiva e à apreciação da sua rentabilidade» (op. Cit. pp.28).

Foram, no entanto, os estudos desenvolvidos por C. Chabert (1980), N. Rausch de Traubenberg (1982) e M. Boekolt (1993) que aprofundaram e estabeleceram de forma clara a análise do C.A.T. tendo como base, a teoria psicanalítica. Partindo das características manifestas do material – conteúdo manifesto, este modelo visa aceder à diversidade de registos de conflitualização veiculadas/ reactivadas de forma latente – conteúdo latente. Cada cartão pode reactivar sucessivamente ou simultaneamente vários registos de conflitualização na mesma criança. Para C. Chabert (1980), os conteúdos manifesto e latente do C.A.T. são:

Cartão 1

Conteúdo Manifesto: Três pintos sentados à volta de uma mesa em cima da qual está uma malga cheia. Ao lado, um pouco apagada, uma galinha grande.

Conteúdo Latente: Referência a uma relação com a imagem materna no domínio da oralidade.

Cartão 2

Conteúdo Manifesto: Um urso grande puxa por uma corda que é puxada do outro lado por outro urso grande com um ursinho atrás.

Conteúdo Latente: Referência à relação triangular num contexto agressivo e/ou libidinal.

Cartão 3

Conteúdo Manifesto: Um leão com um cachimbo e uma bengala está sentado num cadeirão. Em baixo à direita, está um ratinho num buraco.

Conteúdo Latente: Reenvia à relação com uma imagem de poder fálico.

Cartão 4

Conteúdo Manifesto: Um canguru grande com um chapéu, um saco e uma cesta com uma garrafa de leite. Tem no saco ventral um bebé - canguru que segura um balão. Atrás dele, uma criança - canguru numa bicicleta.

Conteúdo Latente: Reenvia para uma relação com a imagem materna eventualmente num contexto de rivalidade fraterna.

Cartão 5

Conteúdo Manifesto: Num quarto escuro uma caminha com dois ursinhos. Por trás, uma cama grande cujos lençóis pareciam levantados por alguma coisa.

Conteúdo Latente: Referência à curiosidade sexual e aos fantasmas da cena primitiva.

Cartão 6

Conteúdo Manifesto: Uma gruta onde se vêem, mais ou menos, dois ursos. À frente um urso pequeno, de olhos abertos e algumas folhas.

Conteúdo Latente: Referência à curiosidade sexual e aos fantasmas da cena primitiva.

Cartão 7

Conteúdo Manifesto: Na selva, um tigre salta em direção a um macaco. O macaco parece agarrado a umas lianas.

Conteúdo Latente: Referência a uma relação carregada de agressividade (versus devoração ou castração).

Cartão 8

Conteúdo Manifesto: Dois macacos grandes sentados num canapé bebem por chávenas. À direita, um macaco grande, sentado num “pouf”, estende um dedo para um macaquinho.

Conteúdo Latente: temática da culpabilidade ligada à curiosidade e à transgressão na relação pais/filhos.

Cartão 9

Conteúdo Manifesto: Um quarto escuro cuja porta está aberta. Uma cama de criança com um coelho dentro dela, sentado.

Conteúdo Latente: Problemática da solidão e/ou abandono.

Cartão 10

Conteúdo Manifesto: Um cãozinho deitado de barriga para baixo nos joelhos de um cão grande. À direita uma retrete e toalhas de quarto de banho.

Conteúdo Latente: Referência a uma relação agressiva e/ou libidinal pais/crianças num contexto de analidade.

O C.A.T. revela-se um instrumento rico de significação, na medida em que reenvia para a representação das relações e dos conflitos fundamentais; permite situar a criança no que diz respeito aos processos de individualização, diferenciação e identificação; permite traçar as grandes linhas da sua organização defensiva, avaliar o registo dos conflitos e a capacidade de os elaborar.

Relativamente ao nosso estudo, o C.A.T. revela-se como um instrumento extremamente útil, na medida em que nos fornece, dados importantes sobre as identificações, os conflitos, as angústias na relação com as *imagos* parentais, através dos papéis inferidos, e atributos com que a criança qualifica cada uma das personagens que as representam, bem como, dados sobre a capacidade da criança em estabelecer relações com essas personagens.

As **Histórias de Vinculação Para Completar** (Attachment History Completion Task -Bretherton, I., Ridgeway, D., & Cassidy, J., 1990) foram concebidas para suscitar comportamentos de vinculação por parte das crianças, inicialmente prevista para crianças de 3 anos, é já utilizada até cerca dos 10 anos de idade. A aplicabilidade deste instrumento faz-se através da apresentação inicial de cinco histórias com a ajuda de figuras representativas da família e outros adereços simples, pedindo-se à criança para contar o que se passa a seguir (ver anexo F).

Cada história está formulada de forma a desencadear respostas correspondentes a uma questão particular da vinculação; apresentam situações críticas, nas quais a ligação com os pais é posta à prova. De uma maneira geral é solicitado o sistema de vinculação.

(1) História do sumo entornado - figura de vinculação num papel autoritário.

Nesta história é encenado o episódio de uma refeição à mesa onde é entornado o copo de sumo; o desfecho da cena é realizado pela criança, sendo possível a figura de vinculação num papel autoritário.

(2) História do joelho magoado - a dor como um desencadeador de comportamentos de vinculação e protecção.

Nesta história é proposta a cena do joelho magoado, cabendo à criança a tarefa de realizar o final da história revelando o papel da dor como desencadeador de comportamentos de vinculação e protecção.

(3) História do monstro no quarto - medo como um desencadeador de comportamentos de vinculação e protecção.

Nesta história surge um monstro no quarto que desperta o medo, desencadeando comportamentos de vinculação e protecção através do modo como a criança compõe a cena.

(4) História da partida - a ansiedade de separação e *coping*.

Esta história inicia-se com a dramatização da partida, de modo a obter a medida da ansiedade de separação.

(5) História do reencontro - as respostas ao regresso dos pais.

Com a dramatização do reencontro é avaliado o *coping*.

O experimentador tem um papel inicialmente activo na introdução da história, bem como no dinamismo deste jogo, proporcionando à criança a oportunidade de elaborar as histórias. A análise do desempenho da criança na finalização das histórias é efectuada a partir das transcrições verbais e comportamentais, numa grelha construída para o efeito. Os comportamentos verbais e não verbais das crianças são em geral transcritos na íntegra antes de serem cotados. As narrativas são analisadas em função da sua estrutura e do seu conteúdo.

Os materiais usados neste protocolo de encenação de histórias são adereços simples que contextualizam as temáticas protagonizadas pelas figuras da família: mãe, pai, avó, duas crianças pequenas e outras duas maiores, de ambos os sexos. As figuras de madeira pequenas e proporcionadas, de fácil manuseio, tal como alguns adereços

utilizados são um conjunto de pratos, copos, jarro, talheres e um bolo, para a representação de refeições; uma toalha de mesa (opcional); uma peça quadrada de feltro verde para representar relva (22.5 cm x 22,5 cm aprox.); uma pequena esponja artificial cinzenta ou bege, cortada de forma a parecer-se com uma rocha; uma cama; um cobertor de feltro; uma caixa de madeira (10 cm x 1 cm aprox.) pintada como um automóvel e duas caixas de cartão uma grande e outra mais pequena onde é guardado o material.

Bretherton e colaboradores basearam-se em estudos sobre as representações da vinculação. Deste modo para apresentar a tipologia de vinculação, partiram da ideia de que uma criança é *segura* quando reconhece o aspecto negativo das histórias e consegue encontrar uma solução para o problema, mas conseguindo exprimir-se com facilidade e coerência. As respostas que reflectem a *insegurança* seriam, por sua vez, caracterizadas pelo evitamento (a criança evita responder, abordar ou reconhecer o problema evocado) ou por *desorganização* do comportamento (atirar brinquedos ao chão, descrição de cenários catastróficos, respostas inapropriadas, sem relação com o tema abordado). A criança recebe a classificação ao tema correspondente ao estilo de respostas que predomina no conjunto das histórias.

Numa versão alargada das Histórias para a Completar, introduziu-se a categoria *bizarro/ ambivalente* que se aplica quando a criança descreve interacções positivas e hostis entrecortadas por momentos de boa relação (Bretherton et al., 1990).

As respostas das crianças às Histórias para Completar são influenciadas por outros factores para além da vinculação, como a inteligência, o vocabulário, a timidez ou a sociabilidade.

VI – Procedimentos de Análise

CAT-A

O processo de resposta – C.A.T., permite aceder ao modo como o sujeito constrói de forma singular e idiossincrática as imagens, que, neste contexto, tomam o valor de símbolos. Cartão a cartão, resposta a resposta, surge uma narrativa pessoal que dá conta da forma como o sujeito vive a situação CAT e dos significados que lhe atribui, como os verbaliza, expressa e representa, espelhando o modo como o sujeito estrutura o mundo interno e externo, remetendo sempre para “aquilo que o sujeito é, ou seja, para a sua completude, mas também para aquilo que ele não é, ou seja, para a sua incompletude, para aquilo que o sujeito conhece, mas também para tudo aquilo que não conhece acerca de si próprio, para a sua infinitude (Ana Vale, 2005, pp.58)”.

As histórias CAT –A, instruídas no sentido de uma interpretação, e não de uma descrição, conduzem a criança a estabelecer uma ligação entre elementos gráficos através de uma criação de sequências /movimentos, o que envolve a colaboração do imaginário em conexão com a percepção do que é objectivo e material. As características perceptivas favorecem, pelo momento do seu aparecimento no desenrolar da aplicação, a reactivação de emergências fantasmáticas. A sua variedade, relativamente circunscrita pelo material e de certo modo esperada, é o eco de problemáticas que modificam o desenvolvimento num determinado momento.

Esta personalização, através da caracterização das figuras com os atributos, os afectos e /ou as acções representa a transposição da simples nomeação e figuração, reflectindo o modo como o sujeito faz o investimento e a vinculação com o objecto externo, por um processo em que ao identificar e reconhecer a especificidade do material manifesto o complementa com a sua participação subjectiva, o que origina um “novo objecto”, com características mistas em que prevalece a homeostase entre o que é interno e o que é externo. Através de sua análise acede-se aos diversos registos conflituais e problemáticas (com as imagos, a dependência, a agressividade,

a solidão,...) que especificam cada sujeito, ao modo de funcionamento sempre singular de um sujeito psicológico. Aquando da análise, “o principal objectivo da decomposição e interpretação não é estabelecer o diagnóstico, mas apreciar as possibilidades que a criança tem de se afastar dele” (Boekholt, 2000, pp.XXII).

Tendo em conta os objectivos do estudo delineados, o método de análise dos protocolos do C.A.T., terá em consideração as concepções teóricas referidas na revisão bibliográfica, a análise de cada história, salientando as actividades nelas referidas e as consequências que delas resultam. A indicação das personagens que nela estão envolvidas e análise das suas características mais importantes, bem como o tipo de relação estabelecida entre as personagens, estará também presente. Para além do conteúdo manifesto e latente, enunciaremos também o conteúdo vincutivo de cada um dos cartões a fim de identificar a sua inscrição na dinâmica interna do sujeito.

Nesta perspectiva, os dados do C.A.T. serão analisados nas seguintes vertentes e categorias:

Figuras presentes – corresponde às personagens que a criança nomeia na história, mesmo há omissão de personagens presentes no cartão, e introdução de personagens que nele não figuram.

Tipo de relação/acção - estabelecida entre as personagens que fazem parte da história.

Atributos – definidos, aqui, como as características (positivas ou negativas) que qualificam as personagens da história.

Afectos – a expressão de qualquer estado afectivo, agradável ou desagradável, relacionado ou atribuído a qualquer uma das personagens da história.

Representação de si – o modo como se vê e representa na relação em si, no outro e com as suas figuras parentais (ou prestadores de cuidados).

Relações com a figura materna, a paterna e a figura parental

A análise dos vários tipos de relações estabelecidas, nomeadamente a relação com a figura materna e paterna, que implica necessariamente o centrar na função materna e paterna. Estas duas funções, que harmoniosamente se completam e imbricam no decurso da evolução biopsicológica da criança (na relação com as figuras parentais),

são difíceis de separar, e devem estar asseguradas dado que são necessárias para um bom desenvolvimento do sujeito.

Embora difíceis de separar, algumas distinções são possíveis de fazer. Assim na relação com a:

Figura Materna - a mãe terá uma função predominantemente expressiva e protectora, pela sua solicitude e afecto, no entanto, num período inicial, tem ainda um papel instrumental com o seu bebé, uma vez que lhe presta cuidados que asseguram a sobrevivência física, ajudando-o a sentir-se como objecto desses cuidados, ou seja, a esboçar a consciência de si próprio (formação do Eu), segundo Parsons (in C Malpique, 1990).

Figura Paterna – o pai terá uma função predominantemente instrumental, isto é, cabe ao pai estimular a criança na sua destreza e aquisição de competências, encorajando a curiosidade e estimulando a resolução de problemas e, ao mesmo tempo, contribuir para dar segurança no domínio e exploração do meio ambiente. Parsons e H. Biller (in C. Malpique, 1990).

Todavia, segundo estes autores, esta função instrumental do pai seria predominantemente exigente para com o filho na resolução de problemas concretos e na adaptação ao meio exterior, ao passo que, para com a filha, seria predominantemente expressivo admirando-a, elogiando-a e apoiando a sua capacidade de sedução.

A função paterna, contribui ainda para o auto-domínio, uma vez que é ela que veicula as interdições morais, o “critério moral” (C. Malpique, 1990), as regras de vida em sociedade e o património cultural. Este ponto é sublinhado por Lacan (in. A. Lemaire, 1977/1982), quando refere que é a função paterna que permite o acesso à ordem simbólica, à lei e, portanto, à estruturação das instâncias psíquicas.

Figuras Parentais - Deste modo, poderemos dizer que a *função materna* diz respeito aos cuidados e protecção, e a *função paterna* à promoção do desenvolvimento. A relação estabelecida com as suas figuras parentais (os seus prestadores de cuidados), dependerá da forma como estas duas funções foram, são ou serão asseguradas.

A razão da escolha destas categorias decorre da necessidade de se analisar o processo de identificação, vinculação, os conflitos na relação com as *imagos* parentais e os afectos daí resultantes, através dos papéis inferidos e dos atributos com que cada criança qualifica cada uma das personagens.

A metodologia de análise dos protocolos “sofreu” uma ligeira modificação face aos procedimentos mais frequentes, de acordo com as necessidades identificadas em conformidade com os objectivos propostos.

Os critérios expressos anteriormente serão usados na expressão cartão a cartão, nomeadamente na relação com a figura materna, paterna e com a figura parental, tendo em conta os conteúdos manifesto, latente e vincutivo dos mesmos, seguindo a sua descrição.

Cartão 1

Relação com a Figura Materna

O reconhecimento da imagem materna na sua função alimentadora e da qualidade da relação que é estabelecida.

Cartão 2

Relação com as Figuras Parentais

Situação triangular, em que é importante o reconhecimento das personagens, nas suas diferenças e semelhanças. Importante, ainda, o contexto em que se desenvolve a relação, a qual poderá ser de rivalidade sem destruição – identificação.

Cartão 3

Relação com a Figura Paterna

O reconhecimento da diferença forte/fraco e, simultaneamente, a forma como o “mais fraco” se situa perante uma imagem de poder. Importante, ainda, o tipo de relação que se estabelece entre as personagens.

Cartão 4

Relação com a Figura Materna

O reconhecimento da relação de dependência /independência, face à figura materna, o que está directamente relacionado com o desenvolvimento da criança na sua dimensão do “crescer/não crescer”.

Cartão 5

Relação com as Figuras Parentais

A “percepção” da aproximação libidinal das figuras parentais pode surgir, por um lado, o sentimento de solidão ou de abandono face a este casal; por outro lado, os fantasmas infantis ligados à sexualidade e a culpabilidade ligada à curiosidade sexual.

Cartão 6**Relação com as Figuras Parentais**

A aproximação libidinal das figuras parentais está, aqui, mais patente (não apenas simbolicamente como no cartão 5), o que nos reenvia para as mesmas problemáticas. Do mesmo modo, a situação triangular é aqui mais evidente.

Cartão 7**Relação com a Figura Paterna**

Reconhecimento da diferença forte/fraco e, numa relação que é claramente agressiva, torna-se importante notar as soluções do conflito.

Cartão 8**Relação com as Figuras Parentais**

Situação enquadrada num contexto familiar, em que se verifica uma luta entre a culpabilidade e o desejo de transgressão. É ainda de referir a transmissão e aceitação/ interiorização de normas.

Cartão 9**Relação com a Figura Materna**

A capacidade da criança em estar só e em lidar com os sentimentos de solidão, ressaltando os afectos depressivos e um sentimento de abandono, ligados à separação da figura materna.

Cartão 10**Relação com a Figura Materna**

Reconhecimento da modalidade relacional dominante com a figura parental (habitualmente a mãe), num contexto libidinal e/ou agressivo.

Conteúdo Vinculativo**Cartão 1**

Partindo do conteúdo manifesto deste cartão, as direcções dos movimentos vinculatórios podem ser feitos na direcção da figura da galinha esbatida ou entre os outros pintainhos. Também pode ser direccionado para o avaliador. Um discurso auto-centrado, sem referências à galinha ou com referências ao fantasma de abandono podem evidenciar problemas na estrutura vinculativa. Pode existir um discurso bastante libidinal, carregado de afectos, que pode manipular o seu

comportamento/discurso para a recompensa ou oscilar entre a dependência e a autonomia.

Cartão 2

Pelo conteúdo do presente cartão o movimento vincutivo pode ser dirigido a qualquer das figuras que surgem. O facto de estar exposto um determinado tipo de conflito leva a criança a tomar parte entre o “poderoso” e o fraco, podendo surgir ou movimentos de protecção ou movimentos destrutivos. Pode surgir também um discurso autónomo na resolução do conflito ou uma inversão do papel em que é o urso pequeno que “protege” (tem força), ou destrói. Por outro lado, pode surgir também uma imagem super valorizada da mãe, que resolve o conflito, mesmo sendo este muito mau/destrutivo, podendo recorrer ao discurso “mágico”. Este tipo de discurso identifica pela negativa a coerência vinculatória que a criança não obteve.

Cartão 3

Este cartão apresenta a diferença de gerações, através das imagens do rato e do leão. As identificações possíveis com estas figuras podem representar diferentes posições da estrutura vinculativa. Uma posição dependente poderá apresentar uma identificação à figura do rato, sob a protecção do leão. Uma posição manipulativa irá manifestar-se num rato “sabichão”, que engana o leão, e obtém deste o que quer. Também pode haver uma identificação à figura do leão, que pode assumir uma posição poderosa, destruidora, ou uma posição idealizada de prestador de cuidados. Esta figura prestadora de cuidados pode, na história, fracassar, mostrar-se impotente ou frustrada.

Cartão 4

Este cartão apela à autonomia, ao processo de individuação, sendo que problemáticas ao nível da vinculação podem mostrar-se com fantasmas de abandono, ou da frustração de não alcançar a mãe “prestadora de cuidados” que se afasta com outra cria.

Cartão 5

A cena primitiva representada neste cartão pode provocar a sensação de perda, se a posição depressiva for mais penosa. Os dois ursos na cama pequena podem ser interpretados como irmãos ou pares, que tomam conta um do outro enquanto “algo” se passa na cama grande. O lidar com o impulso libidinal, provocado pela imagem dos cobertores da cama grande elevados pode, em estruturas vinculatórias

problemáticas, manifestar-se com fantasma de abandono, e sentimentos de exclusão - ser posto “de parte”.

Cartão 6

A não limitação do espaço, pelo facto de não vermos a entrada da gruta, pode manifestar-se, para além das ideações de abandono, em projecção de uma mãe que é incapaz de cuidar, colocando-se no “quente”, “dentro”, enquanto a cria fica “fora”, no “frio”. Este facto pode assumir contornos mais regressivos, se o discurso se apresentar centrado na oralidade, na alimentação, sendo que a posição “fora”, representa a ideação da cria desnutrida, sem atenção e cuidado.

Cartão 7

Este cartão reenvia para uma relação carregada de agressividade. É comum que surja a identificação com o macaco, figura mais pequena, que consegue fugir, ou que fica com medo porque “o tigre apenas quer assustar”, não sucedendo nada de grave. Em estruturas coesas, pode surgir a idealização de um outro animal, do mesmo porte que o tigre, que protege o macaco de ser “mordido”, como que, na tríade edipiana, a mãe surgisse para proteger a cria dos impulsos destrutivos do pai. Em estruturas vinculativas mais frágeis, a criança pode descentrar-se do conteúdo manifesto do cartão, bipolarizando o afecto nos restantes estímulos, como a selva “fria”, as nuvens “frias”, ou o sol “quente”. Desta forma, a criança projecta a despersonalização que provavelmente adopta para se defender das situações de agressividade a que foi sujeita.

Cartão 8

Este cartão apela a uma colocação no seio familiar por parte da criança. A identificação com a criança “repreendida” manifesta a capacidade de sentir culpa e de lidar com a mesma. Numa situação de perda de objecto, esta repreensão vem de uma mãe que pode não ser fiável. A ambivalência relativamente ao futuro, oscilando entre o castigo destruidor ou o perdão e a aceitação. As restantes figuras presentes podem apelar ao sentido de desprotecção da criança, da humilhação fora do seio privado da família (mais uma vez, a vergonha e a culpa).

Cartão 9

Este cartão apela, por excelência, à capacidade de suportar a solidão, à perda do objecto. O coelho pode aparecer “obrigado” ou “esquecido” na cama, mostrando assim os fantasmas de abandono. A recorrência a uma auto-resolução pode, manifestar uma tentação para lidar com os sentimentos depressivos do abandono,

como por exemplo, “o coelho ficou assustado, mas depois ficou a brincar sozinho”. Esta autonomia pode surgir igualmente através da remetência para obstáculos entre o coelho e uma provável figura prestadora de cuidados, como por exemplo, a porta pode fechar-se para o coelho ficar protegido, ou “o coelho ouviu barulho e fugiu pela janela”.

Cartão 10

O presente cartão remete para a punição e aproximação corporal. Na posição de perda de objecto, esta situação pode ser vivida com a projecção de afectos destrutivos, causando impotência de resposta por parte do cão que recebe a punição. Para estruturas vinculativas frágeis, este cartão pode remeter para o castigo e negligência sobre o corpo, ao qual a criança pode ter estado sujeita.

Histórias de Vinculação para Completar

À semelhança dos procedimentos a seguir para a análise dos protocolos CAT, o método de interpretação e análise das narrativas das HVC terá em consideração as concepções teóricas referidas na revisão bibliográfica. Contudo, em virtude dos objectivos definidos e a alcançar, a metodologia de análise afasta-se um pouco dos critérios clássicos definidos originalmente, sob uma abordagem e forma de olhar o instrumento diferente, não seguindo apenas as influências etológicas e comportamentais, mas também a vertente mais clínica e numa tentativa de alargamento à própria teoria psicanalítica, numa lógica de complementariedade e não de substituição de umas pelas outras.

Antes de se iniciar a primeira das cinco histórias deste protocolo é introduzida uma história de aniversário com o objectivo de apresentar as figuras da família, proporcionando um momento lúdico informal onde a criança tem oportunidade de se familiarizar com o manuseio destas e dos adereços. Relativamente às histórias seguintes é seguido o procedimento original na disposição inicial das figuras, assim como o enunciado introdutório de cada história. No início de cada história é dada a possibilidade de seleccionar as personagens, que as crianças optam para figurar em cada uma das cenas. A finalização de cada história e o início da seguinte é

determinada pelas crianças ou pelo experimentador, partindo da dinâmica imprimida pela criança e de acordo com os interesses manifestos. Se, por exemplo, a criança demonstrar vontade em deitar os personagens após a história do joelho magoado, surge naturalmente o encadeamento (na disposição da cama) para encenar a história seguinte do monstro. No entanto, quando as crianças realizam encenações repetitivas ou absurdas o experimentador deve interromper com expressões do tipo: “E se experimentássemos brincar com outra coisa?”, introduzindo a história seguinte.

No decurso das histórias o experimentador deve ter o cuidado de repetir frases proferidas pelas crianças com o objectivo de, por um lado, confirmar as afirmações destas, que por vezes podem não ser claras, por outro, estimular o desenrolar da acção com vista à finalização da história. O experimentador é levado a repetir com frequência, partes do discurso da criança, para imprimir algum dinamismo aquando do embotamento da narração, para além de se revelar uma forma de obter resposta aos temas livres de sugestão implícita. Sempre que a criança não abordar espontaneamente o tema da história é directamente inquirida, através de questões como: “O que é que aconteceu ao sumo entornado?”, ou “O que é que as crianças vão fazer com a avó enquanto o pai e a mãe não chegam?”. Quando a resposta da criança é vaga, por exemplo, em relação à primeira questão, a criança que responde: “Limпам!” O experimentador insiste: “Quem é que limpa?”, ou “E depois o que é que aconteceu?”. Solicitam-se ainda esclarecimentos directos sempre que a criança encenar enredos incompreensíveis. Nos casos em que as crianças solicitam a presença da avó para figurar nas histórias onde não estava prevista a sua entrada o experimentador refere que “a avó ainda estava a descansar e não podia regressar à cena”, no entanto é garantida a sua participação em histórias ulteriores. Estas questões são formuladas de forma a não sugerir ideias precisas à criança, com excepção no tema da história do sumo entornado.

No decorrer da recolha das narrativas das crianças, de um modo geral, não deverá ser necessário intervenção do examinador acerca do tema.

Considerou-se necessário (segundo protocolo, anexo F), registar em filme a dramatização das cenas, de modo a facilitar a recolha, transcrição e análise dos comportamentos verbais e não verbais. Facto que possibilita, avaliar a situação de interacção, bem como todo o tipo de resposta emitido pela criança, incluindo a não

verbal: a selecção, a colocação e movimentação das personagens e a carga emocional expressa pela criança, de um modo mais preciso.

Em concordância com o objectivo pretendido, foram criadas duas grelhas para o registo e transcrição dos comportamentos verbais e não verbais (anexo G), nas quais foi possível transcrever as verbalizações das narrativas dos sujeitos e as questões do experimentador (se necessário), assim como, os movimentos dos elementos da família, os locais onde são colocados, uns em relação aos outros, os comportamentos dos sujeitos e as suas componentes emocionais (agressividade, zanga, colocação suave das figuras, expressão facial triste ou feliz, tom de voz, postura), e as respostas emocionais (sorrir, , franzir a testa, desviar o olhar, beicinho,...).

Cada protocolo foi examinado como um todo de forma a classificar as histórias dos sujeitos como reflexo de padrões de vinculação seguros ou inseguros. Esta classificação baseou-se na estrutura e no conteúdo das histórias. As classificações tiveram em consideração o desempenho total da criança (linguagem, envolvimento e encenação com as figuras) e não apenas na fluência verbal. Foi feita uma análise de conteúdo de modo a observar a capacidade da criança em compreender os temas representativos de cada história e das estratégias de resolução das mesmas.

A cotação dos protocolos das crianças foi efectuada pelos mesmos observadores que realizaram as filmagens e transcrições, com base nos critérios de cotação da Attachment Story Completion Task (Bretherton & Ridgeway, 1990). No entanto, e tendo como base o trabalho de Waters, Rodrigues e Ridgeway (1998), alguns dos critérios de cotação originais foram adaptados, nomeadamente no que respeita à cotação da História do “Joelho magoado” e ao número de vezes em que foi necessária a intervenção do Experimentador. Assim, a história do “Joelho magoado” seria considerada segura se a criança terminasse a história com uma ida ao hospital, uma vez que, segundo os autores, poderá ser considerado um final moderadamente positivo.

Da mesma forma, e transversalmente a todas as histórias, o número de intervenções do experimentador, mesmo ultrapassando as directrizes da cotação original, não foi considerado um critério de insegurança.

A fim de se identificar a tipologia de vinculação, considerou-se as investigações realizadas por Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990) que reúnem alguns critérios comportamentais cuja manifestação, no decurso de cada uma das histórias, revela a representação de relações de vinculação segura ou insegura. Estas autoras definem como critérios de relação, de **vinculação segura**:

- Na primeira história – o sumo deve ser limpo e a reacção parental não deve ser violenta ou moderada;
- Na segunda história - a dor do joelho deve ser reparada através de um curativo ou de um carinho por parte dos pais ou irmãos. Não pode ser cotada como segura uma resposta que não reconheça e trate a dor inicial, mesmo que represente pais e filhos a saltar da pedra sem cair;
- Na terceira história - os pais lidam com o medo da criança ou então ela procura nos pais conforto, conseguindo dormir descansada;
- Na quarta história – a criança lida com a separação dos pais iniciando outras actividades até ao seu regresso (comportamento de “coping” como resposta à ausência dos pais);
- Na quinta história – há um encontro expresso pela proximidade frontal (face a face) das figuras, por vezes abraçam-se, pelo diálogo directo ou através do início de uma actividade familiar em conjunto.

Como critérios de relação de **vinculação insegura** as autoras consideram, essencialmente, as respostas que evitam o tema da história e as respostas desorganizadas, bizarras e incoerentes. Descrevem exemplos de crianças evitantes quando estas hesitam em dar a resposta, referindo com frequência que não sabem, ou quando querem passar para a história seguinte, sem terem completado a resolução da primeira. Dão também exemplos de crianças que revelam outro tipo de insegurança ao dar respostas descabidas, atirando as figuras violentamente ou simulando acidentes após a reunião familiar.

De uma maneira geral, a classificação atribuída é determinada pelo tipo de resposta predominante evidenciado nos protocolos. As crianças que resolvem fluente e apropriadamente as cinco histórias enunciadas pelo experimentador são consideradas **seguras**. Quando evidenciam alguma hesitação e dão respostas descabidas em uma ou duas histórias, ainda são classificadas como razoavelmente seguras. No entanto, quando respondem de forma defensiva, evitando o tema em três ou mais histórias,

são consideradas **inseguras - evitantes**, mesmo que tivessem dado respostas desorganizadas. Da mesma forma, as crianças que dão respostas desorganizadas ou bizarras em três ou mais histórias são classificadas como **inseguras desorganizadas**, mesmo que tivessem dado respostas evitantes.

A análise dos protocolos será, como já referido, uma ilustração das possibilidades das metodologias apresentadas, e de que, apesar de se confirmar os critérios de diagnóstico de PRV, as respostas ao CAT – A, assim como Histórias da Vinculação para Completar, darão indícios da capacidade de estabelecer vínculos a figuras que apresentem a característica mínima de permanência, com qualidade, na vida dessas crianças, sendo fundamental, clarificar e compreender de que forma se inscreve no sistema mental do sujeito, tendo em conta o sentido que o sujeito atribui à experiência(s) e o modo como esse sentido se vai transformando, criando novos significados, e conseqüentemente o remanescente na relação em si e no outro, ou seja, o tipo de relação de objecto dominante nestes sujeitos.

VII – Apresentação e Análise de Dados

Protocolos CAT

Análise individual e Cartão a Cartão

Cartão 1 – Relação com a figura materna

Sujeito A- Reconhecimento da imagem materna apenas na sua função alimentadora, ainda que insatisfatória “há dois que não comiam”. Apesar de cumprir essa função aparece afastada da relação, sendo referida uma função observadora/espectadora “está a ver eles comer”, não sendo, contudo referida qualquer outra relação, pelo que a relação com a figura materna é inexistente. O alimento não é figura simbólica de dependência, mas sim mais um elemento. A frateria não é relacional, de facto nem sequer são da mesma espécie (à semelhança do que acontece na realidade com o seu irmão mais novo - parte de mãe).

O movimento vinculatorio é dirigido aos seus pares, e não directamente à figura prestadora de cuidados. A relação estabelecida do tipo funcional e controladora com a figura materna demonstra, uma tentativa de se colocar numa posição autónoma, mas deixando um espaço reservado para outras figuras, poderem co-existir, inclusive a própria figura materna.

Sujeito B – História descritiva, com apego aos elementos do conteúdo manifesto, sem entrada no conflito. Apesar do reconhecimento de frateria e da figura materna, não existe envolvimento afectivo na relação: a mãe não alimenta, apenas “foi buscar”.

A estrutura vinculatoria encontra-se dirigida para a figura materna, com o reconhecimento da sua posição enquanto prestadora de cuidados “tinha criado 3 filhos”, num registo meramente funcional.

Sujeito C – História descritiva, sem entrada no conflito apesar da referência à figura masculina – galo /versus feminina - galinha. Inexistência de relação no domínio da oralidade, o alimento não é suporte simbólico da representação da relação materna,

compensada com exacerbação égoica. Não há referência à figura materna, pelo que a função alimentadora é atribuída a si próprios. A frateria é considerada e é colocada em contexto de relação.

Relativamente à estrutura vinculativa, ela não é apresentada directamente nos diferentes elementos do cartão, existindo apenas a relação no jogo, na brincadeira entre os seus pares. A figura materna aparece, como mais um elemento onde recai apenas o reconhecimento, desprovida de afectos.

Sujeito D – Relação no domínio da oralidade. No final da associação livre, o alimento presente na relação existente com a figura materna, torna-se num bom objecto que mantém a dependência na relação. Presença de frateria, mas sem grande relação.

A estrutura vinculativa é baseada na alimentação, apesar de que não é transformada em afecto, o que pode reenviar para um conteúdo vinculativo esvaziado de afectos.

Sujeito E - Cartão dominado pela oralidade.

A referência que faz à figura materna é de insatisfação e de incumprimento da sua função funcional, não fazendo qualquer referência ao relacionamento da representação materna existente. Identificação de relação fraternal, mas de alguma rivalidade.

A estrutura vinculativa apresenta-se fragilizada, como que inexistente no que respeita à confiança na prestadora de cuidados, principalmente nas necessidades básicas como a alimentação. Esta sensação de abandono é estendida à frateria, ficando a sensação paradoxal de não preocupação por parte da figura maternal, e da culpa do sujeito em não ter cumprido a sua função de se juntar à família, à hora devida, para se alimentar.

Cartão 2 – Relação com as figuras parentais

Sujeito A - A situação triangular é reconhecida, pelo que o filho associa-se ao pai contra a mãe. Relação triangular que começa por uma situação lúdica, mas que acaba agressiva. Relação mais de parceria e aliança face à figura paterna, colocando-o como par, mas mais fraco, “o pequeno e o filho”, levando ao conflito e à competição.

Num conflito edipiano clássico, a protecção/aproximação à figura materna deveria de contrastar com a rivalidade à figura paterna. Não é o que se observa nesta resposta, que demonstra que a ligação à figura materna se encontra fragilizada, e que existe uma cumplicidade, quase fraterna com a figura paterna (“o pai e o filho ganharam”). Esta idealização de aproximação à figura paterna pode também surgir, neste caso, como tentativa de substituição do vínculo, provavelmente não existente, ou “problemático” com a mãe.

Sujeito B - Não se aproxima sequer da relação triangular edipiana, não se aproximando de nenhum dos progenitores. Reconhece apenas o carácter competitivo do cartão, situando a história num contexto de rivalidade entre pares, assumindo-se como o mais forte e o vencedor.

Ao não reconhecer as figuras como sendo de diferentes gerações, a criança também não projecta qualquer movimento vincutivo. Perante a situação de competição, idealiza-se como o mais forte e resolve o problema autonomamente, sem se ligar a nenhuma outra figura.

Sujeito C – Reconhecimento da situação triangular e identificação das personagens no duplo eixo da diferença de sexos e das gerações. Estabelecimento de uma relação privilegiada com a mãe de competição, contra o pai, figura tida com sentido de inveja dado que “nunca apanha castigos”. Anulação da agressividade / competição, no sentido reparador, “era uma brincadeira”.

O movimento vincutivo é dirigido à mãe, à qual a criança se junta para fazer face ao pai. Este movimento apresenta algumas características de protecção (“um mais grande e o grande tava-se, tava a perder, tava a cair”). Aparentemente a posição tomada é de supervalorização, relativamente à diferença geracional.

Sujeito D - Ausência de relação triangular edipiana. Reconhecimento do conflito de carácter competitivo num contexto que foge, outra vez, à castração.

Apresenta uma projecção do vínculo entre iguais, apesar de expressar as poucas oportunidades que tem para brincar. Entra directamente nos pormenores do jogo e desculpabiliza o comportamento de um pelo facto de estarem “poucas vezes juntos”.

Sujeito E - Inexistência de reconhecimento da relação triangular edipiana, e ausência de reconhecimento e identificação das personagens no duplo eixo da diferença de sexo e de gerações. Conflito de carácter fraterno e não de contexto de castração, assumindo-se como o mais forte e o vencedor.

O movimento vincutivo é feito em direcção à frateria, como já foi referenciado, com o tema de competitividade. A imagem do sujeito aparece hipervalorizada para se defender do fantasma de abandono, da não inclusão no seio familiar. É feita a referência (vaga) ao suporte nos amigos sem, no entanto, ser aprofundado.

Cartão 3 – Relação com a figura paterna

Sujeito A - Relação imaginada de igualdade, generosidade e amizade com figura paterna de pouco poder fálico, à qual não é atribuída qualquer característica de poder, permanecendo até numa atitude passiva, contrária à posição inicial de receio “não foi chatear o leão porque ele tinha medo”. De facto é na relação que a figura volta a ganhar o seu poder.

O movimento vincutivo efectuado neste cartão é assumido de forma inversa relativamente a quem faz a prestação de cuidados. É o rato que tranquiliza o leão sobre as suas capacidades e que o retira do castelo para ir ver os amigos. Mais uma vez se observa uma postura de autonomia face às figuras cuidadoras, ainda que, sendo substituído no seu papel de cuidar. Na prática, o que se demonstra neste cartão é a necessidade de ser capaz de tomar conta de si (sem ter de depender dos outros), deixando a possibilidade de se vincular, sendo ele a figura prestadora de cuidados.

Sujeito B - Alguma anulação do poder fálico (“leão cansado”), mas com reconhecimento de poder e de força.

A representação da figura paterna, no contexto vincutivo, é apresentada como esmagadora (devoradora). Este incorpora naturalmente o “rato” e banaliza, com o recurso à imagem fálica (“foi fumar charuto”). É apresentado o fantasma da castração, não havendo uma postura face ao pai de rivalidade ou competição, apenas de pura aniquilação.

Sujeito C - Desvalorização da imagem paternal, não sendo atribuídas quaisquer características de poder, surgindo numa atitude passiva “sentado no sofá e era muito

velho”. Eliminação da relação, com dissociação e afastamento, da imagem do rato, sendo mesmo inexistente qualquer tipo de interacção / relação.

A direcção do afecto entre o rato e o leão, não é manifestada, nem positivamente afectiva ou agressiva. O rato aparece desvalorizado (“O ratinho não interessa, é só um rato”), face ao leão, rodeado de elementos fálicos sobrevalorizados (“charuto cubano”; “grande pau, esticado...”). Podemos talvez supor, que esta desvalorização entre o rato e o leão poderá assumir por parte da criança uma postura de submissão (com a banalização do eu) à figura parental.

Sujeito D - Bloqueio do processo perceptivo / criativo devido a possível, reconhecimento, do poder fálico da figura do leão. Que elimina todo e qualquer tipo de relação.

Sujeito E - Reenvia para imagem fálica, eliminando o carácter de rivalidade do cartão. Denota-se uma ligeira intelectualização, no modo de abordagem à problemática, independência e autonomia face ao que rodeia. Não há um contexto relacional entre as personagens.

A projecção feita no cartão é baseada nas duas personagens e, apesar de não aparecer relação evidente entre ela, a temática de abandono parece estar presente quando “o rato não foi para a selva, ficou em casa, ele foi sozinho”. Demonstra que a figura paternal não é vista como uma figura forte, e é abandonada quando consegue algo.

Cartão 4 – Relação com a figura materna

Sujeito A - Incerteza quanto à estruturação edipiana. Muita confusão desencadeada, talvez, pela rivalidade fraterna. Criação de uma ligação paterna inicial inexistente no conteúdo latente, com rivalidade entre paterno e materno. Depois desorganização e temática oral.

A relação problemática que é estabelecida com a figura materna, é mais uma vez manifesta. No entanto, é curioso como a ligação através da alimentação continua a ser referida. Este facto pode indicar que ainda existe uma tentativa de estabelecer vínculos (apesar de arcaicos – centrados na oralidade – alimentação), apesar dessa possibilidade ser apresentada sem certeza (“senão passamos fome”), como um vínculo frágil, permeável.

Sujeito B - Boa relação materna, num contexto onde não existe rivalidade fraterna. Alguns indicadores de dependência na presença do suporte simbólico, mas sem indicação de bom ou mau objecto.

A estrutura vinculativa apresenta-se coerente, dirigida à figura materna, não sendo identificado qualquer sentimento de abandono.

Sujeito C - Eliminação da rivalidade fraterna na relação com a figura materna. Boa evocação materna, numa relação de maior dependência, onde a oralidade surge como factor importante (ao contrário do cartão I). História de nascimento de um bebé/curiosidade.

(A resposta já indica a posição face ao conteúdo vinculativo).

Sujeito D – História muito restritiva. Apesar da referência à figura materna, não existe qualquer tipo de relação. Eliminação da rivalidade fraterna na relação materna, e expressão de autonomia e independência.

Sujeito E - A acção decorre num ambiente de competição, em que a vencedora é a mãe “dois cangurus... fizeram corrida... quem ganhou foi o maior, a mãe”. Relacionamento num domínio de oralidade, contudo, muito distante. Conflito autonomia versus dependência.

Apesar do tema da competição, a estrutura vinculativa apresenta-se em moldes relativamente securizantes, estando a prestadora de cuidados a assegurar a alimentação.

Cartão 5 – Relação com as figuras parentais

Sujeito A - Noção de espaço vedado entre os pais, que dormem juntos. Aproximação na relação fraterna com o sentido de responsabilidade a pesar sobre ele, e de novo, a relação materna quase inexistente e aproximação à paterna.

O reconhecimento da cena primitiva provoca alguma agitação e receio. Reconhecimento de protecção ao irmão (mais velho) “tás ao lado de mim por isso não tenho medo”, quanto ao desconhecido.

Continua a ser notório a posição de autonomia relativamente às figuras parentais, sendo assumido a postura de protecção, neste caso em relação ao irmão mais novo. A

figura materna continua a ser representada com ausência (não participativa). Apesar do cartão apelar a uma posição face à cena primitiva, a criança não se coloca numa posição destrutiva, ou mesmo agressiva. A situação é resolvida com diálogo e complacência com a figura paterna. Este facto denota a capacidade de reconhecer o seu lugar em relação às figuras parentais, demonstrando estas uma permanência em “eco” na criança.

Sujeito B - Exclusão do pai da triangulação – negação do conflito. Curiosidade sexual eliminada à nascença pela inexistência do pai (morto) e empurrar dos fantasmas da cena primitiva, colocando os ursos a dormir. Levanta questões de medo de perda /abandono.

Mais uma vez, a relação com a figura materna aparece coerente, perante uma postura de prestação de cuidados bastante satisfatória. A relação entre o casal é, simplesmente, eliminada, não havendo referência pela projecção que é feita à morte do pai.

Sujeito C– História descritiva ao nível dos conteúdos manifestos. Apesar de não haver uma abordagem do conflito, os objectos significativos são referidos: “uma cama e outra cama”, dando já conta do reconhecimento da situação, mesmo não sendo possível uma verdadeira elaboração. Afastamento e isolamento bem conseguido de sentimentos de abandono e solidão. Recalcamento de curiosidade sexual.

Ao eliminar os restantes elementos do conteúdo manifesto do cartão, não existe movimento afectivo expresso. No entanto, denota-se pela racionalidade da resposta uma defesa muito activa perante a cena primitiva (referenciado no parágrafo anterior). Este facto pode significar que a racionalização da resposta serve para evitar os fantasmas de abandono (também já referido).

Sujeito D – A situação triangular não é reconhecida. Denota-se um recalcamento de curiosidade sexual e de fantasmas de cena primitiva.

Apesar de se recusar a responder ao conteúdo manifesto do cartão, é notório que a criança regrediu dado que faz alusão ao continente, lembrando que existe uma “casa” como invólucro protector.

Sujeito E - Para fugir à abordagem directa do conflito, constrói uma história fora do conteúdo manifesto do cartão. Denota-se alguma intelectualização como forma de resposta/mecanismo de defesa face à curiosidade sexual, e como meio de “combate” aos sentimentos de solidão e abandono.

O fantasma da cena primitiva é de tal forma avassalador, que o sujeito anula-se da história criada. Dentro da felicidade do casal não existe espaço para a criança.

Cartão 6 – Relação com as figuras parentais

Sujeito A - Reconhecimento directo da situação triangular com relação e preocupação da figura paterna e o inverso da materna. A cena primitiva mais uma vez é aflorada muito ao de leve. Alguma sensação abandonica e de afastamento das figuras parentais (situação final de exclusão) para existência de felicidade num cartão que não remete para tal. Reminiscências do anterior talvez.

A idealização de um seio familiar unido e satisfeito pelo comportamento do filho pode apresentar uma base na estrutura vinculativa desta criança, que, através de uma identificação semelhante ao presente cartão, indica coerência e uma base de construção face, a outros vínculos (relações) que possam surgir.

Sujeito B - Reconhece a relação triangular, mas a curiosidade sexual mantém-se afastada. Surge na situação relacional uma figura parental que assume um papel alimentador e reconfortante, contrapondo com a figura materna desprovida de relação ou função – ausente.

Sujeito C - Reconhecimento, após associação livre da situação triangular que surge inicialmente apenas como relação dual, sem identificação parental.

Não manifesta mais uma vez, uma direcção afectiva relativamente ao casal representado, havendo inclusive uma anulação de um dos elementos, no início da resposta. Facto que pode ser uma estratégia de defesa contra o sentimento de troca/partilha de afecto dos pais.

Sujeito D – Não há reconhecimento e identificação das personagens no duplo eixo da diferença de sexos e gerações “três, dois ursos”, surgindo um afastamento da

situação/ relação triangular. Denota-se recalçamento de curiosidade sexual e de fantasmas de cena primitiva.

Sujeito E - Reconhecimento de uma relação triangular, com presença de alguns elementos depressivos, talvez ligado ao sentimento de solidão face ao casal parental, ou a um contexto abandonónico.

A estrutura vinculativa apresenta contornos normais, havendo uma atitude de protecção por parte das figuras prestadoras de cuidados. O movimento do “tapar” é projectado para todo um “enchimento” do self (“a caverna ficou quente”).

Cartão 7 – Relação com a figura paterna

Sujeito A - Interação perseguidor/ perseguido, mas no eixo passivo “macaco escondeu-se”. Bloqueio na agressividade latente, dúvida entre devoração/castração que bloqueia o processo associativo. Identificação forte/ fraco.

A identificação ao macaco coloca esta criança numa postura masoquista, merecedora da agressividade do tigre. Esta postura mais passiva face ao movimento de vinculação estabelecido com a figura paterna, demonstra um estilo de auto-culpabilização nas relações a estabelecer com figuras de poder (autoridade).

Sujeito B – A agressividade agida resulta numa destruição total, sem qualquer possibilidade de reparação da situação relacional. A situação inicial desafiante assenta numa relação de agressividade numa posição, de submissão e castração, com diferenciação de forte/fraco.

No que concerne a relação com a figura paterna, a aceitação de culpa do seu comportamento como justificação para o comportamento agressivo do pai, apresenta uma postura de submissão e frustração directa nesta relação.

Sujeito C– A problemática gira em torno de uma relação perseguidor / perseguido, onde a figura de poder aguarda passivamente o desfecho da perseguição “o leão ficou à espera...”. Diminuição da agressividade, no domínio da submissão. Bloqueio da associação livre.

O movimento vinculatório dirigido à figura paternal contorna a manifestação da agressividade, pela projecção da fuga.

Sujeito D – História muito restritiva, que identifica a relação com agressividade que oscila entre a devoração e a castração. Existe uma boa diferenciação forte/fraco, porém sem identificação clara de proximidade a qualquer uma das hipóteses (personagens).

Na vinculação com a figura paternal, é reconhecida a relação de agressividade, tentando estabelecer uma ligação entre a motivação do “leão” para com o “macaco”. Este movimento é, no entanto regressivo, porque, apesar de haver uma tentativa para dar sentido ao conteúdo manifesto do cartão, este acaba por sair deturpado numa qualidade positiva (mas errada e letal) que atrai o “leão” ao “macaco”.

Sujeito E - Problemática gira em torno de uma relação perseguidor / perseguido, relação de agressividade que oscila entre devoração e castração. Existe uma diferenciação forte/fraco, contudo, apesar do macaco surgir como uma personagem forte e astuta “tentou despistá-lo e conseguiu”, no final acaba por ser atacado, mas a agressão é posta em causa “o tigre não sabia”.

Apesar de ténue, a projecção afectiva pode ser encontrada na apoderação do “macaco” sobre a “água”, como que, este cativasse para si, sobre os outros, esse bem. Esse movimento na direcção do resgate do afecto é castrado pelo ataque do “tigre” (figura paterna), como sinal de punição.

Cartão 8 – Relação com as figuras parentais

Sujeito A - Há diferenciação das personagens ao nível da diferença de sexos e gerações. Desarmonia e sentimento de frustração no seio do ambiente familiar.

A idealização da figura paterna é desconstruída um pouco com esta resposta, por esta não permitir que haja Natal, logo, a não concretização do sonho da “prenda”. A estrutura vinculativa, apesar de poder conter frustração apresenta-se mais uma vez desprovida de agressividade, pelo que a projecção de repreensão do conteúdo manifesto do cartão, não se regista.

Sujeito B - Inicialmente não existe diferenciação no duplo eixo de sexo e gerações, surgindo apenas referência a “quatro macacos”. Denota-se ainda algum desejo de transgressão.

O conteúdo da correcção/punição não é manifestado, o que reenvia para uma estrutura vinculativa com a figura materna não destruidora. Como referido, não existe uma diferenciação geracional directa, apesar de haver uma ligeira indicação ao comportamento do “mais pequeno”. A estrutura de vinculação à figura maternal é, dessa forma, sólida e não destrutiva.

Sujeito C – Diferenciação no duplo eixo de sexo e gerações. Harmonia na relação familiar, mais pressentida que dita “os pais ainda falam, da família boa”. Ligeira curiosidade na relação.

Existe uma ligação à família no seu todo, não sendo particularizada a relação de advertência ou punição ao macaco mais pequeno. No entanto, a estrutura vinculativa à família é apresentada sobre o seio de ameaça, sendo perceptível para a criança que algo pode não estar bem na sua família nuclear (“a mãe e o pai ainda falam”).

Sujeito D – História muito restritiva, não havendo abordagem ao conflito proposto. Inexistência de curiosidade no seio da família, que leva à conclusão de desarmonia na integração das interdições e regras familiares.

Apesar de não existir diferenciação geracional, os movimentos vinculatórios observados são munidos de afectos positivos.

Sujeito E - Diferenciação das personagens, no duplo eixo da diferença de sexos e de gerações. A relação triangular está patente, mas denota-se alguma desarmonia no seio do ambiente familiar. Ausência de curiosidade no seio das relações familiares.

O movimento vinculatório é feito com intenção funcional, evitando assim o conteúdo latente do cartão (punição). O conflito é determinado entre ter o brinquedo ou não, e não sobre qualquer outra acção que devesse ser corrigida.

Cartão 9 – Relação com a figura materna

Sujeito A - Agressividade na relação paterna, afastada para mudança de género. Um coelho, passa a ela. Medo de abandono e solidão são compensados com uma justificação para o isolamento, a culpabilidade “bateu num menino”. A história dá-nos conta de uma mãe que se afasta da relação, “a mãe não fez nada porque não tem que se meter”.

A postura de auto-culpabilidade é assumida, para justificar o “castigo” imposto pela figura paterna. Assim, é dado um sentido ao abandono (conteúdo manifesto), sendo mais facilmente suportável que a aceitação da separação, assim como o distanciamento da figura materna.

Sujeito B - Denota-se alguma tonalidade depressiva (“precisava de apanhar ar...”) face ao abandono e ao facto de estar só “quando chegou...todos...embora...dormiu outra vez”. Alguma incapacidade de estar só, de lidar com a solidão, colocando o coelho numa posição em que necessita de estar sistematicamente ocupado.

Neste cartão a criança racionaliza sobre a profissão do coelho, para lhe atribuir um sentido para estar sozinho. Dessa forma, lida com o fantasma de abandono, expresso na sua resposta (“já todos tinham ido embora”). Apesar de notório, o sentimento de solidão não aparece directamente, a criança “anestesia-se” até ser colocado novamente nas suas figuras vinculasivas de referência (“ele dormiu outra vez”).

Sujeito C – História muito restritiva e pegada ao conteúdo manifesto. A problemática apresentada reinvia-nos para as dificuldades em lidar com o sentimento de solidão e abandono.

Neste cartão a criança demonstra as fragilidades da sua estrutura vinculasiva. Expressa a experiência da situação de abandono e as estratégias defensivas mobilizadas para lidar com esse sentimento. Com essa projecção, existe uma regressão a um espaço mais contido (delimitação do espaço continente – “a porta está fechada, não estava aberta... tá fechada”).

Sujeito D – História muito restritiva, apesar de em associação livre se registar uma boa capacidade de lidar com a solidão fora da associação livre, o contrário é notório. O fantasma do abandono é expresso pela experiência recorrente em estar só (provavelmente verdadeira), que o leva a recorrer a estratégias de autonomia para lidar com esse mesmo sofrimento.

Sujeito E - Desorganização quando confrontado com sentimentos de solidão, denotando-se uma tentativa de fugir ao conflito proposto. Presença de elementos depressivos.

O fantasma do abandono está expresso neste cartão. Tenta ser compensado com uma estratégia de apoio que não consegue ser nominal “os outros”. A presença num cenário que apela à cena primitiva é, para o sujeito, sufocante, sendo evitada a todo custo (“a porta abriu-se, foi ele que a abriu, para entrar ar”).

Cartão 10 – Relação com a figura materna

Sujeito A – Não há diferenciação geracional das personagens, apenas de género. Relação agressiva num contexto de ambivalência e punição “a brincar...enganei-me...a bater...”. Relação com a representação parental (materna) primitiva de agressividade, sem integração de normas pai-filho.

Mesmo terminando o protocolo com um conteúdo manifesto explícito relativamente à punição e à agressão, a postura assumida é de fuga relativamente aos impulsos agressivos. Denota-se a dificuldade nesta criança em abordar esta temática, demonstrando que, ou deseja fugir a uma realidade que conhece, através da projecção e uso dos mecanismos de defesa ilustrados neste protocolo, ou existe em si uma base que irá permitir-lhe estabelecer bons vínculos no futuro, desde que sejam facultados elementos facilitadores, no contexto em que a criança se integra.

Sujeito B– A relação materna primitiva desenrola-se num contexto de agressividade, sem grande intrusão de normas. Contudo, aparenta oscilar entre uma relação libidinal e agressiva.

O conteúdo agressivo do cartão manifesta na criança alguma dificuldade em lidar com a situação. A incapacidade da mãe em gerir o comportamento inadequado do filho (“gritou mais alto”), é manifesta, como se entrassem numa rivalidade geracional. No entanto, esta descarga afectivo-agressiva é contida com o dormir. Esta resolução mágica permite à criança não se confrontar com as dificuldades na mãe em exercer o seu papel, assumindo (desde o início do protocolo) uma postura idealizada dessa relação.

Sujeito C– Não há diferenciação relacional das personagens, apenas do género. Surge uma tentativa de negar a agressividade suscitada pelo cartão “sempre a brincar”. Relação com figura parental num contexto de pouca agressividade. Existe alguma ambivalência, quanto ao conflito para o qual este cartão nos reinvia.

Através da alusão ao jogo, a criança transforma a agressividade em brincadeira entre as personagens do cartão. A experiência de situações similares pode levar a criança a idealizar a situação de punição como algo “menos” positivo, à qual foge a todo custo – “Já tá, tou cansado”.

Sujeito D - Não há diferenciação das personagens, e relação com a representação parental primitiva, num contexto de maior agressividade (eliminada). A integração de normas não é perceptível.

O vínculo estabelecido não demonstra a punição, mas transforma-o em aprendizagem. Por um lado, este facto pode significar que os correctivos que lhe são atribuídos pelas suas figuras prestadoras de cuidados são, para seu bem enquanto educação, por outro, pode demonstrar uma submissão passiva a estas punições, tendo sido incorporado que o afecto também se pode manifestar através da punição.

Sujeito E - Desorganização perante contextos de punição e agressividade. Denota-se alguma ambivalência entre a agressividade e a libido. A figura parental não é identificada, não existindo por isso qualquer referência e relação perante a mesma (conteúdo latente).

A temática da perda está presente neste cartão. A estrutura vinculatória apresenta-se muito fragilizada, pois a resposta face à situação de perda é apenas activa por parte do sujeito, não sendo imputada qualquer acção para resolver o conflito às figuras de prestação de cuidados. Este facto demonstra uma sensação de desistência nas figuras prestadoras de cuidados, sendo a única possibilidade de sobrevivência os movimentos autónomos.

Análise Global

Relação com a Figura Materna

Cartão 1 – com excepção de D, não existe relação com a figura materna, sendo esta vista, mesmo quando investe na sua função alimentadora, basicamente como insatisfatória ou insuficiente.

Cartão 4 – questão parece centrar-se na tentativa de alguma dependência em relação à figura materna. O desejo de autonomia e independência por vezes é assumido, outras vezes surge sobre o modo de conflito.

Cartão 9 – o sentimento de abandono e as dificuldades em lidar com a solidão estão muito presentes, contudo, existe uma tentativa em justificar e atribuir um significado ao abandono sentido/vivenciado.

Cartão 10 – nem sempre é nomeada a relação estabelecida com a figura parental (apenas A e B nomeiam a figura materna/ feminina), ainda que seja uma relação num contexto de agressividade /ambivalência e sem interiorização de normas. Tentativa de negar o contexto agressivo do cartão, A e C.

Relação com a Figura Paterna

Cartão 3 – Com excepção de B onde se regista um bloqueio preceptivo (alguma rejeição ao conteúdo do cartão), existe o reconhecimento de poder e força da figura, mas sempre com anulação ou desvalorização do poder fálico, com eliminação da própria relação com a figura parental.

Cartão 7 – problemática gira em torno de uma relação de perseguidor/perseguido, com identificação do forte/fraco numa tentativa de dar sentido à agressão infligida, mais uma vez ou de auto - culpabilização ou de justificação face aos conteúdos. (merecedores da punição, da agressividade).

Relação com as Figuras Parentais

Cartão 2 – com excepção de A e C, não existe um reconhecimento da situação triangular. Observa-se um contexto competitivo do cartão, colocando-se maior ênfase na rivalidade entre pares, do que no relacionamento e proximidade às figuras parentais.

Denota-se uma valorização e idealização de si próprio em B e C como no sentido de autonomização e de ultrapassar os obstáculos sozinhos, mesmo no contexto de rivalidade entre pares.

Cartão 5 – o conflito evocado neste cartão gera ansiedade, medo e receio, face ao sentimento de abandono e solidão.

Mais uma vez apenas A e C fazem um reconhecimento da situação triangular, contrariamente aos outros sujeitos que evitam, apresentando tentativa de fuga à situação por elaboração de histórias fora do conteúdo manifesto do cartão.

Cartão 6 – reconhecimento da situação triangular com excepção de D, com um evidente afastamento da situação /relação, com marcado sentimento de solidão face ao casal parental e a um contexto abandonónico. A, tenta idealizar e solucionar este sentimento de relacionamento ambivalente.

Cartão 8 – a problemática parece centrar-se na desarmonia e integração das interdições e regras familiares. Com ausência de curiosidade no seio das relações existentes. C e D não fazem qualquer tipo de reconhecimento da estrutura familiar.

Narrativas de HVC

Análise Individual

Sujeito A

A análise dos dados, como referido no capítulo anterior, é efectuada em três factores diferentes: o primeiro relacionado com o comportamento não verbal, o segundo, o comportamento verbal e o terceiro a tipologia inerente às histórias por ele contadas.

Assim, em relação ao comportamento não verbal, verifica-se uma instabilidade motora, com agitação verbal e não verbal e interrupções no e pelo agir. Na expressão facial foram características caretas e risos. Verificaram-se ainda muitos gestos abruptos que acompanharam constantemente as histórias. Manuseou as figuras com bastante à vontade, interagindo muito com o material. Não se verificou nenhuma tentativa de criar algum tipo de proximidade corporal, com o examinador.

O seu comportamento verbal é concordante ao comportamento não verbal, isto é, efectuou histórias onde fez recurso do imaginário, criou cenários e efectuou diálogos, que apesar de desorganizados, foram coerentes. Apesar de em todas as histórias o sujeito ter recorrido à realidade exterior, tal aconteceu apenas no início de cada história. Depois, sem qualquer retraimento fez apelo ao seu imaginário e dramatizou situações, diálogos e encenações. Porém demonstrou alguma instabilidade identificatória nas imagens criadas, com hesitações e confusões. De referir ainda alguma insistência no fictício, aquando da elaboração e narrativa das histórias.

Analisando, simplesmente, o conteúdo manifesto das histórias pode-se afirmar que a tipologia de vínculo subjacente às cinco histórias é inseguro - desorganizado. Tal acontece por existir em três ou mais histórias alguma desorganização

Numa análise mais detalhada das histórias, surge um padrão que é preciso aprofundar. Assim na primeira história verifica-se que as figuras de vinculação fazem um primeiro movimento correcto, mas que acaba por não ser securizante, ou não ser tido como securizante, facto que provoca uma resposta do sujeito, uma

resposta mais agressiva (refilando) com a “figura mãe”, estabelecendo uma relação de respeito com a figura que representa o “pai”. Na segunda história as figuras parentais mantêm-se como não securizantes, não sendo estas quem assegura os cuidados ao menor, mas o irmão (que aparece primeiro), que não se preocupa com a figura central, aliando-se à figura materna no afastamento, mas que acaba por ser transmissora de conforto, de facto, é a única figura nesta história que transmite conforto. Na terceira história a situação mantém-se: progenitores que não transmitem conforto ou atmosfera que venha ao encontro do “porto seguro” e o irmão que mantém a proximidade e preocupação. Tal leva a que na quarta e quinta história haja uma desvalorização pessoal (não reconhece o nome da personagem) que leva o irmão a um primeiro movimento de confronto, para depois voltar à proximidade, sendo que as figuras parentais são ausentes e negligentes.

Assim pode-se afirmar que no decorrer da aplicação deste instrumento, o sujeito replicou as relações que mantém na vida real. Desta forma pode-se encontrar uma relação conflituosa, que não confere conforto ou segurança ao menor, com a figura materna. A relação com a figura paterna é idealizada e fantasiada. O menor criou uma relação imaginária com uma figura com quem mantém contacto muito pontualmente. Contudo é preciso afirmar que é uma relação que norteia ligeiramente os seus comportamentos, tendo o menor maior respeito a figuras de autoridade masculinas, ligando-se e escutando com maior facilidade figuras que correspondam a este perfil. A relação com a figura identificada como irmão na história, demonstrou ser tão ambivalente como a relação estabelecida na vida real. A gama de comportamentos que se encontra entre o menor e o irmão varia entre provocações constantes ou agressões, a uma super - protecção.

Sujeito B

O comportamento não verbal do menor foi sempre muito retraído, com poucos gestos e mímicas, observando-se alguns risos e algumas caretas. Mostrou-se por vezes alheado das histórias, mas quando era estimulado respondia de forma satisfatória. Numa das histórias aparentou algum cansaço na sequência da realização e concretização das mesmas, mas prosseguiu sem qualquer problema. Na última

história efectuou alguns gestos fora do contexto. Não se denotou qualquer tipo de tentativa em criar proximidade corporal com o examinador.

O seu comportamento verbal foi apegado ao conteúdo manifesto das histórias, não recorrendo à vida quotidiana nem ao conformismo social. Manteve-se sempre dentro do enquadramento e limitações do material. Não se notaram restrições verbais, porém a partir da segunda história foi possível constatar (sempre) uma tendência para a recusa que só era combatida pelo bloqueio associativo, evitando desta forma o surgimento de elementos ansiogénicos. A expressão dos afectos foi quase inexistente. Não houve apelo ao imaginário, não introduzindo personagens, nem criando encenações ou diálogos, mostrando assim a pouca importância dada às interações estabelecidas. Da mesma forma, não se verificou instabilidade identificatória das personagens. Tendo em conta que se manteve sempre muito apegado ao conteúdo manifesto das histórias, há que registar o pouco apego a pormenores, sem no entanto entrar no domínio do puramente fictício. Várias vezes expressou e afirmou não ter imaginação para criar histórias.

Analisando, simplesmente, o conteúdo manifesto das histórias pode-se afirmar que a tipologia de vínculo subjacente às cinco histórias é evitante. Tal acontece em virtude de, nas histórias, não aparecerem movimentos por parte das personagens nomeadas como “pais” que se identifiquem como movimentos transmissores de segurança e afecto.

Numa análise mais aprofundada das narrativas das histórias, verifica-se que o menor começa por efectuar uma primeira história sem indicação de movimentos securizantes ou de índole vinculativa, por parte das figuras parentais. Apenas a partir da segunda história aparecem as figuras parentais num registo funcional e não afectivo, logo criando uma atmosfera pouco protectora. Tal mantém-se na terceira história onde para ganhar a atenção dos progenitores a figura principal é obrigada a inventar situações em que precisa de protecção. Na quarta e quinta história é notório o sentimento de solidão e o afastamento face às figuras parentais a bloquear o processo associativo. Contudo é preciso referir que no regresso das figuras parentais (história do reencontro) houve necessidade de esclarecer e assegurar o bom comportamento do menor, como meio de solicitar o afecto dos mesmos.

Sujeito C

O comportamento não verbal do menor foi sempre muito retraído, com poucos gestos, mímicas, risos ou outro tipo de expressão facial. Manteve-se sempre muito concentrado, interagindo pouco com os bonecos, porém fê-lo sempre de forma coerente. Com o examinador não houve nenhuma tentativa de criar ou estabelecer proximidade corporal.

O seu comportamento verbal manteve-se apegado ao conteúdo manifesto das histórias, não recorrendo a lugares-comuns. Não se notaram restrições verbais, ou recusas e evitamentos. A expressão dos afectos foi pouco verbalizada, mas evidente em algumas histórias. Não houve muito apelo ao imaginário, não foi introduzindo personagens, nem criando encenações ou diálogos. Da mesma forma, não se verificou instabilidade identificatória das personagens. Tendo em conta que se manteve sempre muito apegado ao conteúdo manifesto das histórias, como já referido, há que registar a pouca ligação a pormenores sem, no entanto, entrar no domínio do puramente fictício.

Analisando, simplesmente, o conteúdo manifesto das histórias pode-se afirmar que a tipologia de vínculo subjacente às cinco histórias é seguro. Tal acontece por existirem nas histórias movimentos por parte das personagens nomeadas como pais que se identificam como movimentos transmissores de segurança e afecto.

Numa análise mais aprofundada da narrativa das histórias verifica-se que o menor começa por efectuar uma primeira história sem indicação de movimentos securizantes ou de índole vinculativa, por parte das figuras parentais. Sem dúvida que tal movimento estará ligado às vivências anteriores do menor que vivia na rua, e que dependia de si para sobreviver. Apenas na segunda história é criada uma atmosfera de segurança, que provém da indicação da figura parental, na história a avó, como prestadora de cuidados e transmissora de afecto. Ao passar para a terceira história a situação mantém-se igual permitindo que na quarta e quinta história, apesar do afastamento da figura parental, a figura principal se mantenha perfeitamente confiante no regresso e, quando tal acontece, haja expressão de afectos entre as figuras. Esta resolução segura das histórias vem de encontro à situação actual que o

menor tem vivenciado, tendo vir a estabelecer uma relação forte e segura com Outro significativo.

Sujeito D

Em relação ao comportamento não verbal do menor conclui-se que ele manteve um procedimento de recurso ao motor e corporal, sempre muito estereotipado de cariz inibido e retraído. Raramente tocou nos bonecos, a não ser quando para tal era solicitado, manteve-se sempre muito concentrado, participando pouco corporalmente, permanecendo quieto na cadeira, interagindo pouco com o material, de facto, pode dizer-se que participou pouco em cada uma das histórias que estava a preconizar. Não se viu nenhuma tentativa de criar algum tipo de proximidade corporal, ou linguística (através de perguntas), com o examinador.

O seu comportamento verbal demonstrou-se tão estereotipado como o não verbal, porém manteve algumas características comuns. Assim, podemos encontrar em quatro das cinco histórias um forte recurso à realidade exterior, dando grande importância ao concreto e ao conteúdo manifesto. Numa das histórias verificou-se uma recusa em prosseguir. Os afectos estiveram sempre muito controlados, e quando expressos, eram-no sempre de forma muito retraída e de pouca expressão emotiva. Deste modo, é evidente que o recurso ao imaginário por parte do menor foi mínimo. Em virtude da forte ligação ao concreto, e tentativa de controlo, não se verificaram encenações nem fabulações. De facto, apenas por duas vezes se verificou o surgimento de uma ligeira onipotência, que se manifestava na capacidade da personagem central em resolver os assuntos por si só.

Analisando, simplesmente, o conteúdo manifesto das histórias pode-se afirmar que a tipologia de vínculo subjacente às cinco histórias é seguro, ou razoavelmente seguro. Tal acontece porque nas histórias existem movimentos por parte das personagens projectadas como pais que se identificam como movimentos transmissores de segurança e afecto.

Contudo é preciso dizer que uma análise mais profunda das histórias do menor sugere algo diferente. Ao analisar o comportamento não verbal e o verbal, no sentido

latente e manifesto, e ao enquadrá-lo na história de vida do menor, verificamos que existe uma tendência do menor para solucionar os problemas de forma solitária (história 1/ 4). Mais se pode ver que quando o menor encaminha as histórias para situações mais afectuosas de cariz íntimo (contar da história ao filho, história 3) ele bloqueia o processo associativo. Contudo, em situações em que a manifestação de afecto é efectuada no meio de carácter mais social, já consegue completar a história, culminando-a de uma forma perfeitamente adequada e socialmente correcta (história 5).

Tendo em consideração a história de vida do menor, o pouco envolvimento na tarefa e o conteúdo das histórias, pode concluir-se que o menor esteve sempre com os mecanismos de defesa bem controlados, não permitindo o surgimento de questões causadoras de angústia. Pode-se identificar um primeiro movimento independente, em que o Eu é capaz de resolver as questões por si só, mas que posteriormente tende a resvalar para o socialmente aceite. Este socialmente aceite foi adquirido, não por vivências, mas pelo mimar (de copiar, Eysenk) de experiências de outros que incluí na sua própria gama de comportamentos. Desta forma o menor consegue, não só, estar adaptado ao meio que o rodeia, como consegue ter um comportamento, aparentemente, vincutivo logo no início das relações que, como se vê pelas histórias e pelo CAT-A, é apenas superficial.

Após resolução da situação (sozinho), surge este comportamento de aproximação ao outro e ao esperado dele, mas perante a aproximação da expressão de afectos e relações de maior intimidade e de confiança o menor bloqueia e volta a fechar-se nele próprio, fechando assim a relação vinculativa até, estar predisposto a, deixar que o outro se aproxime, novamente. Facto que é possível constatar nestas histórias, visto que, surge um primeiro movimento de independência: história 1 “vai buscar e limpa” e 4 “viram televisão e foram para casa”; um segundo movimento direccionado para o socialmente correcto e facilmente copiado por mimetismo: história 1 “a mãe diz o filho faz bem, corrigiu o que fez”, 4 “estava uma *babysitter* (após questionado se estava sozinho)”, 5 “irem a correr para os pais para dar abraço....”; um terceiro movimento, onde se volta a fechar, em que surge o bloqueio no processo associativo em momento não social, mas sim afectivo e íntimo entre os pais e a personagem: “contar uma história, não sei... 5 carneiros que andavam a saltar”, inicialmente não demonstra vontade em descrever e elabora a história, mas por fim acaba por elabora

uma narrativa com base no imaginário comum dos “carneirinhos”. O quarto movimento não é possível identificar, todavia é visível na descrição das narrativas do CAT.

Sujeito E

O comportamento não verbal do menor foi sempre muito fixo, de cariz retraído, com poucos gestos, mímicas, risos ou outro tipo de expressão facial. Manteve-se sempre muito concentrado, interagindo com o material de forma coerente com a história, contudo, participou pouco corporalmente. Com o examinador, não se denotou qualquer tentativa de criar proximidade corporal.

O comportamento verbal registado muito apegado ao conteúdo manifesto das histórias, sem grande sobreinvestimento. Não se notaram restrições verbais, ou recusas e evitamentos, porém houve perseverança conceptual, imiscuindo o conteúdo manifesto de histórias anteriores na história que narrava. Os afectos foram expressos de forma pouco consistente sem expressão corporal ou tom de voz consentânea. Mais, alguns dos afectos foram de índole negativa. Não recorreu ao imaginário, não encetando encenações nem criando personagens. No geral pode afirmar-se que se manteve dentro do conteúdo manifesto da prova, utilizando os pormenores subjacentes a cada uma das histórias, utilizando pouco o fictício e o criado.

Analisando, simplesmente, o conteúdo manifesto das histórias pode-se afirmar que a tipologia de vínculo subjacente às cinco histórias é seguro, ou razoavelmente seguro. Tal acontece uma vez que existem nas histórias movimentos por parte das personagens nomeadas como pais que se identificam como transmissores de segurança e afecto, assim como quando na ausência dos mesmos surge outra figura, avós, que asseguram os cuidados necessários e requeridos.

Na análise mais profunda das histórias é possível constatar que o menor revela após primeiro movimento securizante por parte dos progenitores, aspectos pouco transmissores de segurança por parte dos mesmos. Revela ainda constantes rivalidades fraternas. A primeira indicação que os progenitores não são tão

transmissores de segurança como o aparentemente transmitido surge na terceira história onde apesar do pai assegurar que “não existem monstros o miúdo tapa a cara, pois continuava com medo”. Na quarta e quinta história há um desrespeito por uma ordem da mãe referente à segunda história (este movimento de colagens de histórias pode-se efectuar, pois o próprio copia e mantém os conteúdos). Ainda se percebe uma personagem parental a dar indicações a outra personagem sobre o comportamento que essa figura deve manter. Desta forma, associando o conteúdo da história, ao comportamento não verbal e ao comportamento do menor (conhecimento do examinador) percebe-se que o menor tem dificuldade em acatar as indicações dos progenitores adoptando uma postura não de agressividade, mas de indiferença, fazendo o que lhe pedem, mas acima de tudo, fazendo o que lhe apetece. A rivalidade ou indicação de relações fraternas é evidente nas histórias 1, 3 e 4, onde os irmãos tendem a repetir os erros do outro irmão, porventura para, desta forma negativa, terem a atenção desejada.

Pode-se identificar os seguintes movimentos: o primeiro de atenção por dos progenitores (história 1,2,3); seguindo-se de uma atenção não securizante que leva a uma repetição de erro por parte de outro irmão ou à manutenção da problemática (história 1,2,3,4-5); terceiro movimento de indiferença e manutenção do problema ou de comportamento que leva à reprimenda por parte do progenitor (ou à reprimenda por parte de Outro significativo ao progenitor - história 1,4-5).

Análise Global das Histórias de Vinculação para Completar

A analisar de uma forma global as cinco aplicações das Histórias de Vinculação para Completar é possível encontrar alguns pontos em comum. Desta forma, pode-se afirmar que em todos os sujeitos, à excepção do sujeito C, existe um padrão que começa logo na primeira história onde se regista uma tentativa de resolução individualizada do problema. Apenas nas histórias seguintes se observa a presença das figuras parentais. Contudo, percebe-se, que a interacção da figura principal com as figuras alvo de relação vinculativa é de cariz funcional e não de cariz afectivo. Assim, a atmosfera criada nas histórias é um ambiente pouco seguro, pouco rico em afectos de índole positiva, isto é, a relação criada não confere o porto seguro onde a

criança pode experimentar uma relação vinculativa segura. Enquanto que alguns sujeitos conseguem repetir nas histórias experiências relacionais com figuras parentais socialmente correctas, outros bloqueiam o processo associativo perante a possibilidade de recriarem algo que na realidade não têm.

Apesar de, na primeira história, um dos sujeitos, ter tentado (também) uma resolução individualizada, conseguiu recriar nas histórias um ambiente de vinculação seguro, em que afectos de índole positiva eram facilmente percebidos, em que havia segurança nos afastamentos. Sem dúvida, esta capacidade surge de uma recente relação com um Outro significativo.

Concluindo, a prova revelou-nos que 4 dos 5 sujeitos não conseguiram recriar uma atmosfera segura, dando uma imagem da relação com as figuras parentais meramente formativa. Conclui-se também que têm adquiridas competências, quer de anteriores relações, quer por terem sido retiradas ao meio, que lhes permitem manter-se numa relação de modo aceitável, porém, não “cumprem os critérios” para serem consideradas relações de cariz vinculativo seguro.

VIII - Discussão de Dados

Os processos de vinculação exercem uma influência profunda no desenvolvimento da identidade e do auto-conhecimento, sendo fundamental a disponibilidade emocional das figuras prestadoras de cuidados para activar o sistema de comportamento vinculativo. O conceito de disponibilidade emocional reflecte o processo interacional envolvendo a criança, a mãe e o sistema diádico. É com base nestas primeiras interações relacionais que a criança aprende a diferenciar-se das outras pessoas, todavia, esta interacção poderá conduzir ao desenvolvimento mútuo ou à destruição e esvaziamento de significado, consoante o vínculo emocional estabelecido.

À luz da problemática de referência, remetendo para a revisão bibliográfica apresentada e tendo em consideração pontos chave na análise do CAT, pretende-se unificar os resultados (dos protocolos), através da apresentação e discussão de dados relativamente, à diferenciação e relação perante a figura materna, paterna e parentais. Na mesma lógica de análise, são traçadas considerações sobre o instrumento HVC. Recorrendo à integração dos dados é lançada uma discussão integrada do modelo vinculativo real destes sujeitos e suas reminiscências.

Figura Materna (CAT)

No que concerne à relação estabelecida com a figura materna, observa-se nos sujeitos o desejo de autonomia e independência, que não surge como um movimento progressivo, que por norma se inicia uma relação de dependência de acordo com a sua função prestadora de cuidados, protecção, “contenção”, como um objecto interno que permite estabilidade, mas sim, como uma figura insatisfatória, que nem sempre cumpre o seu papel, quer no sentido funcional ou afectivo. Esta necessidade de autonomia surge em parte como meio de resposta ao sentimento de abandono e solidão sentidos na relação com a figura materna e não apenas como consequência de maturação psíquica. À semelhança do que sucede com a figura paterna, a figura materna tem também um papel determinante na transmissão de regras e normas, todavia surge novamente como insatisfatória e numa relação de agressividade,

ambivalência e conflito. O que na faixa etária dos sujeitos descritos, deveria ter sido já interiorizado, reside ainda numa necessidade de transgressão e transposição do valor e norma socio-afectiva.

Figura Paterna

Na relação com a figura paterna, o reconhecimento de atributos de poder e força, surgem (sempre) acompanhados por uma tentativa de anulação ou desvalorização desse mesmo poder, assim como a própria eliminação da, e na relação. O que nesta faixa etária poderia representar a identificação à figura paterna, e a possibilidade de autonomia e individualização, revelou-se como um meio de demonstrar a insuficiência e instabilidade dos vínculos, uma vez que se denota a eliminação de relação e autonomização por meio de um conflito e agressividade. Existe ainda uma tentativa de dar sentido à agressividade infligida quer por parte da figura paternal, quer por parte do próprio sujeito, inicialmente mais fraco, mas que assume todo o papel de rivalidade e competição, não conseguindo, contudo, mediar esse mesmo conflito de um modo estruturado, coeso e coerente. No decorrer de um processo vinculativo organizado, o papel perturbador que a figura paterna tem inicialmente (por volta dos seis / sete anos), como fonte de conflito e possuidora de leis e interditos, tornar-se-ia cada vez menos perturbadora e numa figura amigável, facto que nestes sujeitos não se regista.

Figuras Parentais

A ambivalência entre o reconhecimento e ausência de relacionamento, e curiosidade no seio da estrutura familiar, faz com que sejam os próprios sujeitos a ditar as leis e as regras, denotando-se uma grande desarmonia e integração das interdições familiares. Na tentativa de autonomização e de valorização pessoal, como meio de solucionar e ultrapassar os obstáculos, o carácter conflituoso desta pseudo-relação gera ansiedade e simultaneamente uma tentativa de negação e fuga perante o receio de perda, abandono e solidão. Deste modo, surge maior ênfase na rivalidade entre pares do que no relacionamento e proximidade parental como meio de coesão interna e crença nas suas capacidades enquanto ser único e independente das suas figuras parentais, mais uma vez ambivalentes na dinâmica interna relacional.

Em concordância com a análise de dados apresentada, a tentativa de caracterizar as falhas presentes da estrutura vinculativa dos menores, de um modo diferenciado perante a figura materna, paterna, ou ambas, não foi significativa, não sendo possível diferenciá-los claramente, tornando-se irrelevante esta distinção. As figuras parentais devem ser complementares e indissociáveis ao processo dinâmico, apesar de em dois dos sujeitos estudados ter-se manifesto a idealização de uma figura parental, ambos falharam no seu papel prestador de cuidados, protecção e contenção, denotando-se uma grande ambivalência no modo como são referenciados e identificados. Mais uma vez o aspecto insatisfatório e insuficiente, das suas funções instrumentais e expressivas foram evidentes.

A desvalorização e ausência (por vezes) das figuras parentais quer no seu todo, quer individualmente, são reflexo da lacuna sentida como elementos transmissores de segurança, afecto e estrutura. Factores determinantes, para que, independentemente os sujeitos sejam capazes de lidar com os obstáculos inerentes ao desenvolvimento de um modo organizado e socialmente aceite, que lhes permita uma identidade coesa, compreensão e integração de normas sociais, morais e afectivas.

De um modo geral, não se registou por parte dos menores a percepção de uma “boa mãe”, mas sim uma vivência de uma relação “negativa” com a imago materna, tendo esta sido sentida como insuficiente e incontinente, falhando como, referido, elemento transmissor de normas e regras, e percebida como ausente, ameaçadora e abandonica. A percepção da figura paterna foi também ela referenciada globalmente como “negativa”, surgindo sentimentos edipianos de rivalidade, de agressão recíproca, expressos por vezes como angústia e submissão no modo como se relacionam.

Quer a figura materna, quer a figura paterna apresentam características de instabilidade, ambivalência e conflitualização.

No seio destas relações conflituosas e ambivalentes denota-se uma oscilação entre autonomia e dependência, talvez como forma de demonstrar e esconder a necessidade de dependência e afecto das suas figuras parentais, insurgindo-se, no sentido de maior agressividade, competição, transmitindo-lhes uma aparência de força, e investimento de poder. Por vezes a agressividade registada, mostrou também uma dimensão de destrutibilidade e violência. Agressividade esta, ligada não só à afirmação de si e com o desejo de autonomia, mas como o meio que internamente dispunham ou adquiriram para ultrapassar os seus obstáculos autonomamente. A tónica dos protocolos, mais uma vez, teve como base a ambivalência entre o querer e

o sentir, entre o vivenciado e o idealizado, surgindo por vezes um “vazio” da componente afectiva em detrimento de uma componente mais funcional e pragmática das vivências tal como se pretende socialmente. Esta ambivalência surge também sob o carácter determinante que decorre pela aprendizagem indirecta, por imitação ou modelação e integração de normas e condutas, que deveria ser assegurada e estar dependente da presença das figuras parentais, facto que não se assiste, denotando-se por vezes total ausência das mesmas ou reconhecimento de si na relação. Existe sim um esforço de adaptação à realidade, contudo, incoerente entre o que foi transmitido pelas suas figuras prestadoras de cuidados e com as aprendizagens no seio institucional e escolar, também ele (na maior parte das vezes) desprovido de afecto, pelo carácter funcional das tarefas a desempenhar pelos seus prestadores de cuidados (institucionais).

Histórias de Vinculação

Apesar do objectivo inicialmente traçado para a utilização do instrumento HVC de, num primeiro momento identificar as tipologias de vinculação para sustentar a análise projectiva do CAT, a análise mais detalhada e aprofundada das narrativas das histórias enriqueceram o conhecimento sobre a estrutura vinculativa no social do sujeito. A análise global das narrativas das Histórias de Vinculação para Completar, permitiu identificar alguns pontos comuns entre os sujeitos. Nomeadamente a existência de um padrão (que começa logo na primeira história) sob a tentativa de resolução individualizada do problema e só posteriormente na activação e presença das figuras parentais.

A interacção da figura principal com as figuras alvo de relação vinculativa revelou-se de cariz funcional e não de cariz afectivo, pelo que a atmosfera criada foi de um ambiente pouco seguro, pobre em afectos de índole positiva. Ou seja, a relação criada não confere o “porto seguro”, necessário à experiência de uma relação vinculativa segura. Alguns sujeitos conseguiram repetir experiências relacionais com figuras parentais como que, de uma forma socialmente correcta (e esperada), por outro lado, outros sujeitos, perante a possibilidade de recriarem algo que na realidade não têm bloqueiam o processo associativo, evitando e abstendo-se da relação.

Perante uma alteração de vida e experiência real, foi ainda possível constatar num dos sujeitos (C), apesar da semelhança na tentativa inicial de resolução individualizada, o recriar nas histórias de um ambiente de vinculação seguro, em que

afectos de índole positiva eram facilmente percebidos, registando-se segurança no distanciamento, foi um facto que sem dúvida remete para a mudança de vivência recente de uma relação (vinculativa) com um Outro significativo.

Quatro dos cinco sujeitos estudados, não conseguiram recriar uma atmosfera segura, dando uma imagem da relação com as figuras parentais meramente formativa. Concluiu-se também que as competências adquiridas assentam quer em relacionamentos e vínculos anteriores, quer na própria institucionalização (retirados do meio) que lhes permite manter uma relação de modo aceitável, porém, não “cumprem os critérios” para serem consideradas relações de cariz vinculativo seguro.

RELAÇÃO	Sujeito A	Sujeito B	Sujeito C	Sujeito D	Sujeito E
CAT Função maternal	Insatisfatória Apenas funcional Ausente Agressiva de ambivalência e punição	Inexistente Dependência Medo abandono agressividade	Inexistente Dependência Receio abandono Alguma agressividade	Meramente funcional Fantasma de abandono mas resolve pelo formal Afecto através da punição	Insatisfação Abandono Ambivalência entre agressividade e libido
CAT Função Paternal	Igualdade e passiva(FP) Autoculpabilização e merecedora de punição(SUJ)	Desvalorização Funcional – alimento Agressividade e destruição total e aceitação de culpa	Desvalorização De submissão	Elimina Agressiva (devoração/ castração)	Abandónica Agressiva
CAT Função Parental	Agressiva Autonomia Abandónica e afastamento Desarmonia e frustração	Inexistente Perda e abandono Transgressão e desarmonia	Reconhece e valoriza Alguma harmonia	Ausente Desarmonia e transgressão	Inexistente Abandónica Desarmonia
HVC Tipo de vinculação	Insegura desorganizada	Insegura evitante	Segura	Razoavelmente segura	Insegura

Tabela nº 3 – quadro resumo dos resultados da Relação Vinculativa

Em suma, nestes cinco sujeitos, denotam-se dificuldades em isolar o conflito, em expressar afectos e sentimentos, surgindo, como também foi possível constatar através da aplicação das HVC, uma dificuldade no recurso ao imaginário, recorrendo

ao apego no concreto e à resolução formal e social das situações propostas. Nestes sujeitos, de um modo geral, quer a figura materna, quer paterna não asseguraram o seu papel como meio de contenção dos afectos, das angústias e dos medos. São as figuras parentais os elementos que na sua diversidade, conferem ao EU uma maior unidade e coesão. Em falta dessas figuras, a criança desenvolve estratégias de sobrevivência psíquica, mais ou menos adaptadas. Poderá regredir, se não houver uma base que a estruture e que a motive a procurar outras alternativas ao desenvolvimento do seu EU, sendo, neste caso, a psicopatologia fragmentária, pelo recurso à imaginação delirante, a via de se auto-conter (no caso de falha total de coerência na prestação de cuidados e de estrutura vinculatória base). No caso de haver uma base recorrencial suficiente para motivar a criança a desenvolver estratégias de sobrevivência (como é o caso dos sujeitos deste estudo), o EU pode desenvolver-se segundo uma meta-normalidade, que é construído numa linha aparentemente “segura” (tipo de vinculação razoavelmente segura), mas que tem na sua construção uma cópia da sua inteligibilidade da normalidade social, e não a base coerente e cimentada de vivências vinculativas e emocionais de um crescimento “dito” normal.

Retomando os aspectos teóricos, vemos que nestes sujeitos o processo de pensamento está dificultado, provavelmente pelo impacto que situações vividas tiveram, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista emocional, no aparelho de pensar. Este aparelho apresenta então como característica uma função continente que falha com facilidade, não permitindo o acolhimento da experiência emocional na mente. Em análise do conceito teórico do vínculo para Bion, quando a experiência é acolhida, a função alfa (α), também ela frágil, transforma insuficientemente os elementos beta (β), o que conduz mais facilmente à evacuação do que ao conter da experiência no interior do psiquismo. Com a evacuação instala-se o vazio do pensamento.

Lidar com a situação real de abandono, leva a criança a fechar-se sobre si mesma. Quando já existe estrutura para tal pode desenvolver estratégias que a façam superar a dor sozinha. O modo de sobrevivência parece ser alterado da dependência para a independência, forçado pelo abandono real. Este movimento leva a criança a contar consigo própria, mas ao mesmo tempo, com relações funcionais para sobreviver (alimentação). Como podemos observar nestes sujeitos, não existe um esquecimento total das boas experiências, surgindo perante um contexto propício e adequado.

Apenas em situações extremas a criança não recebe qualquer contacto vincutivo gratificante, o que nos leva a crer que, mesmo em situações problemáticas e com evidentes diagnósticos de PRV, a criança, pode vincular-se à imagem das boas experiências que ecoam dentro de si, possibilitando a atribuição de novos sentidos à experiência, sentidos esses que poderão ser menos lesivos para o aparelho psíquico e que permitirão que o sujeito saia desse ciclo vicioso.

Havendo a pretensão de modelar o tipo de movimento vincutivo dos sujeitos deste estudo, situando o ponto de vista na construção do seu self e tentando perceber como são codificados os seus comportamentos face a figuras “candidatas” a prestadoras de cuidados, pode-se dizer que:

Num primeiro momento, a base vincutória destes sujeitos está inscrita segundo a sua vivência e o conhecimento social que têm de como uma relação deverá funcionar. Referência, no que concerne a sujeitos em que o seu estágio de maturação lhes permite desenvolver estratégias de autonomização do EU, conforme já foi referido anteriormente, embora precocemente. A sua disponibilidade emocional na relação observa-se de um modo aparentemente normativo contudo, evidencia-se uma necessidade latente de permanentemente testar os parâmetros da estrutura relacional que se prevê.

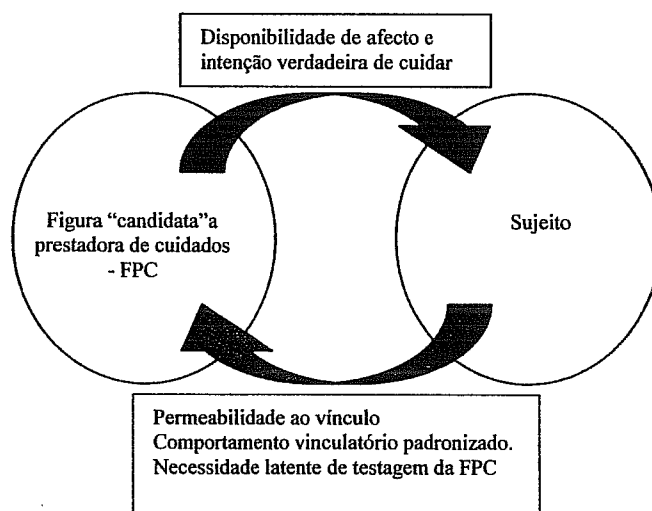


Figura nº 1 – Estrutura Relacional Prevista

Num segundo momento, a relação vincutória irá evoluir normalmente para situações de imposição de limites e regras, mesmo na manutenção de espaços pessoais, ou disponibilidade prática para a relação. A criança irá responder com base

na sua experiência vincular. Por esta se encontrar fragilizada, a interpretação dos avanços (proximidade) da FPC será combatida com um processo de autonomização, de “aparente” capacidade de auto-sobrevivência.

O afastamento da criança irá provocar na “candidata” FPC um sobre-investimento na relação. Provavelmente, por efeito da contra-transferência, serão accionados sentimentos de frustração e de culpabilização na FPC por não ser suficientemente “boa” para cativar o afecto da criança. Esta, por sua vez irá lidar com o sentimento de “agressão”, provocado pelo sobre-investimento relacional, mas por outro lado, também com a culpabilização por não conseguir transformar esse investimento num vínculo gratificante (facto que é oriundo de uma não reminiscência gratificante e continente das suas próprias figuras parentais). Perante este cenário, a criança “auto-satisfaz-se”, demarcando-se da FPC, através da demonstração precoce de atributos de uma personalidade auto-suficiente. Acrescenta à sua experiência vincular mais uma falha relacional, para a qual estava “aparentemente” disponível, mas a sua estrutura vincular base não lhe permitiu “ligar-se” (por não haver história de aprofundamento vincular gratificante) facultando o início de uma nova fase, uma fase de construção do seu self, com uma FPC contentora da projecção de afectos aos quais atribui sentido e os devolve, fazendo deste processo um crescimento dual.

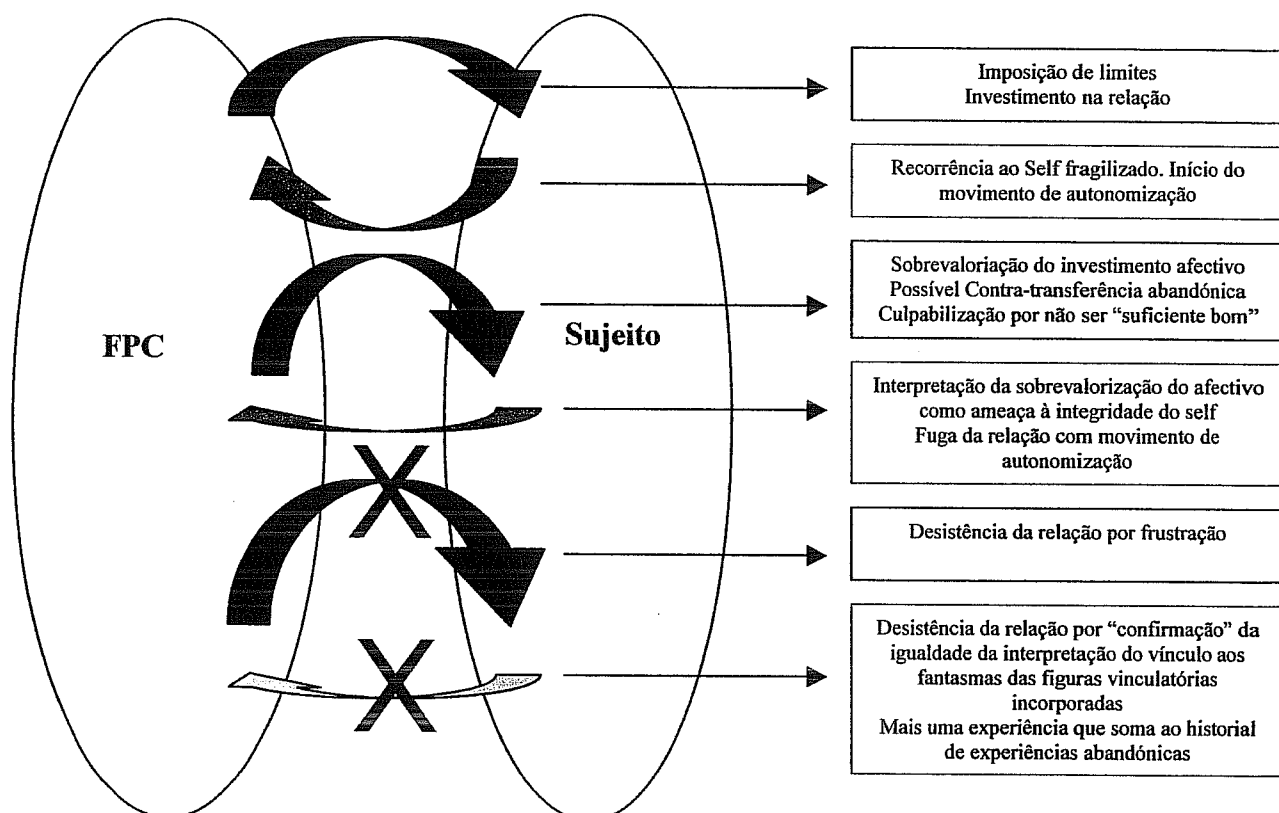


Figura nº 2 – Modelo dos Movimentos Vinculares de Sujeitos com PRV

Claramente que não se pretende com este modelo declarar determinismos nas relações que envolvam crianças com o diagnóstico de PRV, e com dinâmicas psíquicas similares aos sujeitos do nosso estudo. A necessidade de modelar estas relações serve apenas para clarificar os movimentos vinculatórios observados nos instrumentos utilizados, prevendo a sequência relacional em contexto normal, de forma a evitar tendências na projecção e interpretação da relação vinculatória, seja por parte da criança, seja por parte dos “candidatos” a figuras prestadoras de cuidados.

Estes movimentos têm, por base, a reminiscência da estrutura vinculatória destes sujeitos. Que nos remete para a existência de uma relação paradoxal entre a incapacidade pessoal de aprofundar e estabelecer vínculos seguros, porque a criança não sabe como o fazer (não está inscrito nas suas referências, não houve a oportunidade de transformar os elementos β em α , de forma a desenvolver a função K, permitindo enfrentar novo desafio e “aprender com a experiência” (conforme conceitos teóricos apresentados por Bion, 1962), e uma realidade social, onde as relações e os vínculos seguros coexistem, e a criança já tem inteligibilidade para os compreender. A solução é colocar-se numa posição de disponibilidade (pela cópia social) para a relação, e procurar nesta a plenitude de um vínculo satisfatório, preenchido e securizante. Como as relações estabelecidas dificilmente poderão ultrapassar a experiência da relação dual primária mãe-bebé, a frustração de novas relações (-K ou não K) serão convertidas em mais angústia e ódio. É querer ter algo que não se sabe bem o que é, sem ter a noção de que não se tem capacidade para o ter. Sofre-se por não ter, mas se for disponibilizado, sofre-se por não saber como o manter.

IX - Conclusão

A teoria da vinculação, descreve uma forma de relação universal, que se inicia entre o indivíduo e o seu prestador de cuidados, cuja função primária é a de protecção. Esta protecção tem um objectivo biológico – a sobrevivência da espécie, e psicológico – sentimento de segurança, tendo como resultado comportamental a proximidade física. A relação de vinculação desenvolve-se a partir da interacção entre as tentativas da criança de manter a proximidade da figura de vinculação em alturas de ameaça, e a acessibilidade da figura de vinculação.

Este trabalho, propõe-se responder a determinados objectivos:

- 1 – perceber, a tipologia de vinculação e a existência de padrões vinculativos (na relação) em crianças institucionalizadas com diagnóstico de PRV;
- 2 – perceber, como estão inscritas na construção do self destas crianças a introjeção das suas figuras parentais e de que forma, estas condicionam as suas dinâmicas vinculatórias. Até que ponto, é que este condicionalismo altera a visão realista do mundo, tentando clarificar se esta dinâmica se sobrepõe ou se submete a uma compreensão do contexto social, onde as relações se desenvolvem, e estas crianças estão inseridas;
- 3 - por fim, ao perceber a reminiscência da estrutura vinculativa de crianças que foram sujeitas a sucessivas falhas, consegue-se aceder ao tipo predominante de relação de objecto que é mantida, e clarificar a condução do seu processo de individuação.

Para aceder aos objectivos traçados, utilizou-se uma metodologia exploratória e qualitativa, de influência da tipologia do estudo de caso, através da análise psicodinâmica de instrumentos projectivos, nomeadamente o CAT e as HVC.

A análise das narrativas CAT, foi feita em consonância com a finalidade deste trabalho, que consiste em trazer à superfície o ser psicológico do sujeito, ou seja, o seu percurso enquanto “ser”, pela forma como vive e se vive na relação com o seu meio, em termos de representação, no sentido da apreensão dos seus movimentos de adaptação ou desadaptação. Intimamente relacionado com o corpo teórico, este

método permitiu o acesso ao eixo no qual se organizam e estruturam os processos construtivos da realidade interna e externa, que garante da essência do ser psicológico. No que respeita à discussão /interpretação dos protocolos, efectuou-se uma leitura dinâmica dos procedimentos utilizados pelos sujeitos, em cada um dos cartões, seguida de uma tradução de sentido de forma a aceder aos conteúdos para os quais a narrativa reenvia.

Utilizou-se o instrumento “Histórias de Vinculação para Completar”, como meio de identificar a tipologia de vinculação dos sujeitos e os critérios vinculativos subjacentes a uma aprendizagem e norma social. A análise dinâmica mais detalhada das histórias serviu para interligar e enriquecer o conhecimento da realidade psíquica dos sujeitos. Desta forma, podemos afirmar que as conclusões deste estudo se baseiam no fluxo entre a revisão bibliográfica, a escolha dos sujeitos, o conhecimento da sua anamnese e nas análises das provas e da própria situação de testagem.

A metodologia utilizada permitiu responder com sucesso aos objectivos traçados. Os procedimentos revelaram que os sujeitos deste estudo apresentaram uma tipologia de vinculação maioritariamente insegura, embora, através de uma análise mais aprofundada se tenha realizado que existe uma maior especificidade de cada indivíduo e da sua forma de estabelecerem vínculos, mais do que pela mera padronização.

Constatou-se que a introjeção das figuras parentais é factor essencial e condicionante para compreender sobre que forma as suas relações afectivas e/ou funcionais são encaradas e conduzidas. A ausência de boas referências, de uma “mãe” continente, capaz de receber e transformar em significado os impulsos agressivo-destrutivos da criança fez com que se tenham desenvolvido sem incorporarem a função K, impossibilitando-as de aprender com a experiência relacional. No entanto, baseado na sua compreensão do contexto social e da parca experiência de vínculos gratificantes, percebeu-se que os sujeitos deste estudo “aparentam” saber como é que uma relação deve ser mantida, enquadrada em vínculos tipificados. Este facto demonstra que apesar de condicionados pelas dinâmicas internas, a aprendizagem social lhes permite gravitar sob elos “aparentemente” normais. Esta normalidade é apenas rompida quando a própria relação é testada pela criança, demonstrando em alguns casos a sua incapacidade para conduzir a relação para vínculos seguros e

gratificantes. A vivência paradoxal entre, a necessidade social de estabelecer vínculos e a dificuldade, por reminiscência para o fazer, faz com que estas crianças se orientem para aproximações funcionais, remetendo os sentimentos de segurança, protecção, afecto e conforto para si mesmos. É normalmente iniciado um processo de individuação precoce que, nesta faixa etária, se manifesta, em relação aos outros, com a projecção da rivalidade entre fraterias, através da competição e da sobrevalorização das capacidades do EU. Quando confrontados com os conflitos oriundos da quase inexistência de “boas” experiências vinculatórias, a criança ou anula as figuras parentais, substituindo-as por si próprio, ou as coloca ao seu nível geracional, ou atribui-lhes um papel socialmente aceite e tipificado, sem no entanto, se envolver afectivamente.

Desde o nascimento, a criança vai estabelecendo entre o seu Self e o não Self, uma progressiva diferenciação que passa por várias vicissitudes ao longo das suas diferentes “crises evolutivas” como as que ocorrem, segundo Grinberg, no desmame, no conflito edipiano, na latência, na puberdade e na adolescência, na meia-idade e na velhice. “Crises” que “promovem a necessidade de elaboração de luto de experiências passadas, da inevitável transformação sofrida na qualidade dos vínculos objectais, e dos aspectos perdidos do Self no decorrer de cada um dos períodos evolutivos”. A elaboração adequada desses lutos nas fases correspondentes contribuirá para consolidar no indivíduo o sentimento de que é uma entidade real diferenciada, com continuidade no tempo e um lugar no espaço, bem como a capacidade de recuperar no presente o que aprendeu no passado. Estes movimentos progredientes e regredientes constantes ajudam a situar o sujeito no seu quadro natural de referências, permitindo-lhe ser ele próprio enquanto combinação de características inatas, características herdadas das figuras parentais enquanto no processo de vinculação e características originais tornando-o parte do seu seio de pertença mas ao mesmo tempo único. É a constância deste vínculo interno, do Eu para o Eu, que apesar da mudança consistente de contexto, permite estabilidade da identidade, dando o carácter único à personalidade de cada um.

Para que seja possível uma integração do self coesa e estruturada é necessário pontos de referência estáveis, caso contrário, são os comportamentos adquiridos, com base em modelos instáveis e inconstantes, os mais difíceis de alterar e modificar. Sem uma boa estrutura parental todo o processo vincutivo na sua essência encontra-se

ameaçado e aniquilado, dado que é a vinculação (às figuras prestadoras de cuidados, nomeadamente as figuras parentais) que permite a introjecção da função continente, por identificação à função continente da mãe. O que permitirá o desenvolvimento dos processos de integração, de personalização e de adaptação à realidade, assim como ao desenvolvimento do processo de “separação – individualização”. Se as ansiedades do passado precoce, as angústias esquizoparanóides e depressivas, e do passado próximo edipiano não for controlado e elaborado através do processo vincutivo, não se assistirá à consolidação do Eu, com base na coerência do seu modo de funcionamento quer de coesão do seu mundo exterior.

Parafraseando Ana Vale (2005), o confronto do sujeito com o estímulo provoca na sua mente um impacto, que irá, conjuntamente com o afecto despoletado, constituir uma experiência emocional a ser processada mentalmente. A função continente presente na mente do sujeito será responsável, pelo acolhimento dessa experiência emocional, que, por sua vez, para poder ser manejável como elemento psíquico, terá que sofrer uma transformação, entrando em jogo a função alfa. Quando a experiência passa a estar sobre a forma de elemento alfa, este elemento tem então lugar na mente e pode ser pensado, ligado com outros elementos, acontecendo, graças ao funcionamento da barreira de contacto, um encontro entre passado e presente, objecto interno e objecto externo, sujeito e objecto, consciente e inconsciente. Deste encontro, suportado pelo reconhecimento da experiência do negativo, nasce um símbolo, que representa a experiência da forma como o sujeito a viveu, o qual irá inscrever-se na cadeia simbólica, tomando o seu lugar na memória, ou seja, no aparelho psíquico do sujeito.

Esta tese inscreve-se na sequência do Mestrado em Psicologia Legal, onde o aprofundamento da prática clínica se molda e integra as vicissitudes do aparelho judicial e das respostas sociais, criando situações e contextos próprios, como é o caso das dinâmicas psíquicas das crianças institucionalizadas. Não se fala apenas na moldagem das crianças pela instituição, mas de uma compreensão alargada de que a sua realidade existencial resulta de uma vivência de um seio familiar, muitas vezes falhado, de uma sociedade que auto-remete as suas falhas para “soluções” (instituições) padronizadas, e de experiências individuais, de encontros e desencontros, de histórias de sobrevivência, mas também de reinvestimentos de afectos.

Este trabalho, vem contribuir para a compreensão da dinâmica vinculatória das crianças institucionalizadas. Apesar do foco da atenção, estar socialmente remetido para a instituição, enquanto responsável e por vezes estigmatizadora de um tipo standard de comportamentos e personalidades, faz-se um alerta que, as crianças institucionalizadas, são muito mais do que as instituições as podem transformar. Estas crianças são fruto de um vivência holística, que cresce dia para dia, e que inclui as suas ligações com os seus pais biológicos, famílias de acolhimento, pais adoptivos, irmãos biológicos e adoptivos, amigos, funcionários das instituições, colegas de escola, professores, etc, etc. Tentou-se explicar, com este trabalho, que a realidade psíquica da criança é influenciada pelo imenso mundo de contactos afectivos e vinculatórios que experiencia, mas sobretudo da interpretação que faz destes vínculos, dado que o que não tem lugar no espaço mental como símbolo, tende a ser agido na realidade externa. Quando se dá um ataque ao vínculo, as ligações são fragmentadas e projectadas para fora, em algumas ocasiões os “ataques destrutivos” a esses vínculos entre o sujeito (ou parte deste) e o ambiente (inicialmente a mãe), têm origem no início da vida, assim como, as perturbações ou transformações desses mesmos vínculos.

Desta forma, como referência para clínicos, investigadores ou profissionais que trabalhem com crianças desta natureza, deverá ser tomada em conta a riqueza desta experiência psíquica, devendo haver o devido cuidado para políticas de funcionamento reducionistas ou assentes em lógicas económicas (como a rotatividade frequente de técnicos e funcionários), esquecendo as necessidades reais da criança, sendo fundamental a continuidade, disponibilidade e sensibilidade da resposta do prestador de cuidado.

O trabalho com crianças que expressem uma Perturbação Reactiva da Vinculação, necessita antes de mais, de uma grande base de compreensão. É na forma e sobre a forma, como a criança se vincula que o terapeuta terá de iniciar o seu trabalho, podendo cair no erro de querer estabelecer grandes bases de confiança e de afecto em crianças que não têm capacidade para entender tal investimento, podendo este tipo de relacionamento ser frustrante e intrusivo para a criança.

A metodologia de análise utilizada, possibilitou a constatação de outro tipo de variáveis que apenas deverão ser acessíveis em estudos amostrais, como é, por

exemplo, a identificação aprofundada da tipologia de vinculação no universo das crianças institucionalizadas.

Seria interessante perceber as dinâmicas internas de quem presta os cuidados às crianças. E identificar as suas motivações, mas acima de tudo, até que ponto é que os fenómenos transferenciais e contra-transferenciais têm influência nas suas relações com as crianças institucionalizadas e condicionam o relacionamento com as suas próprias estruturas familiares.

Por fim, estudar longitudinalmente crianças em instituições para perceber fenómenos como relações de confiança estabelecidas com jovens com PRV e outras figuras prestadoras de cuidados que tenham estabelecido vínculos gratificantes e duradouros, e até que ponto é que estes podem ultrapassar as más experiências recolhidas no passado.

No decorrer deste trabalho, e nomeadamente através do cruzamento de informações bibliográficas, pareceu-nos haver um défice de estudos que investiguem a criança como um ser integrante, de si próprio e de todo o contexto onde esteve e está inserida. Mais do que basear as preocupações nas perturbações de comportamento (o que acaba por ser relativamente simples, dada a sua característica fenomenológica), seria enriquecedor perceber, sobre diferentes aspectos como é que a realidade psíquica destas crianças se constrói. Este conhecimento, poderá possibilitar aos técnicos um olhar mais abrangente sobre a criança, para além da sintomatologia e do mero diagnóstico, facultando novas perspectivas de relação e de intervenção.

X – Bibliografia

Ainsworth, M. D. (1969). Object relations, dependency and attachment: A theoretical review of the infant-mother relationship. *Child Development*, 40, 969-1025.

Ainsworth, M. D. (1967). *Infancy in Uganda*. Baltimore, MD: John Hopkins University Press.

Ainsworth, M. D. (1989). Attachment beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716.

Ainsworth, M. D., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Ainsworth, M.D. (1964). Patterns of attachment behavior shown by the infant in interaction with his mother. *Merril – Palmer Quarterly*, 10, 51-8.

Aleixo, T. (1999). *As identificações na latência: As relações de/com objecto(s)*. Dissertação de Mestrado em Psicopatologia e Psicologia Clínica, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Amaral Dias, C., (1986). A genealogia do amor. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 3, 37-50.

Amaral Dias, C., & Fleming, Manuela, (1998). *A psicanálise em tempos de mudança - contribuições teóricas a partir de Bion*. Porto: Edições Afrontamento.

Andrade, D. I. (1982). O cuidado do menor abandonado institucionalizado, *PSICO*, 4, 49-69.

Atger, F. (2002/2004). Vinculação e adolescência. In N. Guedeney, & A. Guedeney (Eds.), *Vinculação: Conceitos e aplicações* (pp.147 – 156). Lisboa: Climepsi Editores.

Bellak, L. & Adelman, C. (1966). El test de apercepción infantil (C.A.T.). In *Técnicas proyectivas para niños* (pp. 65-90). Buenos Aires: Editorial Paidós.

Bellak, L. & Hurvich, M. S. (1966). Test de apercepción infantil com figuras humanas. In *Técnicas proyectivas para niños* (pp. 91-101). Buenos Aires: Editorial Paidós.

Bion, W.R. (1959/1970). *Experiências com grupos*. Rio de Janeiro: Imago.

Bion, W.R. (1962/1991). *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago.

Bion, W. R. (1962a). The psycho-analytic study of thinking II. A theory of thinking. *International Journal of Psycho-Analysis*, 43, 306-310.

Bion, W.R. (1963/1991). *Os elementos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.

Bion, W.R. (1965/1991). *As transformações*. Rio de Janeiro: Imago.

Bion, W. R. (1967/1994). *Estudos psicanalíticos revisados* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Imago.

Boekholt, M. (1993/2000). *Épreuves thématiques en clinique infantile. Approche psychanalytique*. Lisboa: Climepsi Editores.

Bowlby, J. (1976/2002). *Cuidados maternos e saúde mental* (4ª ed). São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1979/2001). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1969/2002). *Apego e perda*. Vol. 1: *Apego – A natureza do Vínculo*. São Paulo: Martins Fontes (3ªed).

Bowlby, J. (1973/1998). *Apego e perda*. Vol.2: *Separação – Angústia e raiva*. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1973/1998). *Apego e perda*. Vol.3: *Perda - Tristeza e depressão*. São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1988). *A secure base: Clinical applications of attachment theory*. Londres: Routledge.

Bowlby, J. (1988/1992). *A secure base, clinical applications of attachment theory*. London: Tavistok.

Bretherton, I., Ridgeway, D., & Cassidy, J., (1990). Attachment Story Completion Protocol – ASCP.

Brethertons, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28 (5), 759-775.

Brethertons, I., & Munholland, A. K. (1999). Internal working models in attachment relationships: A construct revisited. In *HandBook of attachment: Theory research and clinical applications* (pp. 89-110). New York: Guilford Press.

Brethertons, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J. (1990). Assessing internal working models of the attachment relationship: An attachment story completion task for 3-year-olds. In M. T. Greenbergh, D. Cicchetti, & E. M. Cummings (Eds), *Attachment in preschool years. Theory research and intervention* (pp. 273-308). Chicago: University of Chicago Press.

Britton, R. (1974). Mantendo coisas em mente. In *Conferências clínicas sobre Klein e Bion* (pp. 117-128). Rio de Janeiro: Imago.

Burlingham, D. & Freud, Anna (1943/1973). *Young Children in Wartime: a Year's Work in a Residencial War Nursery*. Londres: Allen & Unwin.

Butler, William (1957). A Maldição de Adão. In Arnheim, Rudolf (1966/1997). *Sobre a inspiração. Para uma psicologia da Arte - Arte e Entropia* (p. 283). Dinalivro.

Cassidy, J., (1999). The nature of child's ties. In *HandBook of attachment: Theory research and clinical applications* (pp. 3-19). New York: Guilford Press.

Chabert, C. (1980). Contenu manifeste et contenu latent au Children's Apperception Test (CAT). *Psychologie française*, 25 (2), 115-124.

Coimbra de Matos, A. (1986). ?

Coimbra de Matos, A. (2000). *A depressão*. Lisboa: Climepsi Editores.

Emde, R.N. & Zeanah, C.H. (1999). Attachment Disorders in Infancy and Childhood. In *HandBook of Attachment. Theory Research and Clinical Applications*. (pp.490 – 504) New York. Guilford Press.

Gama, A. S. (2004). *A qualidade da vinculação nas crianças institucionalizadas . A terra do nunca e os meninos perdidos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Educacional, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Golse, B. (1985/2005). *O desenvolvimento afectivo e intelectual da criança*. Lisboa: Climepsi Editores.

Greenberg, M. T., Speltz, M. L. (1988). Attachment and the ontogeny of conduct problems. In J. Belsky, & Nezworsky, *Clinical applications of attachment theory* (pp. 177-218). Hillsdale, NY: Earlbaum.

Grinberg, L., & Grinberg, R. (1976/1998). *Identidade e Mudança*. Lisboa: Climepsi Editores.

Grinberg, L., (1976/2001). *Teoria da identificação*. Lisboa: Climepsi Editores.

Grinberg, L., Sor, D., & Bianchedi, E. T. (1973). *Introdução às ideias de Bion*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

Grinberg, León (2000). *Culpa e depressão*. Lisboa: Climepsi Editores.

Guedeney, N., & Guedeney, A. (2002/2004). *Vinculação: Conceitos e aplicações*. Lisboa: Climepsi Editores.

Harlow, H. e G. (1960). Primary affectional patterns in primates, *Amer. Journal of Orthopsychology*, Vol.30.

Hinshelwood, R. D. (1991/1992). *Dicionário do pensamento kleiniano*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Houzel, D., Emmanuelli, M., & Moggio, F. (2000/2004). *Dicionário de psicopatologia da criança e do adolescente*. Lisboa: Climepsi Editores

Howes, C. (1999). Attachment relationships in the context of multiple caregivers. In *HandBook of attachment. Theory research and clinical applications* (pp. 671-687). New York: Guilford Press.

Howes, C., & Hamilton, E., C. (1992). Children's Relationships with caregivers: Mothers and child care teachers. *Child Development*, 859-866.

Klein, M. (1991). Notas sobre alguns movimentos esquizóides. In *Obras completas de Melanie Klein: Vol.3. Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago.

Laplanche, J., Pontalis, J. (1970). *Vocabulário de psicanálise* (5ª ed). Lisboa: Moraes Editores.

Lebovici, S. (1983). *Le nourrison, la mère et le pyichanalyste: Les interactions precoces*. Paris: ed. Paidos / Les Centurions

Lebovici, S. (1991). La teorie de l'atachement et psychanalise contemporaine. *Psychiatrie de l'enfant*, XXXIV (2), 309- 339.

Lemaire, A. (1977/1982). *Jacques Lacan. Uma introdução*. Rio de Janeiro: Campus.

Lichtenstein, H. (1963). Towards a metapsychological definition of the concept of self» e « The dilema of human identity». *J.Am. Psycho-Anal.Ass*, XI, 1.

Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood and adulthood: a move to the level of representation. In I. Bretherton, & E. Waters (Eds.),

Growing points of attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development, 50 (1-2), 66-104.

Main, M., & Cassidy, J. (1988). Categorize of response to reunion with the parents at age six: Predictable from infant attachment clarification and stable over a 1-month period. *Development Psychology, 24*, 1-12.

Main, M. (1999). Attachment theory. Eighteen points with suggestions for future studies. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications*. NY: The Guilford Press.

Malcom, R. (1974). Como se: O fenómeno do não aprender. In *Conferências clínicas sobre Klein e Bion* (pp. 129-140). Rio de Janeiro: Imago.

Malpique, C. (1990). *A ausência do pai*. Porto:Edições Afrontamento.

Marta, R. (2003). *A maçã envenenada: Vinculação e relação de objectos na bulimia nervosa*. Dissertação de Mestrado em Psicopatologia e Psicologia Clínica, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Meltzer, P. (1988/1995). *A apreensão do belo: o papel do conflito estático no desenvolvimento, na violência e na arte*. Rio de Janeiro: Imago.

Miljkovitch, J. (2002/2004). A vinculação ao nível das representações. In N. Guedeney, & A. Guedeney (Eds.), *Vinculação: Conceitos e aplicações* (pp.45-53). Lisboa: Climepsi Editores.

Miljkovitch, J. (2002/2004). Avaliação da vinculação no bebé. In N. Guedeney, & A. Guedeney (Eds.), *Vinculação: Conceitos e aplicações* (pp.89-99). Lisboa: Climepsi Editores.

Miocque, D. (2002/2004). Aspectos transculturais do conceito de vinculação. In N. Guedeney, & A. Guedeney (Eds.), *Vinculação: Conceitos e aplicações* (pp.65-70). Lisboa: Climepsi Editores.

Montagna, M.E. (1989). *Análise e Interpretação do C.A.T. (Teste de Apercepção Temática infantil)*. São Paulo: E.P.U.

Oliveira, R. A. (2000). Do vínculo às relações sociais: Aspectos psicodinâmicos. *Análise Psicológica*, 18 (2), 157-170.

Pedro, J. C. Gomes (1985). *A relação mãe-filho: influência do contacto precoce no comportamento da diáde*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Pierrehumbert, B. (1992). La situation étrange, *Devenir* 4.4, pp. 69-93.

Rabouam, Catherine (2002/2004). A vinculação ao nível das representações. In N. Guedeney, & A. Guedeney (Eds.), *Vinculação: Conceitos e aplicações* (pp. 45-53). Lisboa: Climepsi Editores.

Rausch de Traubenberg, N. & Chabert, C. (1982). Tests de projection de la personnalité chez l'enfant. *Encycl. Méd. Psychiatrie*, 37190B,10.

Resende, A. M., Dias, C.A. & Zimmerman, D. E. (1998). *Bion hoje*. Lisboa: Fim de Século Editores. [(1996) – I Seminário Internacional sobre a Obra de W.R. Bion, 18,19 e 20.]

Rutter, M., & O'Connor G. T. (1999). Implications of attachment theory in child care policies. In *HandBook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 823 – 844). New York: Guilford Press

Saint-Exupéry, A. (2001). *O Príncipezinho* (20ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Sanders, C. (1999). *Grief: The mourning after. Dealing with adult bereavement* (2nd ed). New York.

Santos, M. (2003). *Processos simbólicos e criativos numa criança com depressão: O método rorschach* (Monografia de Licenciatura em Psicologia Clínica). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Shentoub, V. (1983). Teste de Apercepção Temática: teoria e método. *Análise Psicológica*, 4 (1), 23-30.

Slade, A. (1987). Quality of attachment and early symbolic play. *Development Psychology*, 23, 78-85.

Soares, I. (1998). *Representações da vinculação na idade adulta e na adolescência*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

Solomon, J., & George, C. (1999). The measurement of attachment security in infancy and childhood. In J. Cassidy, & P. R. Shaver (eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications*. NY: The Guilford Press.

Spitz, R. (1945). Hospitalism: an inquiry into the genesis of psychiatric conditions in early childhood. *Psychoanalytic Study of the child*, 1, 53 – 74.

Spitz, R. (1965/2000). *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes.

Sroufe, L. A. (1988). The role of infant-caregiver attachment in development. In Belsky & Nezworski (Eds.), *Clinical implications of attachment* (pp. 18-38). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Symington, J., & Symington, N. (1997/1999). *O pensamento clínico de Wilfred Bion*. Lisboa: Climepsi Editores.

Vale, A. (2005). *A comunicação em sujeitos adultos com história infantil de maus tratos: Estudo através do rorschach*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Legal, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Veríssimo, M., Monteiro, L., Vaughn, B. E., & Santos, A. J. (2003). Qualidade da vinculação e desenvolvimento sócio-cognitivo. *Análise Psicológica*, 21 (4), 419-430.

Waters, H.; Rodrigues, L.; Ridgeway, D. (1998). Cognitive underpinnings of a narrative attachment assessment, *Journal of Experimental Child Psychology*, 7(3), 211-234.

Winnicott, D. W. (1958/2000). *Da pediatria à psicanálise, obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (1965). The developmental of the capacity for concern. In D.W. Winnicott (Ed.), *The maturational process and the facilitating environment* (pp.73-82). New York: International Universities Press.

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (1984/2002). *Privação e delinquência* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Winnicott, D.W. (1982). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D.W. (1960). *Ego distorcion in terms of true and false self*. Londres, Heinemann.

Zazzo, René (1974). A Vinculação – “Attachement”, *Colecção Educação e Reabilitação*, Sociocultur. Divulgação Cultural

Zimmerman, D. E. (2004). *Bion da teoria à prática: Uma leitura didática* (2ª ed.). Porto Alegre. Artmed Editora.

ANEXOS

ANEXO A

Sujeito A -10 anos

CAT-A

1 – era uma vez, não sei o nome deles. Era uma vez dois pintainhos e um porco (“*o do meio*”) todos os dias comiam, às 10.30m da noite e enchiam o prato cheio de comida. Há dois que não comiam. “A galinha é que fazia a comida, e está a ver eles comer; antes da comida estava a fazer comida e a por a mesa”.

2 – era uma vez três lobos a fazer um concurso de puxar a corda mas o pequeno e o filho estavam contra a mãe, contra a mãe, só que a mãe ficou assustada por causa que o filho a empurrar, como a mão ficou assustada o pai e o filho ganharam.

3 – era uma vez um leão com a sua bengala e com o seu charuto. Tinha um ar tão triste e havia um rato a espreitar e o rato estava a pensar o que é que ele tinha. O leão estava à espera de uma coisa que precisava para o seu castelo, o rato não foi chatear o leão porque ele tinha medo. “Mas como ele estava triste ele foi lá falar com o leão e o leão diz assim: que é que queres? - E o rato diz: que tens leão? Estás sempre todos os dias com a bengala? – estou velho! – tás velho? – claro que estou velho, não passo de um velho, com os meus cabelos tão grandes, parece que tão velhos – Claro que não estão. E foram a outro castelo e assim a história acabou; o que faltava ao leão eram pessoas que não o vão visitar, amigos que estão noutra castelo”.

4 – era uma vez um canguru que estava no bolso do pai, o pai andava mais que o filho só que o filho não tinha muito tempo para chegar primeiro que a mãe à loja. A mãe disse anda mais depressa e o filho dentro da bolsa dizia: não ando mais depressa. Só apra a mãe chegar primeiro andou mais devagar. Só que o canguru bebé

é muito esperto e dizia: não podemos ir à loja primeiro? – primeiro temos de ir para casa!! – então a mãe pensou e disse que ia loja e disse: levo aqui este cesto, que trouxe, para ir à loja comprar comida, senão passamos fome.

5 – dois: uma mãe e um pai e dois filhos. Estavam sempre a dormir, só que os não queriam dormir e ficavam com a cara triste até assustavam. Só que tinham medo de se deitar sozinhos e depois o pequeno disse: não tenho medo de dormir sozinho. – e o outro diz: porque não tens? – tás ao lado de mim e por isso não tenho medo de dormir sozinho. E a mãe e o pai diziam: cala a boca. Eles continuavam a falar e passados 5 minutos dormiam. Passados 5 minutos acordaram e falava o pai. A mãe estava a dormir e o pai acordado a ouvir o barulho, a ouvir eles a falar. Calem a boca – disse o pai, são horas, era meia-noite, disseram ao pai está bem e até amanhã.

6 – era uma vez três lobos só que o filho estava acordado e o pai e a mãe estavam a dormir e o filho a pensar numa coisa. Então o pai acordou e foi dizer ao filho: que é que tens? E o filho disse: não tenho nada. Como ele disse não tenho nada o pai achou que ele tinha uma coisa com aquela cara tão triste. O pai pensou, pensou nunca mais adivinhava o que era que ele tinha. O pai disse: como é possível que eu nunca adivinhe que ele estava com a cara tão triste? – o filho saiu de casa e o pai e a mãe acordaram e disse o pai: filho? Então, como ele não respondeu, a mãe disse: se calhar não estava aqui a dormir, saiu para ir brincar com um amigo e ficaram os dois na cama enquanto o filho estava a brincar. E ficaram tão contentes eles pelo filho ir brincar, então disseram pai e mãe disse: estamos tão sossegados! Ficamos assim... tão felizes para sempre.

7 – era uma vez um tigre a correr atrás de um macaco, ele não o conseguiu apanhar o macaco e o macaco escondeu-se no sitio que o tigre não conseguia apanhar, mas o tigre foi para o outro lado, foi para outro lado (*demora um minuto*) não consigo fazer muito bem. “O macaco estava a provocar; queria o filho dos tigres”.

8 – era uma vez o pai, o filho e a mãe e a tia. O pai estava a falar com o filho sobre o Natal, o filho dizia ao pai que queria uma penda e o pai diz que ainda não é Natal. Todos os dias o macaco continuava a dizer isso mais os pais já o avisou tantas vezes e a tia a falar com o pai sobre o Natal, a tia dizia que o Natal é sempre bom. “Ele

queria um carro telecomandado; não costuma ter prenda porque o pai diz que nunca é Natal”.

9 – era uma vez um coelho no quarto de castigo uma semana. Ficava com uma cara tão chateada até com a porta aberta sem brincar e sem brinquedos. Não podia sair do quarto até que o pai disse: ela fez uma coisa grave, é não resmungar com o pai, começou a resmungar...olha!! O pai não deu mais que duas semanas de castigo, o pai prefere ela ficar uma semana de castigo. Ela continuava que quer sair do castigo, o pai disse que não!! Ela disse outra vez e o pai não disse nada, foi-se embora e deixou ela sozinha no quarto. “Ela, a Bruna, bateu num menino; a mãe não fez nada, porque não tem nada que se meter”.

10 – um cão e uma cadela que andavam a brincar na casa-de-banho, o cão em cima do banco e a cadela brincava na casa-de-banho, enganei-me...não é o cão a brincar, é o cão a bater na cadela. Enganei-me. “Bateu-lhe porque não se deve brincar na casa-de-banho, nem com toalhas”.

HVC

Quebra - Gelo: “Bolo de Aniversário”

Bolo de anos, aparece o vizinho para entrar na festa e a avó vai ter com ele e pergunta: quem é o senhor? E o senhor chama-se Liliana.

- Pode entrar na festa? É uma nova vizinha.

Apresenta-a ao filho, ao avô, à filha.

E quem fazia anos era o filho, fazia 7 anos.

A mãe prepara os bolos e já tá. E começam a cantar os parabéns, e depois distribuem os presentes.

O da vizinha oferecia uma camisola (preta)

O avô, uns ténis.

A irmã oferecia uns bonecos.

E a avó oferecia um carro telecomandado.

E no fim de todos darem os presentes ao filho, foram ao cinema ver um filme dos incríveis.

Foram ao cinema compraram pipocas tiveram na fila. E a vizinha pergunta, ao fim, qual era este filme, porque nunca tinha visto um filme. Então a avó explica primeira parte e o avô explica a outra.

E a vizinha percebeu tudo, só não percebeu qual era a missão deles. Então o avô explica: - a missão deles – explica à vizinha - matar os maus e os maus diziam aos incríveis que não haviam super heróis.

Só que o filho não percebia então o avô disse que existia super heróis e no fim houve um monstro que transformou-se outra vez puseram uma máscara para irem atacar. Havia continuação mas não fizeram o filme dessa continuação.

No fim do filme – gostaram do filme- todos foram para casa. E a vizinha começou a conhecer mais deles, a perguntar os nomes quando faziam anos e conheciam novos amigos.

1ª História: “Sumo Entornado”

Então o Rodrigo vai à cozinha buscar um guardanapo, limpa com o pano e depois levanta o copo /limpa o copo /muda o copo e foi buscar uma esfregona para limpar o chão.

Depois de fazer tudo, senta-se à mesa outra vez e a avó vai buscar a comida. A comida era frango com batatas fritas e salada e isso tudo. Põe no Rodrigo, depois na filha e depois no avô e começa a comer.

E o R (posso trocar os talheres?) A avó diz ao R – ‘tá mal porque os talheres é o garfo desse lado esquerdo e a faca do lado direito. Não, ‘tá mal. E o R troca. E a avó começa a pôr a água.

E o avô disse assim para a Rute (?) – filha como vai a escola?

E a filha diz assim: - vai tudo bem.

E a irmã perguntou para o R: - R qual é as notas que tu tiveste?

E o R não diz porque está com medo dos pais saberem que teve nega e a irmã teve positiva.

Como a irmã perguntou isso ao R., a avó pergunta ao R quantas negas ele teve.

R – teve 5 negas.

E a avó fica chateada com as negas (a mãe fica chateada com as negas do miúdo/dele)

E ele diz: mãe não faz mal ter negas

M: Faz, faz, precisas passar de ano.

R: Mãe, ainda há muita escola,

M: Então se há tens de estudar mais.

E ela põe-o de castigo. E ele não quer ficar de castigo, refila com a mãe e o pai, quando o pai fala com ele, ele já não responde. E o pai, então o pai é o que tem de pôr de castigo. Porque os filhos percebem mais os pais.

Acabam de jantar e vão ver televisão, jornal. Então aparecem acidentes na auto-estrada. Então o R pergunta assim ao pai: - porque é que eles “deslizam”?

P: Porque andam muito depressa na auto-estrada. A 120, 130.

E o R pergunta ao P: oh pai, não é proibido andar a 120?

P: de vez em quando, às vezes por andarem a 120 pagam multa.

R: pagam multa de quanto?

P: 100 e tal € ou 200

R: é muito

A avó e a filha pergunta ao P: porque temos de ir à escola?

P: temos de ir para a escola aprender a estudar e tirar um curso, quando fores mais velho fazeres esse curso e trabalhar.

2ª História: “Joelho Magoado”

Então o avô telefona para a ambulância e o R diz assim:

- Avô não quero ir para o hospital, tenho medo de levar uma pica.

- não é uma pica filho, é só para ir ver como está o teu pé se está partido ou não, para seres operado.

- ihhh

R para a M: ihhh. Não dói ser operado?

M: um bocado

O R não queria ir para o hospital ao princípio e a mãe explica tudo e o R entendeu e foi para o hospital.

Está no hospital, e diz assim a M: a mãe vai para casa com a filha e o Avô fica e o Vizinho não queria que a M e a filha fossem embora, tinham de ir todos juntos. Passado umas horas foram-se os três embora para casa e o R fica sozinho no hospital. Passado no outro dia o R não queria comer comida do hospital porque era comida sem sal e enjoava. Depois vai o P e a M e a F visitar ele.

R: oh M traz-me a comida de casa

M: oh filho não posso, a comida do hospital é que é boa, tens de comer comida sem sal senão não ficavas curado.

R: oh, não ficava. Podia ficar.

M: não ficavas.

O médico vai ter com o R e diz assim: R vais ser operado daqui a 2 dias. O R fica um bocado com cara de quem não quer ser operado.

O R vira-se para o avô (e a filha como nunca fala, está sempre calada, nunca se preocupa com o R.) O pai diz assim ao R: F vais ser operado porque tens a perna partida e acho que vais ficar duas semanas ou uma no hospital. E depois vão para casa e passado uns dias e a irmã já sente falta do R, dizia aquelas coisas que não se preocupava, mas agora já sente falta.

E a F pergunta assim para a M: posso ir ver o R?

M: F, agora queres ir ver, agora que chegamos do hospital, chegamos a casa, agora queres ir ver o R outra vez?

F: já sinto falta. Pai podes-me levar? A M não quer.

E os pais levam.

R: disseste que não te preocupavas comigo.

F: disse isso por dizer

R: disseste por dizer, está bem

F: estou preocupada contigo

Vão para casa, passado uns dias o R vai ser operado e disse a um homem: pode telefonar para os meus pais virem? – não sei se posso, - então não quero ser operado.

O homem telefona e eles vieram, mas não podiam entrar e o R queria que os pais entrassem para ser operado. Os pais não podiam e o R vai ser operado e chora, chora. Depois no fim tinha que andar de muletas e não queria, queria andar sem muletas. Então, e a mãe explicou-lhe porquê. E a filha ficava sempre a cuidar do R a ver um filme enquanto os pais iam trabalhar.

3ª História: “Monstro no quarto”

Então o pai explica-lhe. R não existem monstros.

- existe, existe, no meu quarto vi um monstro.

O pai diz a mesma coisa: R não existe monstros (com tom de voz menos paciente).

E então o R vira-se para a M: então porque é que a Liliana não vem dormir?

M: oh, já vem.

P: R vai já para a cama

E o R não vai. Então – só vou quando a Liliana for para a cama

Então como a Liliana estava a demorar muito ele foi-se deitar.

A Liliana perguntou à M: onde é que eu vou dormir?

M: tão, onde é que vais dormir, tão como não há outra cama vais dormir no chão.

L: porque é que tenho de dormir no chão?

M: é a cama do R, não vou tirar o R agora que ele já está a dormir.

Então como não havia nada, dormia no chão sem cobertores, sem nada.

P: filha vai dormir. Dorme no chão.

M: ohh avô temos de comprar manta que é mau dormir sem mantas. – Mantas? –

Sim, não há mais mantas, o R tem de dormir numa cama sozinho.

M: e se pusessemos o R a dormir no chão e a F na cama?

A: o R vai refilar, agora o R ‘tá a dormir, vamos tirá-lo da cama?

M: amanhã falamos disso. Temos de comprar uma cama. Amanhã falamos.

4ª História: “Partida”

‘Tão, vão para o jardim, ficam aqui a brincar e vem a vizinha a andar, olha para um lado, olha para o outro lado e vê os vizinho se, como já tinha esquecido os nomes.

V: olá meninos

2: olá vizinha

V: como é que te chamas? Já não me lembro do teu nome

F: chamo-me Liliana

V: e o teu irmão? Já não me lembrava.

F: este é o R.

Continuam a brincar e a V: - os vossos pais?

2 - foram passear.

V: para onde?

R: não tens nada a ver com isso.

L: não sejas mau

R: ela é chata

L: tu é que és. És chato também.

O R e a irmã começam a discutir.

V: mas discutem por minha causa

F: o R é muito teimoso.

E como ele é muito teimoso vira-se para V e dá-lhe um pontapé e a V aleija-se. A L vai ter com a V, a V 'tá aleijada e a Liliana ajuda a V a levantar-se. A V levanta-se e vira-se para o R: R és mau.

R: não sou nada mau, eu sou bom.

F: tu não és bom, és um mau irmão. Não quero falar contigo.

Pronto a irmã e a V vão-se embora (ficam aqui) e o R fica a olhar para elas mas elas estão a brincar e o R vai lá ter e diz: ah desculpa.

V: desculpa!? Só agora? Porque não pediste no princípio?

F: aceita a desculpa do meu irmão.

V: não faz mal, eu entendo

Ficam os 2 à espera dos pais sozinhos (no jardim).

Experimentador: “E o que sentem enquanto esperam?”

Medo / costumam ficar com os pais. Pois ficavam com medo.

R: Liliana, então os pais?

F: os pais foram passear

R: para onde?

F: para onde não sei, os pais não disseram

R: então e vamos ficar aqui? Não vamos dormir aqui no jardim, não vamos ficar aqui a noite toda. É que já é quase meia noite.

E o R fica com medo, fica com medo do escuro. E eles ficam ali no jardim sozinhos.

F: conheces a casa? – não – sabes onde vivemos? – não.

Então como não sabiam, tinham de ficar por aí e como os pais não apareciam ficavam, ficavam, e o R já ficava cheio de medo. Então os pais nunca mais apareciam.

5ª História “Reencontro”

Procuram os pais, é quase de manhã, procuram e os pais saíram do carro.

Pais: ‘Tão filhos

R assusta-se. Ai P assustaste-me , pensei que eram ladrões.

P: ladrões?

F: onde foram P?

P: fomos dar um passeio.

F: onde? Demoraram tanto tempo. Um dia

P: como já era muito de noite não podemos sair.

F: pais, nunca nos deixem sozinhos. O R estava com medo

R: eu não estava nada com medo. Tu é que estavas com medo Liliana.

F: oh R não tavas com medo? R estavas com medo sim.

Agora vão para casa.

História que mais gostou: mesa, tinha mais coisas.

História que menos gostou: última, os pais deixaram o R, os filhos sozinhos e eles cheios de frio, não tinham para onde ir e os pais chegaram só de manhã.

História que podia ter acontecido: Mesa. Perguntas sobre as notas e se me estou a portar bem.

ANEXO B

Sujeito B – 10 anos

CAT - A

1 – era uma vez uma mãe, uma galinha digo, que tinha criado 3 filhos. Depois foi buscar umas tigelas e uma mesa e por uma colher e cadeiras e depois foi buscar comida para os pintainhos. “Antes estavam a tomar banho e depois foram dormir”.

2 – era uma vez três ursos, posso dizer os nomes? Chamado Sandro, Luís e Marco Aurélio. Depois foram buscar uma corda. Eu a puxar de um lado e o Luís e o MA a puxar de outro lado a corda e depois começaram a puxar. “Ganhei eu; estou sozinho porque sou o mais forte”.

3 – era uma vez um leão e um rato e depois o leão estava muito cansado e sem nada para fazer e estava com muita fome e era capaz de comer um rato. Depois ele achou um rato no buraco ao lado da sua cadeira e depois o leão comeu o rato e depois foi fumar um charuto.

4 – era uma vez três cangurus que a mãe levava os dois miúdos para a escola. A mais velha ia de bicicleta e a mais nova ia no saco do canguru grande, depois a mãe levou-os para a escola. Quando chegaram à escola a mãe deu o lanche ao canguru mais velho porque ele ia de passeio. Depois a mãe foi para casa e é só.

5 – era uma vez dois ursinhos, não 3 ursinhos, 3 ursos depois os mais pequenos ficaram a dormir a mãe também foi dormir. Depois acordou, não, os bebés começaram a chorar e depois a mãe foi ver o que se passava e o que se passava é que tinham sede. “O pai tinha morrido”.

6 – era uma vez três ursos que estavam a dormir numa gruta. Depois eles acordaram e o pai foi buscar comida para a família, depois quando ele chegou, ele pôs uma fogueira para aquecer a mãe, o filho e o pai. Depois (*demora muito tempo*) depois

quando chegou a noite eles começaram a dormir e já está: não gostei muito desta “porquê?... nada”.

7 – um tigre e um macaco, o macaco estava a fazer macaquices para o tigre, o tigre estava a dormir profundamente, depois o macaco gritou para o tigre se assustar. Depois o tigre levantou-se para dar cabo do macaco, depois o tigre comeu o macaco “o macaco era muito chato e incomodava o tigre”.

8 – 4 macacos, que tinham, tavam em casa, não! Enganei-me... estavam a visitar uma casa, enganei-me. Depois eles beberam um chá, depois o macaco estava com muito sono e depois foram para casa dormir. Só um - “o mais pequeno, a quem está a ser apontado o dedo, para ele não se sentar no chão”- ficou a ver Tv.

9 – um coelho doutor que estava muito cansado porque fez muitas consultas. Depois era de manhã e ele foi dormir um bocadinho, depois ele acordou e ele estava atrasado para ir trabalhar (*puxa os cabelos*) depois quando chegou ao trabalho já todos tinham ido embora. Quando chegou a casa ele dormiu outra vez “ele precisava de apanhar ar, por isso é que estava tudo aberto”.

10 – era uma vez (*ri*) uma cadela e um cãozinho (*demora um minuto*) quando era de noite o cão (*grande agitação motora*) foi tomar banho, depois quando o cão, o cãozinho acabou de tomar banho, a cadela foi limpá-lo, depois estava a gritar e a cadela gritou mais alto (*demora um minuto*) e depois a cadela e o cão foram dormir (*começa com soluços*).

HVC

Quebra-Gelo: “Bolo de Aniversário”

Cantaram os parabéns e partiram o bolo e pediram os desejos.

Posso dizer um qualquer?

Pedi um computador

Pode ser um qualquer também?

Foi o filho.

(ela?) Uma boneca.

1ª História: “Sumo entornado”

(dos cinco sujeitos, é o único que arruma a mesa de forma diferente. A disposição dos pratos é diferente).

O José (nomeia a figura – irmão).

Vai buscar a vassoura e varre os bocados do vidro e deita no lixo... o copo.

E deita os vidros para o lixo.

E limpar a água que estava no chão.

E mais nada.

2ª História: “Joelho magoado”

Levam-no para a enfermaria mais próxima.

Depois tratam dele.

Ficou com o joelho partido.

3ª História: “Monstro no quarto”

Não sei.

Não havia monstro nenhum.

Ele estava a brincar, para os pais irem ver o que se passava.

(os pais foram ver?) Foram e era a brincar.

(e o monstro) Não sei.

4ª História: “Partida”

Eles vão brincar para o parque e a avó fica aqui sentada no banco.

Depois... depois os pais voltam.

Os pais perguntam a avó se eles se portaram bem

E ela diz que sim.

(e os pais?) Não aconteceu nada. Levaram eles para casa.

(que fizeram?) Foram dormir. Foram ver televisão.

5ª História: “Reencontro”

O sujeito faz uma ligação das duas histórias, mesmo quando surge a tentativa de as manter ainda fechadas, o sujeito não as difere, nem isola.

(Gostou mais?) Desta aqui. Porque é mais fixe.

ANEXO C

Sujeito C – 9 anos

CAT – A

1 - Era uma vez um galo, três galos mais um galo que tavam a comer. Não! Meteram um gelado nas três taças e começaram a comer. “Antes de irem para a mesa estavam a olhar para a taça; depois há mesa pegaram nos talheres, meteram o pano; Depois olharam para a taça, brincaram à apanhada, às escondidas e isso; A galinha é uma galinha que eu conheço, eu sei, seu sou muito bom, muito bom, eu sei histórias”.

2 - Eu sei histórias. Isso é muito fácil. Era uma vez dois ursos, dois ursos que estavam a puxar uma corda. Era um contra dois e a puxarem uma corda. Era um pequeno, um grande e um mais grande e o grande tava-se, tava a perder, tava a cair. Os outros não caíram, ai, ai, ai, parece que ele nunca apanha castigos. “Eles eram o pai e a mãe, o filho está ao pé da mãe e ganharam ao pai, mas era uma brincadeira”.

3 - Era uma vez um leão sentado no sofá e era muito velho e fumava um charuto cubano e tinha um pau encostado ao sofá (“é um grande pau, esticado, para andar.”O ratinho não interessa, é só um rato”.

4 - Era uma vez um canguru que tava a andar de bina e a mãe comprou comida e andava aos saltos. Eram dois cangurus, um filho e uma mãe, uma mãe, mais nada “eles iam para casa, vinham de uma loja de compras, compraram comida. Dentro da barriga está outro canguru, outro filho que também está a nascer...é bebé. Também está dentro da barriga”.

5 - Um quarto, uma janela, uma cama e outra cama, um candeeiro e uma cama que estava lá e tinha um urso deitado. Mais nada. “Não há aqui ninguém, senão estava uma pessoa”.

6 - Era uma vez um urso que estava deitado e um filho que estava a olhar, que tá assim, é uma coisa pa cima, é uma coisa, um tubo ou o que é, como eles dizem. “Ele

estava a olhar para um pássaro. Quem são eles, a mãe, o pai e o filho, antes estavam a dormir e depois, não sei”.

7 - Era uma vez um leão que tava a caçar um macaco na floresta e mais nada. “O macaco não se deixou apanhar pois fugiu para a árvore, e o leão ficou à espera...e à espera.....”

8 - O pai, a mãe e a madrasta que tava a falar com o neto “vai comprar coisas”, neto não, pode ser a mesma coisa que filho e tava aqui uma coisa pendurada da avó... É uma foto. “A mãe e o pai ainda falam, da família, da família boa”.

9 - Era uma vez uma janela, uma porta e uma cama e um coelho a chorar, não na cama a chorar, mais nada. “Ele está a chorar porque está sozinho, eu também já estive muito, muitas vezes sozinho no quarto. Não é para falar de mim é p’la dizer, só pa dar o exemplo. Este era eu e tava sozinho no quarto e chorei mas parei é só um exemplo, pois estou em casa, a porta está fechada, não estava aberta...tá fechada.

10 - Era uma vez uma sanita e um cão que andou a brincar com a cadela. Brincavam sempre à luta na brincadeira e andam sempre a brincar e a ladrar. Já tá. “Já tá, tou cansado”.

HVC

Quebra – Gelo: “Bolo de Aniversário”

Cantaram os parabéns.

Cortaram o bolo. Depois comeram

1ª História: “Sumo entornado”

João.

Vai buscar o pano, limpa a mesa, depois seca com um pano seco e depois começa a comer o bolo.

2ª História: “Joelho magoado”

A avó foi ajudá-lo, tratou-lhe da ferida, pôs-lhe um penso e depois ele ficou melhor. Depois brincaram juntos.

(quem brincou) A irmã, o João, a avó e o avô.

3ª História: “Monstro no quarto”

A avó foi ver o que se passa, viu um bicho, foi buscar uma vassoura e tirou o bicho do quarto. Depois o João e a irmã dormiram em paz.

(então e o monstro? Havia monstro?) Não.

(o que era?) Era uma barata e a avó matou-a.

(depois de matar a barata?) Depois foram dormir.

Dormiu bem

4ª História: “Partida”

Ficou a mãe o irmão e a irmã em casa com a mãe. Ficaram a ver televisão, os irmãos foram brincar, fizeram jogos. Depois foram jantar, viram televisão e depois foram para a cama.

5ª história: “Reencontro”

(dia a seguir)

Os irmãos foram ver os avós e depois disseram: avós! Olá meninos.

Agora vamos para dentro. E depois foram para dentro, os avós, o avô e a avó brincaram viram televisão com eles depois deram beijinho nos avós e na mãe e depois foram para a cama.

Desta. Dos avós a regressar. Porque gosto. “Gosto quando vou ver os avós... Olá avó”.

Sim. Esta.

ANEXO D

Sujeito D – 10 anos

CAT - A

1 - Era uma vez dois pintainhos a comerem um gelado ao pé da mãe. É só. “Afinal são três, antes estavam a pedir comida à mãe e depois da mãe dar, não fizeram mais nada a não ser comer o que a mãe deu”.

2 – era uma vez eles a jogar um jogo de quem puxa mais, só que um fez batota pisão 2 contra 1. “são todos amigos, costumam brincar poucas vezes juntos, por isso um fez batota.”

3 – Não consigo, não sei.

4 – Era uma vez dois ratos que estavam a roubar e ele fugiu com a bicicleta, mais nada “os pequenos? Não sei, são amigos do rato maior. Mãe é a da bicicleta”.

5 – São dois ursos e não sei nada sobre isto. “Estão dentro de casa”.

6 – Era uma vez três, dois ursos a dormir dentro de uma caverna, mais nada “são todos amigos”.

7 – Era uma vez um leão que queria comer o macaco, mais nada “porque o macaco tinha carne boa”.

8 – Era uma vez macacos que estavam a dormir e a ver TV dentro da sala, mais nada “são todos amigos, o mais pequeno é amigo também, mas é pequeno”.

9 – Era uma vez um coelho que estava a dormir, que estava com medo do escuro. “Porquê? Porque sim; costuma estar sozinho, é normal ele dormir sozinho em casa”.

10 – Hum ...Um cão a ensinar outro cão a andar, e mais nada “são amigos ; está a ensinar a andar, já tinha dito”.

HVC

Quebra –Gelo: “Bolo de Aniversário”

Ficamos com a avó. Não, não, tira-se a avó.

É um vizinho.

(não pertence à família?)

Não.

Pai, vizinho, filho, filha.

Bolo de anos, festa de anos.

Cantaram os parabéns, mas falta saber de quem são os parabéns (...) À mãe.

Depois comeram o bolo, fizeram uma festa, depois fizeram a festa até chegar o tempo de dormir.

Depois o vizinho foi-se embora e a família foi dormir.

1ª História: “Sumo Entornado”

(Põe a mesa, pratos de cor igual ao dos copos, põe a família à mesa).

O Rodrigo vai buscar o pano e limpa a mesa.

O que é que a mãe pensa?: “o filho faz bem, corrigiu o que fez” Pára por aí, não refila mais.

2ª História: “Joelho Magoado”

Sim. Não (não costuma passear no jardim)

Sim (ir à biblioteca)

O pai e a mãe pegaram-no levaram-no para casa para meter gelo. Depois disse que tinha o joelho partido e levaram-no para o hospital.

No hospital curaram-no. Ficou lá 2 dias e passou a usar muletas. Os pais 2 em 2 dias iam vê-lo / todos os dias (outra resposta).

(o que sentiram os pais do filho no hospital?) – Tristeza
(a irmã) – A mesma coisa, tristeza.

3ª História: “Monstro no quarto”

Os pais dizem: - Os monstros não existem.

Meteram-no na cama e contaram-lhe uma história. Foi para a cama e a mãe foi contar a história.

Conta a história, e não sei (...) Eram 5 carneiros que andavam a saltar...

Vai dormir sossegadinho.

4ª História: “Partida”

Pergunta-se o que é que ele está ali a fazer (o carro)

Vão os filhos

Os filhos vão passar o dia com o vizinho.

Falaram e viram televisão. Depois quando o vizinho adormeceu foram para casa.

(quem estava em casa?) – Uma babysitter.

Sentiram tristeza, porque não queriam que os pais não tivessem ido embora (outra resposta) – queriam ir com eles.

5ª História: “Reencontro”

Os filhos vão a correr ter com os pais.

(vizinho) – Os pais dão-lhe uma recompensa por ter cuidado bem dos filhos deles.

Já está

Gostei de todas, todas

ANEXO E

Sujeito E -10 anos

CAT - A

1 - Era uma vez uma família de manhã acordou para tomar o pequeno-almoço e depois um deles ficou a dormir e eles não deram o pequeno-almoço e depois eles foram-se embora trabalhar e ele ficou lá “quem ficou a dormir é outro que não está na figura; a mãe não fez nada, já estava na mesa o pequeno-almoço”.

2 - Era uma vez dois ursos que fizeram uma aposta para ver quem era o mais forte e então foi dois contra um. Quem ganhou foi este (“o que está sozinho”) e depois foram todos para a montanha e juraram nunca mais fazer aquilo (“a aposta”). “Eles são todos amigos, excepto aquele dois que são irmãos”.

3 - Era uma vez (“demora um minuto”) isto é um leão? Isto é um leão?... Era uma vez um leão que tinha um sonho muito importante, ser rei e depois foi para a cadeira e pensou como podia se rei e depois conseguiu e foi para a selva e foi explicar o sonho dele “o sonho?... não sei bem qual era; o rato não foi para a selva, ficou em casa, ele foi sozinho”.

4 - É pá, não percebo nada, o que é isto? São dois cangurus que fizeram uma corrida para ver quem chegava primeiro ao supermercado e depois fizeram corridas e quem ganhou foi o maior, a mãe. Então foram para casa, comeram, almoçaram, fizeram uma sesta e depois acordaram, lancharam um bolinho e depois passado um bocado jantaram “o pequenino não sabia saltar, por isso é que ia na barriga”.

5 - Não há bebé? Porque está aqui isto? São dois ursinhos? Era uma vez um casal de namorados que se casou e depois foram para Roma e os de lá de Roma não lhes queriam alugar quartos de hotel de lá e voltaram e foram para casa e dormiram no hotel onde estiveram e de manhã foram arranjar um hotel e depois arranjam muitos amigos e viram outra vez a casa deles, que não sei qual é, nem onde é, e acabou a

história. “Os ursinhos pequeninos ficaram em casa a dormir, mas só existem porque está isto aqui”.

6 - Isto é o quê? Também é uma família? Eles tinham uma caverna muito quente e depois estava muito frio e o pequeno (“o primeiro”) foi dizer aos pais que estava com frio e eles taparam-no e depois já não estava tanto frio e a caverna ficou quente. “O pequeno estava à frente, mas não sei porque, estava com frio”.

7 - Era uma vez um tigre que queria atacar um macaco, mas o macaco como era forte tentou desviar-se e não conseguiu e fugiu e tentou despista-lo e conseguiu “atacou-o porque o macaco bebeu água e a água era de toda a gente e o tigre não sabia isso e por isso atacou”.

8 - Era uma vez uma família de macacos (“demora um minuto”) que o menino, quer dizer, o macaco pediu à mãe que lhe levasse a ele a comprar um boneco e ela disse: já tens muitos bonecos. E depois não... Sim!! E depois o pai e a irmã do pai, a tia e o pai estavam a ver ele e depois como o pai teve pena disse para ele ir comprar e já está. “Está é muito atrapalhada”.

9 - Esta é a última? É um coelho? Era uma vez um coelho que arranjou um hotel e dormiu lá e depois de manhã foi comprar um cortinado para a chuva e (“demora um minuto”) não! Ah, a porta abriu-se, foi ele que a abriu, para entrar ar. Acabou. “Ele não estava sozinho em casa, estava a dormir. Os outros estavam por lá”.

10 - Era uma vez só os cães é que vivem aqui, então só conto de cães. São dois namorados, esta aqui é a mulher e este é o namorado (“o que está sentado”) e então, como eram namorados, hum...vão passear à rua e não tinham donos e então houve, uma vez, um cão perdeu-se (“foi à loja ver o que havia e perdeu-se”) e foi ter a casa e depois ela disse que estava perdida e depois tentou achar a casa e depois encontrou-se e acabou.

HVC

Quebra – Gelo: “Bolo de Aniversário”

Bolo de anos, quem fazia anos?

O filho mais velho fazia 11 anos, depois reuniam-se todos à volta da mesa para cantar os parabéns.

Depois ele soprou as velas e comeram todos o bolo.

1ª História: “Sumo Entornado”

(coloca correctamente a mesa, pratos, talheres, copos, sem a preocupação de agrupar por cores).

M: Vai buscar um pano para limpares a mesa

Ele foi, e voltou, depois entornou a sopa (filho mais novo). E depois diz outra vez para ir buscar um pano (ao filho mais velho) ele foi e limpou.

2ª História: “Joelho Magoado”

Sim (se costuma passear)

A mãe vai lá e faz-lhe massagens no joelho, levanta-se e depois fica assim e mete-o no ombro para descansar.

Depois o mais novo também cai e o pai vai lá e levanta-se e depois ficam a descansar.

Não vão mais brincar para ali. Podem-se magoar.

3ª História: “Monstro no Quarto”

A mãe vai lá, não, o pai, diz não é preciso ficar assustado porque os monstros não existem. Depois pegou nele e mete-o na cama. E depois no mais novo e foi-se embora.

O menino (na cama) para não sentir mais medo tapou a cara, para não ver as coisas (continuava com medo).

O mais novo (...) apaga a luz.

4ª História: “Partida”

Vão para dentro do carro fazer a visita e deixam lá os outros (filhos) com a avó.

Como a mãe e o pai já lá não estavam já podiam ir brincar.

Irmão mais novo: a mãe e o pai já te disseram para não ires para a pedra.

Avó: que aconteceu?

Irmão mais velho: caí da rocha.

E levou-o para casa e meteu-o na cama. E depois o mais novo foi para os baloiços e ficou lá. Depois cansou-se e foi também para casa. A avó foi assim e ficou lá.

Os meninos, o novo, na cama, o velho na cama (sozinhos em casa).

Saíram do carro. E a avó diz: têm de ter mais cuidado com o vosso filho que ele saltou a rocha e caiu. Depois foi (mãe) ralhar com ele, porque já lhe tinha dito para não fazer isso e depois disse para ir de castigo para o quarto.

Ele foi sentou-se na cama ligou a televisão e depois perguntaram à avó se o mais novo não tinha saltado nada e a resposta foi não.

Então podes ir ver televisão.

Obrigado por teres cuidado conta deles. Queres que te leve a casa? Sim

A que gostaste mais? Foi esta

Não gostei: Saltar da rocha e aleijar-se no joelho.

... que podia acontecer contigo? Nenhuma

ANEXO F

Tarefas de finalização de Histórias para Avaliação Dos Modelos Internos de Funcionamento da Criança e dos seus Pais na Relação de Vinculação

Inge Bretherton e Doreen Ridgway

Este instrumento de avaliação consiste no início de 5 histórias passíveis de serem agidas com pequenas figuras de membros da família e outros adereços simples. Cada história está formulada de forma a desencadear respostas correspondentes a uma questão particular da vinculação. Estas histórias baseiam-se num estudo prévio, realizado em colaboração com Marjorie Beeghly, no qual se avaliou a compreensão da criança sobre emoções e papéis. As questões levantadas nas histórias incompletas são (1) a figura de vinculação num papel autoritário (a história do sumo entornado), (2) a dor como um desencadeador de comportamentos de vinculação e protecção (a história do joelho magoado), (3) o medo como um desencadeador de comportamentos de vinculação e protecção (a história do monstro no quarto), (4) a ansiedade de separação e *coping* (a história da partida), e (5) as respostas ao regresso dos pais (a história do reencontro).

Materiais

Figuras da família: bonecos representativos de duas famílias “realistas, flexíveis” (descrição do protocolo a seguir) cada uma delas compreendendo um pai, uma mãe, uma menina e um menino. As duas famílias podem ser combinadas de forma a transformarem-se numa família com pai (P), mãe (M), avó (A), e duas crianças (2 Cçs), um menino maior e um mais pequeno, uma menina maior e uma mais pequena. Para criar a avó, o cabelo de uma das mães poderá ser pintado de cinzento. Os

bonecos podem ser adquiridos juntos dos fornecedores de material escolar. Para prevenir a queda dos bonecos, estes são colocados num suporte de plástico.

Outros adereços: uma pequena caixa de madeira para representar uma mesa; um bolo de aniversário; um conjunto de pequenos pratos e talheres numa mala ou numa caixa; uma toalha de mesa (opcional); uma peça de feltro verde para representar relva (22.5 cm x 22,5 cm aprox.); uma pequena esponja artificial cinzenta ou bege, cortada de forma a parecer-se com uma rocha; uma cama e um cobertor de feltro; uma caixa de madeira (10 cm x 1 cm aprox.) pintada como um automóvel.

Aplicação

A tarefa deverá ser realizada numa mesa de criança, com a criança e o experimentador sentados frente a frente. Os adereços devem ser colocados conforme o necessário, nomeando cada um deles, com excepção da história inicial. No final de cada história, deve pedir-se à criança para colocar os bonecos e adereços num dos lados da mesa, dizendo: “podes prepará-los para a próxima história?” Para iniciar a história seguinte, o experimentador deve dizer algo como: “Tenho uma ideia para uma história diferente” ou “Estás pronto para uma história diferente?”.

Antes de iniciar a apresentação das histórias que constam da avaliação, o experimentador (E) pode apresentar uma história “quebra-gelo”, de modo a permitir à criança familiarizar-se com o manuseamento das figuras. A história de uma festa de aniversário permite cumprir este objectivo. Não será necessário seguir com rigor importante seguirmos rigorosamente o *script* da história inicial, contudo é importante seguir o procedimento standartizado nas histórias: “sumo entornado”, “joelho magoado”, “monstro no quarto”, “partida”, “reencontro”. Este aspecto poderá ser alterado, caso se justifique. Por exemplo, podem ser apresentadas apenas com o pai ou apenas com a mãe, ou com a babysitter em vez da avó.

Em estudos futuros, as autoras pensam modificar a apresentação das 5 histórias como se acontecimentos de um dia na vida de uma família, se tratasse.

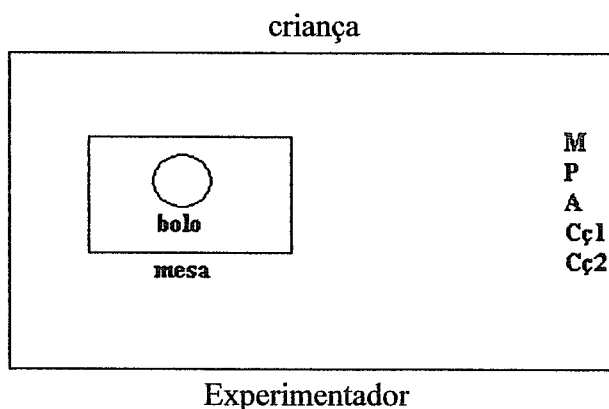
Apresentação das personagens

E: “Olha quem temos aqui” (mostra-se a família.) “Aqui está a nossa família. Olha, esta é a avó, este é o pai, esta é a mãe, e estas são as filhas, Joana e Marta, e estes são os rapazes, Rodrigo e Pedro” (deve mostrar-se os bonecos à criança enquanto são nomeados).

E: “Quem são estes?” (apontar para as figuras) “Sabes uma coisa? Tenho uma ideia. Vamos inventar umas histórias sobre eles. Que tal eu começar uma história sobre a família e tu acabares?”

“Quebra-gelo” – *História de aniversário* (M, P, A, 2Cçs, mesa, pratos, bolo)

Disposição das figuras:



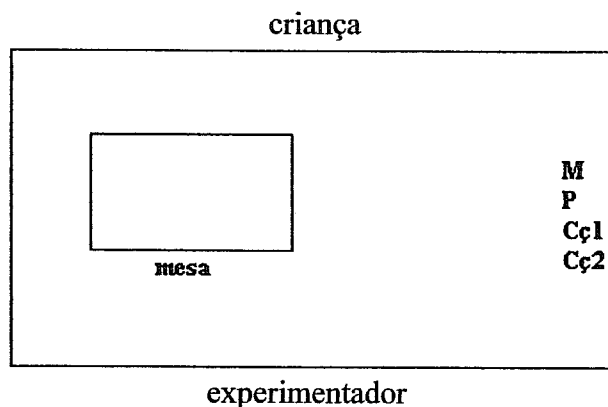
E: “Esta é a mesa deles e o que é isto?” (mostra-se o bolo à criança, esperando que esta o nomeie). “Que tipo de bolo?” ... “Sim, é um bolo de aniversário. Ouve a história com muita atenção. A mãe fez este bonito bolo e está a chamar”:

M: “Vem avó, vem pai, venham meninos (meninas), vamos fazer uma festa de aniversário”.

E: “Mostra-me o que acontece agora” (tom de voz convidativo; deixar a criança brincar com as figuras ou contar a história se a criança não o fizer.)

História do sumo entornado (2 Cçs, M, P, mesa, pratos)

E: “Tenho uma ideia para outra história” (a figura da avó é colocada de lado e dispõe-se as restantes figuras de acordo com o esquema, e afastadas da pequena mesa).



- E: (agitar a caixa com os talheres e pratos) “Podes ajudar-me a pôr a mesa para o jantar?”(Dar a caixa à criança, esperando que esta ponha a mesa, ajudando se necessário).
- E: “Agora coloca a família à volta da mesa, para que eles possam comer” (esperar que a criança coloque as figuras).
- E: Resumir: “A nossa família está a jantar e o Rodrigo (Joana) levanta-se para pegar no jarro do sumo e entorna o seu copo” (fazer com que o boneco que representa a criança bata na mesa de modo a ser visível pela criança).
- M: “Rodrigo (Joana) entornaste o teu sumo!” (Tom de voz repreendedor, mas não demasiado; virar a Mãe para o Rodrigo ou a Joana, e movimentá-la enquanto fala).
- E: “Mostra-me o que acontece agora”.

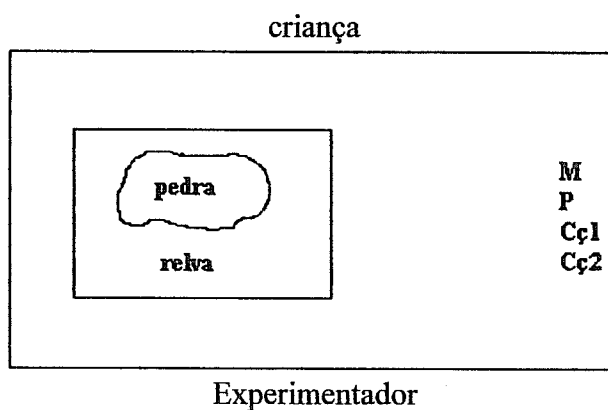
Se a criança não mencionar espontaneamente, o experimntador deve questionar:

“O que fizeram acerca do sumo entornado?”; se só der uma resposta “Mais alguma coisa?; “O que mais?”; “E depois?”. Se a acção for ambígua, perguntar “O que estão a fazer?” E se a criança usar um pronome ambíguo quando fala acerca das figuras, perguntar “Quem estava a fazer isso?”. Pode também repetir a frase da criança em forma de pergunta, para verificar o que a criança disse (“A Mãe entornou o sumo? E depois?”). Se a criança perguntar pela avó, deve dizer-se “A avó não entra nesta história, vamos buscá-la para outra história mais tarde”.

Notar que estas questões estão formuladas de forma a não sugerir ideias precisas à criança, com excepção da questão sobre o tema - sumo entornado (se a criança não o fizer).

História do joelho magoado (2 Cçs, M, P, feltro verde para a relva, esponja para a rocha)

E: “Tenho uma ideia para outra história. Pões a família ali e prepara-a para a próxima história enquanto eu tiro daqui estas coisas.” (O Experimentador aponta para a ponta da mesa. É importante que o resto da família esteja a cerca de 30cm da rocha onde a criança irá tropeçar.)



E: “Olha o que temos aqui” (coloca o pedaço de feltro verde e a esponja). “Isto é o jardim. Às vezes vais ao jardim com o teu pai e com a tua mãe?” “Aqui está a nossa família e eles aqui vão passear no jardim. Neste jardim há uma rocha muito alta”.

Cç: “Olhem, mãe e pai. Olhem para mim a subir a esta rocha tão alta” (fazer a figura da criança a subir à rocha e a cair). “Ai! Magoei o joelho” (com voz de choro).

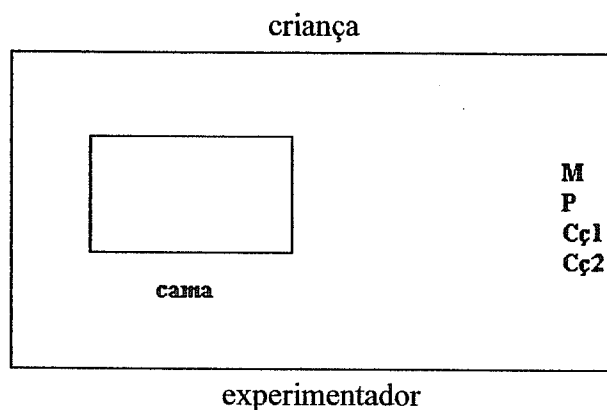
E: “Mostra-me o que acontece agora”.

Se a criança não mencionar espontaneamente, o experimentador deve questionar: “O que é que eles fizeram com o joelho magoado”. Para mais questões, ver a história do sumo entornado. Quando não acompanhado pelo discurso, deve perguntar-se sobre o que as personagens estão a fazer e pedir à criança para o mostrar terminando com

questões que possibilitem a elaboração do discurso, dizendo por exemplo, “mais alguma coisa?” “E depois?”(...).

História do monstro no quarto (2 Cçs, M, P, cama com feltro)

E: “Podes preparar a família para a próxima história?” (colocar os adereços como na figura, manter a restante família a pelo menos 30 cm da cama no “quarto”).



E: “Olha o que acontece agora. Ouve com atenção.”

M: (direccionar a M para Cç1, movimentando-a ligeiramente enquanto fala). “Está na hora de ir para a cama. Vai para o teu quarto e mete-te na cama”.

P: “Vai para a cama” (a mesma acção que a M, mas com voz grave)

Cç: “Está bem, mãe e pai. Eu vou” (fazer a Cç andar para a cama).

E comenta: “O Rodrigo vai para o seu quarto”.

Cç: “Mãe! Pai! Está um monstro no meu quarto! Está um monstro no meu quarto!

(Tom de voz alarmado)

E: “Mostra-me o que acontece agora”.

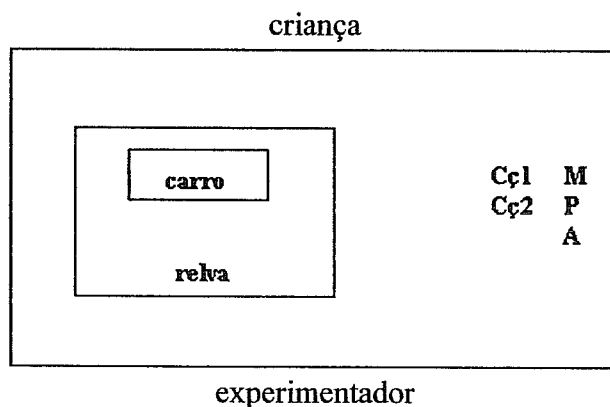
À semelhança das histórias anteriores, o experimentador questiona o sujeito, caso não mencione espontaneamente: “O que é que eles vão fazer acerca do monstro no quarto?” Se necessário, pode recorrer-se a outras questões, nomeadamente as referidas na história do “sumo entornado”. Deve pedir-se esclarecimentos acerca de

ações ambíguas, dizendo “E agora?”, “Mais alguma coisa?” (...). Se a criança parar de brincar, ou se tornar repetitiva, continuar dizendo:

E: “Estás pronto para a próxima?”

História da partida (2Cçs, M, P, A, feltro verde, carro)

E: “Destas vezes vamos usar a avó.” (Colocar a família e a avó num dos lados da mesa, com o feltro verde e o carro como indicado na figura; é importante colocar o carro em frente à criança e os pais em frente das crianças e da avó).



E: “Aqui é a entrada da casa deles, e aqui eles têm o carro, é o carro desta família”.

(Colocar a M e o P em frente às Cç1 e Cç2 e à Avó, com o carro em frente à criança).

E: “Sabes o que é que me parece que vai acontecer, (nome da criança), parece que a mãe e o pai vão de viagem”.

M: “Muito bem meninos (meninas). O vosso pai e eu vamos de viagem. Vamos agora embora” (movimentar P ligeiramente, como M).

E: “Mostra-me o que acontece agora”.

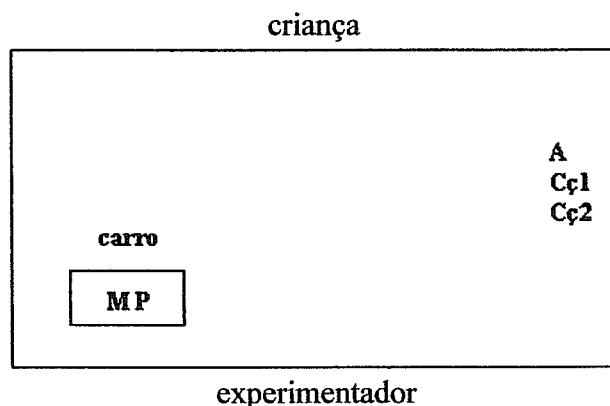
Importante: deve deixar-se a criança colocar as figuras no carro e fazer o carro partir. Só se deve intervir se a criança parecer não ser capaz de fazer o carro partir. Se a criança colocar as crianças no carro, dizer “Não, só o pai e a mãe é que vão”. Depois a criança, (ou se necessário, o experimentador), faz o carro partir, e coloca-o por baixo da mesa, de uma forma não visível. Se a criança quiser ir buscar o carro, o E replica, “Não eles ainda não regressaram”.

E: “E aí vão eles” (enquanto o carro é colocado por baixo da mesa).

Mais uma vez, o experimentador questiona a criança, quando não surgir de um modo espontaneamente: “O que fazem as crianças enquanto a mãe e o pai estão fora?” Utiliza ainda outras questões para clarificar acções, personagens e/ou pede à criança para demonstrar o que está a descrever.

História do reencontro (os mesmos adereços que na história da partida)

Deve trazer-se o carro com os pais de debaixo da mesa e colocá-lo a alguma distância da família (colocá-lo perto do experimentador, de forma a que a criança precise de o alcançar para o conduzir de volta a “casa”). Caso a criança coloque as figuras da criança e da avó no centro da mesa na história anterior, estas devem ser colocadas perto da criança de maneira a criar distância entre o carro que regressa e as figuras.



E: “Sabes uma coisa?” Já é o dia seguinte e a avó olha pela janela (fazer a Avó olhar para o carro, movendo-a enquanto fala) e diz:

A: “Olhem meninos/as, aí vem a vossa mamã e o vosso papá. Chegaram da viagem”.

E: “Mostra-me o que acontece agora” (deixar a criança conduzir o carro para “casa”, intervir apenas se a criança não o fizer).

Questionar a criança se não retirar espontaneamente as figuras do carro. “O que fazemos agora que o pai e a mãe estão de volta a casa?” Utilizar as questões descritas na história do “sumo entornado”, no momento apropriado, e se necessário.

Se a criança pedir outros adereços, como a cama, por exemplo, estes devem-lhe ser entregues. No entanto, não se deve dar a avó nas histórias precedentes, dizendo-se apenas “ela vai voltar mais tarde” ou “vamos brincar com ela noutra história, mais tarde”. É muito importante seguir as localizações das figuras e dos adereços, especialmente a distância entre os pais e criança nas histórias do joelho magoado, monstro e reencontro.

ANEXO G

Grelhas de Registo do Comportamento Verbal e Não Verbal

SUJEITO A		História 1	História 2	História 3	História 4	História 5
Comportamento Verbal						
Recurso à relação com clínico	-	-	-	Crítica ao material (identificou uma falha na história)	-	-
Recurso à realidade exterior	Conteúdo Manifesto (no início de cada história)	Conteúdo Manifesto (no início de cada história)	Conteúdo Manifesto (no início de cada história)	Conteúdo Manifesto (no início de cada história)	Conteúdo Manifesto (no início de cada história)	-
Recurso ao evitamento e à inibição	-	-	-	-	-	-
Recurso ao afecto	-	Verbalizou preocupação fraterna	Verbalizou preocupação fraterna	Verbalizou preocupação fraterna	Verbalizou rivalidade fraterna	Verbalizou rivalidade e preocupação fraterna
Recurso ao imaginário	Encenações, Confusões, instabilidade identificatória	Encenações, Confusões	Encenações, Confusões	Encenações, Confusões	Encenações, Confusões	Encenações, Confusões

Recurso à objectividade e ao controlo	Insistência no fictício	Insistência no fictício	Insistência no fictício	Insistência no fictício	Insistência no fictício
Ausência de relação (omnipotência/ submissão)	-	-	-	Desvalorização Pessoal	-
Tipologia de Vinculação	Insegura - desorganizada				

SUJEITO A	História 1	História 2	História 3	História 4	História 5
Comportamento Não Verbal					
Recurso à esfera Motora e Corporal					
Retraimento, inibição motora	-	-	-	-	-
Instabilidade e agitação psicomotora	Instabilidade e agitação psicomotora	Instabilidade e agitação psicomotora	Instabilidade e agitação psicomotora	Instabilidade e agitação psicomotora	Instabilidade e agitação psicomotora
Risos, mímicas, caretas, ruídos e onomatopeias	Risos, Caretas	Risos, Caretas	Risos, Caretas	Risos, Caretas	Risos, Caretas
Participação corporal: deslocações e gestos	Gestos	Gestos	Gestos	Gestos	Gestos

SUJEITO B	História 1	História 2	História 3	História 4	História 5
Comportamento Verbal	-	-	-	-	-
Recurso à relação com clínico	-	-	-	-	-
Recurso à realidade exterior	Conteúdo Manifesto	Conteúdo Manifesto	Conteúdo Manifesto	Conteúdo Manifesto	Conteúdo Manifesto
Recurso ao evitamento e à inibição	-	Tendência, ligeira, para a recusa / evitamento	Tendência, ligeira, para a recusa / evitamento	Tendência, ligeira, para a recusa / evitamento	Tendência, ligeira, para a recusa / evitamento
Recurso ao afecto	-	-	-	-	-
Recurso ao imaginário	-	-	-	-	-
Recurso à objectividade e ao controlo	Ausência de fictício	Ausência de fictício	Ausência de fictício	Ausência de fictício	Ausência de fictício
Ausência de relação (omnipotência/ submissão)	Resolve sozinho (mas sem omnipotência)	-	-	-	-
Tipologia de Vinculação	Insegura -	Evitante			

SUJEITO B		História 1	História 2	História 3	História 4	História 5
Comportamento Não Verbal						
Recurso à esfera Motora e Corporal						
Retraimento, inibição motora		Retraimento	Retraimento e inibição motora	Retraimento	Retraimento e inibição motora	Retraimento
Instabilidade e agitação psicomotora		-	-	Risos e caretas	-	-
Risos, mímicas, caretas, ruídos e onomatopeias		-	-	-	-	-
Participação corporal: deslocções e gestos		-	-	-	-	Gestos

SUJEITO C	História 1	História 2	História 3	História 4	História 5
Comportamento Verbal					
Recurso à relação com clínico	-	-	-	-	-
Recurso à realidade exterior	Conteúdo manifesto	Conteúdo manifesto	Conteúdo manifesto	Conteúdo manifesto	Conteúdo manifesto
Recurso ao evitamento e à inibição		-	-	Recusa (ligeira em continuar a historia)	
Recurso ao afecto	-	-	-	-	-
Recurso ao imaginário	-	-	-	-	-
Recurso à objectividade e ao controlo	Ligou-se ao concreto	Ligou-se ao concreto	Ligou-se ao concreto	Ligou-se ao concreto	Ligou-se ao concreto
Ausência de relação (omnipotência/ submissão)	Omnipotência (ligeira)			Omnipotência (ligeira)	
Tipologia de Vinculação	Segura				

SUJEITO C	História 1	História 2	História 3	História 4	História 5
Comportamento Não verbal Recurso à esfera Motora e Corporal	Inibição motora e retraining	- Inibição motora e retraining	- Inibição motora e retraining	- Inibição motora e retraining	- Inibição motora e retraining
Instabilidade e agitação psicomotora					
Risos, mímicas, caretas, ruídos e onomatopeias					
Participação corporal: deslocamentos e gestos					

SUJEITO D	História 1	História 2	História 3	História 4	História 5
Comportamento Verbal					
Recurso à relação com clínico	-	-	-	-	-
Recurso à realidade exterior	Conteúdo Manifesto	Conteúdo Manifesto	Conteúdo Manifesto	Conteúdo Manifesto	Conteúdo Manifesto
Recurso ao evitamento e à inibição	-	-	-	-	-
Recurso ao afecto	-	Afecto e prestação de cuidados	Figura parental como transmissora de ambiente seguro	-	Afecto (Carinho)
Recurso ao imaginário	-	-	Transforma o monstro em animal real (barata)	-	-
Recurso à objectividade e ao controlo	-	-	-	-	-
Ausência de relação (omnipotência/ submissão)	Resolve sozinho (mas sem omnipotência)	-	-	-	-
Tipologia de Vinculação	Razoavelmente	Segura			

SUJEITO D	História 1	História 2	História 3	História 4	História 5
Comportamento Não Verbal					
Recurso à esfera Motora e Corporal					
Retraimento, inibição motora	Retraimento e inibição motora	Retraimento e inibição motora	Retraimento e inibição motora	Retraimento e inibição motora	Retraimento e inibição motora
Instabilidade e agitação psicomotora					
Risos, mímicas, caretas, ruídos e onomatopeias					
Participação corporal: deslocamentos e gestos					

SUJEITO E	História 1	História 2	História 3	História 4	História 5
Comportamento Verbal					
Recurso à relação com clínico	-	-	-	-	-
Recurso à realidade exterior	Conteúdo manifesto	Conteúdo manifesto	Conteúdo manifesto	Conteúdo manifesto + colagem com o conteúdo de outra história	Conteúdo manifesto + colagem com o conteúdo de outra história
Recurso ao evitamento e à inibição	-	-	-	Perseverança	perseverança
Recurso ao afecto	-	Positivo - Carinho	Positivo - conforto		Negativo - ralar
Recurso ao imaginário	-	-	-	-	
Recurso à objectividade e ao controlo	Ligou-se aos objectos subjacentes à história	Ligou-se aos objectos subjacentes à história	Ligou-se aos objectos subjacentes à história	Perseverou nos conteúdos de outras histórias	Perseverou nos conteúdos de outras histórias
Ausência de relação (omnipotência/ submissão)					
Tipologia de Vinculação	Insegura				

SUJEITO E	História 1	História 2	História 3	História 4	História 5
Comportamento Não Verbal					
Recurso à esfera Motora e Corporal					
Retraimento, inibição motora	Inibição motora e algum retraimento	- Inibição motora e algum retraimento	- Inibição motora e algum retraimento	- Inibição motora e algum retraimento	- Inibição motora e algum retraimento
Instabilidade e agitação psicomotora					
Risos, mímicas, caretas, ruídos e onomatopeias					
Participação corporal: deslocamentos e gestos					